

Maurice Joly

**Diálogo no inferno
entre Maquiavel
e Montesquieu**



DIÁLOGO NO INFERNO
ENTRE
MAQUIAVEL E MONTESQUIEU



FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Herman Voorwald

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Assessor Editorial

Antonio Celso Ferreira

Conselho Editorial Acadêmico

Cláudio Antonio Rabello Coelho

José Roberto Ernandes

Luiz Gonzaga Marchezan

Maria do Rosário Longo Mortatti

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Mario Fernando Bolognesi

Paulo César Corrêa Borges

Roberto André Kraenkel

Sérgio Vicente Motta

Editores Assistentes

Anderson Nobara

Arlete Zebber

Christiane Gradvohl Colas



COLEÇÃO
PEQUENOS FRASCOS

MAURICE JOLY

DIÁLOGO NO INFERNO
ENTRE MAQUIAVEL
E MONTESQUIEU

OU A POLÍTICA DE MAQUIAVEL
NO SÉCULO XIX,
POR UM CONTEMPORÂNEO

TRADUÇÃO
NILSON MOULIN



editora
unesp

© 2009 Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

J66d

Joly, Maurice, 1831-1878

Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu ou a política de
Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo / Maurice Joly ; tradução
Nilson Moulin. – São Paulo : Ed. UNESP, 2009. (Pequenos frascos)

Tradução de: Dialogue aux enfers entre Machiavel et Montesquieu
ISBN 978-85-7139-915-0

1. Machiavelli, Niccolò, 1469-1527. 2. Montesquieu, Charles de Secon-
dat, baron de, 1689-1755. 3. França - Política e governo, 1852-1870. 4. Ética
política. I. Título. II. Título: A política de Maquiavel no Século XIX por um
contemporâneo. III. Série.

09-1448

CDD: 320.944

CDU: 32(44)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

7 · Apresentação

15 · DIÁLOGO NO INFERNO ENTRE MAQUIAVEL E MONTESQUIEU

19 · Simples advertência

PARTE I

23 · Primeiro diálogo [*Encontro de Maquiavel e Montesquieu no inferno*]

37 · Segundo diálogo [*A resposta de Montesquieu*]

45 · Terceiro diálogo [*Desenvolvimento das ideias de Montesquieu*]

59 · Quarto diálogo [*Maquiavel faz a crítica do regime constitucional*]

73 · Quinto diálogo [*Montesquieu combate a fatalidade do despotismo*]

85 · Sexto diálogo [*Continuação do mesmo assunto*]

93 · Sétimo diálogo [*Maquiavel generaliza o sistema que propõe empregar*]

PARTE II

107 · Oitavo diálogo [*A política de Maquiavel em ação*]

123 · Nono diálogo [*Da Constituição*]

137 · Décimo diálogo: [*Continuação do mesmo assunto*]

151 · Décimo primeiro diálogo: [*Das leis*]

165 · Décimo segundo diálogo: [*Da imprensa*]

183 · Décimo terceiro diálogo: [*Das sociedades secretas*]

- 197 · Décimo quarto diálogo [*Das instituições anteriormente existentes*]
207 · Décimo quinto diálogo [*Do sufrágio*]
219 · Décimo sexto diálogo [*De certas corporações*]
233 · Décimo sétimo diálogo [*Da polícia*]

PARTE III

- 247 · Décimo oitavo diálogo [*Das finanças e do seu espírito*]
259 · Décimo nono diálogo [*Do sistema orçamentário*]
273 · Vigésimo diálogo [*Continuação do mesmo assunto*]
289 · Vigésimo primeiro diálogo [*Dos empréstimos*]

PARTE IV

- 301 · Vigésimo segundo diálogo [*As grandezas do reino*]
311 · Vigésimo terceiro diálogo [*Dos meios que Maquiavel empregará para
consolidar seu império e perpetuar sua dinastia*]
327 · Vigésimo quarto diálogo [*Particularidades da fisionomia do Príncipe
tal como Maquiavel o concebe*]
343 · Vigésimo quinto diálogo [*A última palavra*]

APRESENTAÇÃO

AS CIRCUNSTÂNCIAS DA COMPOSIÇÃO DO LIVRO

Quando Maurice Joly publicou o seu *Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, em 1864, a França vivia sob a mão de ferro de Napoleão III. Nascido Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do primeiro Napoleão, ele havia, em 1848, sido eleito deputado da Assembleia Constituinte francesa e, no final do mesmo ano, foi eleito presidente da República com enorme maioria dos votos. Em 1851, planejou um golpe contra o Parlamento, mandou prender e deportar numerosas figuras públicas de várias tendências políticas e, em 2 de dezembro, assinou um decreto que dissolvia a Assembleia Legislativa. Com esse golpe de Estado, Napoleão ganhou poderes ditatoriais. No ano seguinte, chamou um plebiscito pelo qual, com

quase a totalidade dos votos, instituiu o Império e transformou-se em Imperador da França com o título de Napoleão III. Em 1870, na guerra contra a Prússia, o imperador foi capturado pelo exército prussiano em Sedan. A Assembleia Nacional, que por pressões dos liberais havia sido restaurada, decidiu pela sua deposição e proclamou a Terceira República Francesa.

Foi a respeito de Napoleão III que Marx escreveu o famoso livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852. Referindo-se ao fato de Luís Bonaparte ter tentado imitar seu tio, o primeiro Napoleão, Marx construiu a conhecida passagem: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Farsa ou não, o fato é que os poderes imperiais assumidos por Napoleão III desencadearam as relações de liberais e republicanos franceses, dentre eles, Maurice Joly, que havia abandonado pelo meio seus estudos de direito e estava em Paris em 1851, época da ascensão de Luís Bonaparte.

Em sua autobiografia, ele conta que na época, rapaz vindo da província, tinha visto acontecer o golpe de Estado sem compreender nada. Não se preocupava, então, com política. Um dos amigos da família arranhou-lhe um emprego junto ao ministério de Estado, no qual ficou por sete anos. Enquanto trabalhava, terminou seus estudos de Direito em 1860 e começou a advogar. Começou também a escrever para jornais e a se interessar vivamente pelas questões políticas do império de Napoleão III. Planejou escrever um livro para mostrar “os abismos que a legislação imperial havia cavado, destruindo de alto a baixo todas as liberdades públicas”.¹ A obra tomaria a forma de um diálogo fictício entre Montesquieu e Maquiavel, no qual o primeiro representa o que ele denomina o “espírito do direito” e o outro o “espírito da força”. Pagou de seu próprio bolso a publicação do livro em Bruxelas. A edição era anônima. O livro fez o maior sucesso. A polícia do Império acabou descobrindo o nome do autor, que foi preso, julgado, condenado. Considerou-se que seu livro era um ataque ao imperador. E era mesmo. Joly ficou na prisão por quase um ano.

1 Joly, Maurice. *Son passé, son programme*. Paris, Lacroix, 1870.

O TEMA DO DIÁLOGO: A FORÇA OU A LEI

Maquiavel é representado no *Diálogo* segundo a visão tradicional que faz dele o defensor do uso da força na política. Essa visão tradicional, que teria dado conteúdo ao termo “maquiavelismo” como símbolo da astúcia dos governantes, foi constituindo-se desde a época do próprio Maquiavel e atravessou os séculos. Frederico II da Prússia, em 1740, publicou, em francês, uma crítica de *O príncipe*, de Maquiavel, intitulada *O anti-Maquiavel*, na qual afirmava que ia “tomar a defesa da humanidade contra um monstro que quer destruí-la” e oferecer um antídoto ao veneno contido no livro do pensador florentino. Para Frederico II, *O príncipe* era uma das obras mais perigosas que já tinham sido publicadas e certamente corromperia os governantes ambiciosos, ensinando-lhes máximas contrárias ao bem dos povos.²

Curiosamente, a personagem fictícia de Maquiavel no diálogo de Joly mostra conhecer essa tradição,

2 Frederico II. *L'anti-Maquiavel*. La Haye, 1740, prefácio do autor. Claude Lefort analisou longamente essa tradição interpretativa, da qual Frederico da Prússia é um dos representantes, em seu livro *Machiavel, Le travail de l'oeuvre* (Paris, Gallimard, 1972).

refere-se mesmo a *O anti-Maquiavel* de Frederico, defende-se das acusações dizendo que “o maquiavelismo é anterior a Maquiavel”, não aceita a paternidade dessa doutrina que lhe atribuem e afirma que seu único crime foi o de “dizer a verdade, tanto aos povos quanto aos reis; não a verdade moral, mas a verdade política; não a verdade como devia ser, mas tal como ela é” – ou seja, descreve o Estado tal como ele é, assim como os médicos descrevem as doenças. Enfim, resume sua doutrina para Montesquieu: “todos os homens aspiram a dominar e, caso pudesse, ninguém deixaria de ser opressor”. Acrescenta que “a liberdade política é apenas uma ideia relativa; a necessidade de viver é o que domina tanto os Estados quanto os indivíduos”. Assim, crê que não ensinou nada aos príncipes que eles já não soubessem por sua prática.

A personagem de Montesquieu no *Diálogo* de Joly parece ser mais fiel ao pensamento do filósofo. Em suas réplicas ao discurso de Maquiavel, Montesquieu afirma que a força é só um acidente na história das sociedades constituídas, e que não são os homens que garantem a liberdade, mas as instituições, e essas se fundam em princípios, tais como o da le-

galidade, de modo que as relações entre o príncipe e os súditos repousem sobre as leis. É claro que ocorrem abusos, mas os abusos não condenam as instituições. Na Europa moderna, diz Montesquieu, o despotismo é afastado pela instituição da separação dos poderes do Estado, de tal modo que o mecanismo de regulação e o controle recíproco entre esses poderes impeçam a opressão e garantam as liberdades dos cidadãos e o respeito às leis constitucionais.

A MÁ FORTUNA DO TEXTO

O *Diálogo no inferno* de Maurice Joly foi objeto de uma das maiores fraudes de que se tem notícia, e de consequências graves. Em 1905 foi publicado na Rússia, sob os auspícios da polícia secreta do czar Nicolau II, um livro apresentado como um conjunto de atas que relatavam reuniões secretas de sábios judeus, as quais revelavam um plano para dominar o mundo. Ora, afirmar a existência de um grande complô judaico era uma forma de desviar a atenção do povo russo das dificuldades reais daquele momento. Esse livro é o famoso *Protocolos dos sábios de*

Sião, que se tornou instrumento de libelos antisemitas, servindo mais tarde de inspiração para o regime nazista.

Desde o início de sua divulgação, contudo, a farsa começou a ser denunciada. Reportagens do jornal inglês *The Times*, em 1921, mostraram afinal que havia muitas partes dos *Protocolos* que eram cópias literais de passagens do *Diálogo no inferno* de Maurice Joly. Os planos de dominação de Napoleão III da França foram transformados, nos *Protocolos*, no plano de domínio do mundo por parte dos judeus, e as palavras da personagem Maquiavel do livro de Joly foram postas na boca dos sábios de *Sião*. Vários outros estudos seguiram-se provando a fraude.

Mas essa nefasta apropriação do texto de Joly não nos deve impedir de discernir o sentido do *Diálogo no inferno*. Na conversa entre os dois filósofos, a fala de Maquiavel, que “corta como faca”, assevera que “a liberdade política é apenas uma ideia relativa”, que “em todos os lugares, a força aparece antes do direito”, que a própria palavra “direito” é vazia. Por isso dá preferência ao “governo absoluto”, por causa da “inconstância da plebe”, de seu “gosto inato pela servidão”. O povo, deixado por sua conta, “só saberá se destruir”.

Ora, para a personagem Montesquieu, quando se trata de política, “é necessário chegar a princípios”: a violência não pode ser erigida em princípio, a astúcia não pode ser máxima de governo. Não se pode apresentar como fundamento da sociedade precisamente aquilo que a destrói. Em um regime constitucional, no qual a fonte da soberania é a nação e no qual as leis garantem os direitos civis, pode-se alcançar a conciliação entre a ordem e a liberdade e entre a estabilidade e a transformação, garantir a participação dos cidadãos na vida pública e proteger a liberdade individual.

Desse modo, no embate imaginado por Joly entre *O espírito das leis* e *O príncipe*, o que está em jogo é a defesa dos regimes de liberdade contra os regimes autoritários. Concebido para criticar o regime de força de Napoleão III na França do século XIX, o *Diálogo no inferno* de Maurice Joly pode ainda ser, quase 150 depois de publicado pela primeira vez, fonte de reflexão para os leitores do século XXI.

Maria das Graças de Souza

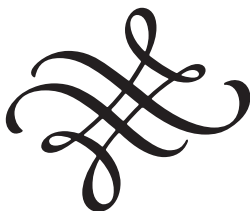
Professora de Filosofia da Universidade de São Paulo

DIÁLOGO NO INFERNO
ENTRE
MAQUIAVEL E MONTESQUIEU

*Ou a política de Maquiavel no século XIX,
por um contemporâneo*

1864

TRADUÇÃO
NILSON MOULIN



*Logo havíamos de ver
uma calma terrível, durante a qual
tudo se uniria contra a potência
violentadora das leis.
Quando Silas quis devolver a paz a Roma,
ela não pôde mais recebê-la.*

Montesquieu, *O espírito das leis*

SIMPLES ADVERTÊNCIA



Este livro tem traços que podem aplicar-se a todos os governos, mas ele tem um objetivo mais preciso: personifica em particular um sistema político que não variou um dia sequer em suas aplicações, desde a data nefasta e já bem distante de sua entronização.

Neste caso, não se trata de um libelo nem de um panfleto. O sentido dos povos modernos é civilizado demais para aceitar verdades violentas sobre a política contemporânea. A duração excepcional de certos eventos ocorre para corromper a própria honestidade; porém, a consciência pública continua alerta e o céu, algum dia, vai acabar por misturar-se com o grupo que se posiciona contra ele.

Avaliamos melhor certos fatos e princípios quando conseguimos vê-los fora do quadro em que se movem habitualmente perante nossos olhos; a mudança do ponto de vista, às vezes, aterroriza o olhar!

Aqui, tudo se apresenta sob a forma de uma ficção; seria supérfluo dar sua chave por antecipação. Se este livro tem algum valor, se ele encerra um ensinamento, é preciso que o leitor o entenda, sem esperar uma explicação. Aliás, esta leitura não deixará de ter diversões notáveis. Contudo, é necessário agir com cautela, conforme convém aos textos que não são frívolos.

Ninguém vai perguntar qual foi a mão que redigiu estas páginas: de certa forma, uma obra como esta é impessoal. Responde a um apelo da consciência; ela foi concebida por todo mundo, ela é executada por alguém, o autor apaga-se, pois ele não passa de um redator de um pensamento que se encontra no sentido geral, ele é apenas um cúmplice mais ou menos obscuro da coalizão do bem.

Genebra, 15 de outubro de 1864

PARTE I



PRIMEIRO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Nas margens desta praia deserta, disseram-me que havia de encontrar a sombra do grande Montesquieu. É ela mesma que se encontra a minha frente?

MONTESQUIEU Aqui, o nome de Grande não cabe a ninguém, ó Maquiavel! Mas eu sou aquele a quem procura.

MAQUIAVEL Dentre as personagens ilustres cujas sombras povoam este lugar de trevas, não existe nenhuma que eu mais gostaria de encontrar do que Montesquieu. Transferido para estes espaços desconhecidos pela migração das almas, agradeço ao acaso que, enfim, me coloca na presença do autor de *O espírito das leis*.

MONTESQUIEU O antigo secretário de Estado da República florentina não esqueceu a linguagem cor-

tesã. Porém, o que teriam para trocar aqueles que superaram estas margens sombrias, para além de angústias e lamentações?

MAQUIAVEL É o filósofo ou o homem de Estado quem assim se expressa? O que importa a morte para aqueles que viveram para o pensamento, dado que o pensamento não morre? No que me concerne, não conheço condição mais tolerável do que aquela que aqui desfrutamos até o dia do Juízo Final. Ficar aliviado dos cuidados e preocupações da vida material, viver no domínio da razão pura, poder dialogar com os grandes homens que ocuparam o mundo com o rumor de seus nomes; acompanhar de longe as revoluções dos Estados, a queda e a transformação dos impérios, meditar sobre suas constituições recentes, sobre as mudanças verificadas nos costumes e nas ideias dos povos da Europa, sobre o progresso de sua civilização, na política, nas artes, na indústria, bem como no âmbito das ideias filosóficas, que teatro para o pensamento! Quantos temas para se surpreender! Quantos pontos de vista novos! Quantas revelações inesperadas! Quantas maravilhas, se pudermos acreditar nas sombras que descem até aqui!

Para nós, a morte é como uma aposentadoria longa na qual acabamos por reunir as lições da história e os títulos da humanidade. O próprio nada não conseguiu romper todos os laços que nos unem à terra, pois a posteridade ainda se ocupa com aqueles que, como você, imprimiram grandes movimentos ao espírito humano. Seus princípios políticos dominam, neste momento, em mais de metade da Europa; e se alguém pode liberar-se do temor efetuando a sombria passagem que conduz ao inferno ou ao céu, quem mais bem situado do que aquele que se apresenta com títulos de glória perante a justiça eterna?

MONTESQUIEU Maquiavel, você não fala nada de si mesmo: é um excesso de modéstia, quando se deixa no mundo a fama imensa do autor de *O príncipe*.

MAQUIAVEL Creio perceber a ironia que se oculta por trás de suas palavras. Assim, o grande francês, autor de obras políticas, julgar-me-ia como a plebe que só conhece a meu respeito o nome e um preconceito cego? Esse livro me trouxe uma fama fatal, sei disso: tornei-me responsável por todas as tiranias; ele me trouxe a maldição dos povos que personificaram em mim seu ódio pelo despotismo; ele envenenou meus

dias derradeiros e a reprovação da posteridade parece que me acompanha inclusive aqui. Entretanto, que fiz eu? Durante 15 anos, servi minha pátria que era uma República; conspiriei em favor de sua independência e a defendi sem trégua contra Luís XII, contra os espanhóis, contra Júlio II, contra o próprio Bórgia que, sem mim, acabaria por sufocá-la. Eu a protegi contra as intrigas sanguinárias que choviam sobre ela, combatendo pela diplomacia como outros combateram com a espada; tratando, negociando, amarrando ou cortando os fios segundo os interesses da República, que então se encontrava esmagada entre as grandes potências, e que a guerra sacudia feito um caixão. E não era um governo opressor nem autocrático aquele que apoiávamos em Florença: tratava-se de instituições populares. Fui um daqueles que vimos mudar conforme a sorte? Os carrascos dos Médicis souberam encontrar-me após a queda de Soderini. Educado com a liberdade, sucumbi junto com ela; vivi o ostracismo sem que o olhar de um príncipe se dignasse dirigir-se para mim. Morri pobre e esquecido. Eis minha vida e eis os crimes que me valeram a ingratidão de minha pátria, o ódio da posteridade. Quem sabe se os céus serão mais justos comigo.

MONTESQUIEU Já sabia disso, Maquiavel, e por essa razão jamais pude entender como o patriota florentino, como o servidor se transformara no fundador dessa escola sombria que lhe deu por discípulos todas as cabeças coroadas, adequada para justificar os maiores crimes da tirania.

MAQUIAVEL E se lhe disser que esse livro não passou de uma fantasia de diplomata; que nem se destinava à impressão; que recebeu uma publicidade alheia a seu autor; que ele foi concebido sob a influência de ideias então comuns a todos os principados italianos ávidos por crescer às custas uns dos outros e dirigidos por uma política astuciosa na qual o mais pérfido era reputado o mais hábil...

MONTESQUIEU É isso que realmente pensa? Dado que me fala com tamanha franqueza, posso confessar-lhe que penso o mesmo, e que eu partilhava tal opinião com vários daqueles que conheciam sua vida e haviam lido atentamente suas obras. Sim, sim, Maquiavel, e essa confissão o nobilita, outrora nunca disse o que pensava ou somente o disse sob o peso de sentimentos pessoais que perturbaram por um momento sua elevada razão.

MAQUIAVEL Aí é que se engana, Montesquieu, a exemplo daqueles que julgaram como você. Meu único crime foi o de dizer a verdade tanto aos povos quanto aos reis; não a verdade moral, mas sim a verdade política; não a verdade como devia ser, mas tal como é, tal como sempre será. Não sou eu o fundador da doutrina cuja paternidade me atribuem: é o coração humano. *O maquiavelismo é anterior a Maquiavel.*

Moisés, Sesóstris, Salomão, Lisandro, Felipe e Alexandre da Macedônia, Agátocles, Rômulo, Tarquínio, Júlio César, Augusto e mesmo Nero, Carlos Magno, Teodorico, Clóvis, Hugo Capeto, Luís XI, Gonçalves de Córdoba, César Bórgia, eis os ancestrais de minhas doutrinas. É claro que deixo de citar alguns até melhores, que vieram depois de mim e cuja lista seria longa, e a quem *O príncipe* nada acrescentou além do que já sabiam, pela prática do poder. Em sua época, quem me prestou maior homenagem do que Frederico II? Ele me contestava, com a pena em mãos, no interesse de sua popularidade e na política ele aplicava rigorosamente minhas doutrinas.

Por qual inexplicável viés do espírito humano me ofenderam pelo que eu havia escrito nessa obra? Seria o mesmo que censurar o sábio por pesquisar

as causas psíquicas que levam à queda dos corpos que nos ferem ao cair, ao médico por descrever as doenças, ao químico por fazer a história dos venenos, ao moralista por pintar os vícios, ao historiador por escrever a história.

MONTESQUIEU Oh! Maquiavel, pena que Sócrates não esteja aqui para desencovar o sofisma que se oculta em suas palavras! Por mais que a natureza tenha me preparado para a discussão, é meio difícil responder-lhe: você compara ao veneno e à doença os males engendrados pelo espírito de dominação, de astúcia e de violência, e são tais doenças que seus escritos ensinam a comunicar aos Estados, são tais venenos que você ensina a destilar. Quando o sábio, o médico, o moralista buscam o mal, não é para ensinar a propagá-lo: é para curá-lo. Ora, é isso que seu livro não faz; pouco importa, e nem fico menos desarmado. Desde que não erige o despotismo em princípio, desde que o considera como um mal, parece-me que assim só você o condena, e, pelo menos nisso, podemos estar de acordo.

MAQUIAVEL Nada disso, Montesquieu, porque você não compreendeu todo o meu pensamento. Eu

lhe abri o flanco para uma comparação em que era bem fácil triunfar. Nem a própria ironia de Sócrates me inquietaria, pois era um sofista que se utilizava, mais habilmente que outros, de um falso instrumento, a *logomania*. Não é sua escola tampouco a minha: deixemos então as palavras e as comparações para atermo-nos às ideias. Eis como formulo meu sistema e duvido que você o enfraqueça, porque ele se compõe apenas de deduções de fatos morais e políticos de uma verdade eterna: no homem, o instinto perverso é mais forte que o bom. O homem é mais atraído pelo mal do que pelo bem; o medo e a força têm sobre ele mais domínio que a razão. Sequer me detenho a demonstrar tais verdades; entre vocês, só houve a trama idiota do barão d'Holbach, do qual J.-J. Rousseau foi o grão-mestre e Diderot o apóstolo, para poder contradizê-los. Todos os homens aspiram a dominar e, caso pudesse, ninguém deixaria de ser opressor. Todos ou quase todos estão prontos a sacrificar os direitos alheios a seus próprios interesses.

O que retém entre eles esses animais devoradores que chamamos de homens? Na origem das sociedades, era a força bruta e sem freios; mais tarde, foi a

lei, ou seja, sempre a força, regulada por formalidades. Você consultou todas as fontes da história: em todos os lugares, a força aparece antes do direito.

A liberdade política é apenas uma ideia relativa; a necessidade de viver é o que domina tanto Estados quanto indivíduos.

Em certas latitudes da Europa, existem povos incapazes de moderação no exercício da liberdade. Se a liberdade prolonga-se, ela se torna excessiva: chega a guerra civil ou social e o Estado perde-se, seja fracionando-se e desmembrando-se em consequência de suas próprias convulsões, seja que suas divisões o transformam em presas para o estrangeiro. Em condições similares, os povos preferem o despotismo à anarquia. Estariam errados? Uma vez constituídos, os Estados têm dois tipos de inimigos: os internos e os externos.

Que armas empregarão eles contra os estrangeiros? Os dois generais inimigos comunicarão reciprocamente seus planos de campanha, para mutuamente se colocarem em defesa? Conseguirão interditar os ataques noturnos, as armadilhas, as batalhas com número desigual de tropas? Não, sem dúvida, não é mesmo? E tais combatentes se apressariam em rir. E

essas armadilhas, esses artificios, todas as estratégias indispensáveis à guerra – você não quer que sejam usadas contra os inimigos internos, contra os facciosos? Sem dúvida, aí usaremos menos rigor; mas, no fundo, as regras serão as mesmas. É possível conduzir pela razão pura massas violentas que só se mobilizam por sentimentos, paixões e preconceitos?

Que a direção dos negócios seja confiada a um autocrata, a uma oligarquia ou ao próprio povo, nenhuma guerra, nenhuma negociação, nenhuma reforma interior poderá ter êxito sem recorrer às combinações que você parece reprovar, mas que teria sido obrigado a empregar se o rei da França o encarregasse do menor negócio de Estado.

Reprovação pueril como aquela que atingiu O *príncipe*! Será que a política não tem nada a ver com a moral? Algum dia viu um único Estado conduzir-se segundo os princípios que regem a moral privada? Mas toda guerra seria um crime, mesmo quando tivesse uma causa justa. Toda conquista, tendo a glória como único móvel, seria um crime. Qualquer tratado com o qual uma potência tivesse feito pender a balança para seu lado seria um vil engano; toda usurpação de poder soberano seria um ato que

mereceria a morte. Nada seria legítimo, exceto o que se baseasse no direito! Porém, já lhe disse há pouco, e o reitero, mesmo diante da história contemporânea: todos os poderes soberanos tiveram a força como origem ou, o que é a mesma coisa, a negação do direito. Será que eu o proibi? Não, mas o encarro enquanto uma aplicação extremamente limitada, tanto nas relações entre nações quanto nas relações entre governantes e governados.

Aliás, a própria palavra *direito* não é de uma vacuidade infinita? Onde começa, onde acaba? Quando o direito existe e quando não? Dou alguns exemplos. Eis um Estado: a má organização dos poderes públicos, a turbulência da democracia, a impotência das leis contra as facções, a desordem que reina por todo lado vão precipitá-lo na ruína. Um homem ousado eleva-se das fileiras da aristocracia ou do seio do povo: ele rompe todos os poderes constituídos; ele usurpa as leis, ele remaneja todas as instituições e oferece 20 anos de paz a seu país. Teria ele o direito de fazer o que fez?

Pisístrato apropria-se da cidade com um golpe e prepara o século de Péricles. Brutus viola a constituição monárquica de Roma, expulsa os Tarquínios e

cria com golpes violentos uma República cuja grandeza é o mais imponente espetáculo que se tenha oferecido ao universo. Mas a luta entre o patriciado e a plebe que, enquanto foi contida, garantiu a vitalidade da República, conduz à dissolução e tudo via perecer. Surgem César e Augusto: são sempre violentadores. Contudo, graças a eles, o Império romano que sucedeu à República durará mais que ela e, ao sucumbir, cobrirá o mundo inteiro com seus despojos. E então, o direito estava com esses homens audaciosos? Segundo você, não. Entretanto, a posteridade cobriu-os de glórias. Na realidade, eles serviram para salvar seu país. Eles prolongaram sua existência através dos séculos. Você constata que, nos Estados, o princípio do direito é dominado pelo do interesse e o que se deduz de tais considerações é que *o bem pode emergir do mal: que se chegue ao bem pelo mal*, como se chega à cura pelo veneno, como se salva a vida com a lâmina do ferro. Preocupei-me menos com o que é bom e moral do que com aquilo que é útil e necessário: tomei as sociedades pelo que elas são, e deduzi suas consequências sob a forma de regras.

Falando em abstrato, a violência e a astúcia são um mal? Sim, mas será preciso usá-las bem para

governar os homens, enquanto os homens não forem anjos.

Tudo é bom ou ruim, conforme o uso que se fizer e o fruto que daí se extrair. O fim justifica os meios: e agora, meu republicano, se me perguntasse por que darei sempre preferência ao governo absoluto, eu lhe diria que, testemunha em minha pátria da inconstância e da covardia da plebe, de seu gosto inato pela servidão, de sua incapacidade para conceber e respeitar as condições da vida livre; para mim trata-se de uma força cega que se dissolve cedo ou tarde, se não estiver nas mãos de um único homem. Respondo que o povo, deixado por sua conta, só saberá se destruir: jamais saberá administrar, nem julgar, nem fazer a guerra. Eu lhe diria que a Grécia só brilhou nos eclipses da liberdade; que, sem o despotismo da aristocracia romana, e que, mais tarde, sem o despotismo dos imperadores, a deslumbrante civilização da Europa jamais teria florescido.

Haveria de procurar meus exemplos nos Estados modernos? Eles são tão evidentes e numerosos que escolheria os primeiros de que me lembro.

Sob quais instituições e sob quais homens as repúblicas italianas brilharam? Com que soberanos

a Espanha, a França, a Alemanha construíram sua potência? Sob os Leões X, os Júlios II, os Felipes II, os Barbarruivas, os Luíses XIV, os Napoleões, todos homens com mãos terríveis e que empunharam bem mais os copos de suas espadas do que as constituições de seus Estados.

Porém, fico espantado em ver que falei tão longamente para convencer o ilustre escritor que me escuta. Uma parte destas ideias não consta, se estou bem informado, de *O espírito das leis*? Esse discurso feriu o homem grave e frio que meditou, sem paixão, sobre os problemas da política? Os *enciclopedistas* não eram Catões: o autor das *Cartas persas* nunca foi santo, tampouco um devoto fervente. Nossa escola, que tacham de imoral, estaria mais ligada ao verdadeiro Deus que os filósofos do século XVIII.

MONTESQUIEU Suas últimas palavras encontram-me sem cólera, Maquiavel, e escutei-o com atenção. Quer escutar-me e permitir-me em relação a você a mesma liberdade?

MAQUIAVEL Permaneço mudo, escutando em um respeitoso silêncio aquele que foi chamado de *o legislador das nações*.

SEGUNDO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Suas doutrinas não trazem nada de novo para mim, Maquiavel. E, se sinto certo embaraço em refutá-las, é bem menos porque elas inquietam minha razão do que por carecerem de base filosófica, sejam elas falsas ou verdadeiras. Compreendo que você é, antes de tudo, um homem político, e que os fatos o tocam mais de perto que as ideias. Entretanto, haverá de convir que, quando se trata de governo, é necessário chegar a princípios. Você não deixa nenhum lugar, em sua política, nem para a moral, nem para a religião, nem para o direito. Só traz na boca duas palavras: *força e astúcia*. Caso seu sistema se reduza a afirmar que a força desempenha um grande papel nos negócios humanos, que a habilidade é uma qualidade necessária ao homem de Estado, você bem compreende que se trata de uma verdade que não precisa de comprovação. Mas, se você

erige a violência em princípio, a astúcia em máxima de governo, se não leva em conta em seus cálculos nenhuma das leis da humanidade, o código da tirania não passa do código da brutalidade, pois os animais também são hábeis e fortes e não existe, de fato, entre eles, nenhuma lei além da força bruta. Contudo, não creio que seu fatalismo chegue a tal ponto, pois você reconhece a existência do bem e do mal.

Seu princípio é de que *o bem pode advir do mal*, e que é permitido fazer o mal quando disso pode resultar um bem. Assim, você não diz que é bom em si mesmo trair sua palavra, nem que é bom usar a corrupção, a violência e o assassinato. Mas diz: podemos trair quando for útil, matar quando necessário, apoderar-nos de bens alheios quando for vantajoso. Apresso-me a dizer que, em seu sistema, tais máximas só se aplicam aos príncipes, e quando se trata dos interesses deles ou dos Estados. Em consequência, o príncipe tem o direito de violar seus juramentos; ele pode derramar sangue aos borbotões para apropriar-se do poder e para mantê-lo. Pode despojar aqueles que banuiu, subverter todas as leis, editar novas e tornar a violá-las; dilapidar as finanças, corromper, oprimir, punir e bater sem cessar.

MAQUIAVEL Mas não foi você próprio quem disse que, nos Estados despóticos, o medo era necessário, a virtude inútil, a honra perigosa; que era preciso uma obediência cega, e que o príncipe estaria perdendo caso ele parasse de erguer o braço um instante.¹

MONTESQUIEU Sim, eu disse isso: porém, ao constatar, como você, as terríveis condições que permitem manter o poder tirânico, era uma forma de censura e não visava erigir-lhe altares. Era para despertar o horror em minha pátria que, sorte dela, jamais curvou a cabeça a um jugo semelhante. Duvido que não veja que a força não passa de um acidente na marcha das sociedades constituídas e que até os poderes mais arbitrários são obrigados a procurar sua sanção em considerações estranhas às teorias do uso da força. Todo opressor age não só em nome de interesses, mas sim em nome do dever. Eles o violam e o invocam ao mesmo tempo. Assim, a doutrina do interesse sozinha é tão impotente quanto os meios que ela emprega.

1 O espírito das leis, capítulo IX, livro III.

MAQUIAVEL Aqui tenho de interrompê-lo: ao atribuir um lugar ao interesse, estaria justificando todas as necessidades políticas que não estão de acordo com o direito.

MONTESQUIEU Está invocando a razão de Estado. Então, observe que não posso dar como base das sociedades exatamente aquilo que as destrói. Em nome do interesse, príncipes e povos, bem como cidadãos, só cometerão crimes. E no interesse do Estado, está me dizendo! Porém, como eu reconheceria se, de fato, ele obtém vantagens ao cometer essa ou aquela iniquidade? Não sabemos que o interesse do Estado, frequentemente, não é apenas o interesse do príncipe ou dos favoritos que o circundam? Não fico exposto a consequências similares considerando o direito como base para a existência das sociedades, porque a noção de direito traça limites que o interesse não deve ultrapassar.

E caso me pergunte qual é o fundamento do direito, vou dizer-lhe que é a moral, cujos preceitos nada têm de duvidoso nem de obscuro, porque estão escritos em todas as religiões e igualmente im-

pressos em caracteres luminosos na consciência do homem. É desta fonte pura que devem provir todas as leis civis, políticas, econômicas, internacionais.

Ex eodem iure, sive ex eodem fonte, sive ex eodem, principio.

Mas é aqui que se evidencia sua inconsequência: você é católico, cristão, adoramos o mesmo Deus, você aceita seus mandamentos, admite a moral, admite o direito nas relações dos homens entre si, e esmaga todas essas regras quando se trata do Estado ou do príncipe. Em suma, *segundo você, a política não tem nada a ver com a moral*. Você permite ao monarca aquilo que nega ao sujeito. Dependendo de quem pratica determinadas ações, você as glorifica no forte e as condena no fraco: passam de crimes a virtudes, conforme a hierarquia de quem a executa. Você louva o príncipe por tê-las praticado *e manda o indivíduo para a cadeia*. Você não desconfia que, com tais máximas, não há sociedade que consiga sobreviver; você acredita que o indivíduo manterá por muito tempo suas afirmações ao ver seu soberano traí-las; que ele respeitará as leis quando souber que aquele mesmo que as outorgou, passou a violá-las, e que ele as ignora todos os dias; você acredita que ele

hesitará em escolher o caminho da violência, da corrupção e da fraude, quando ele vir passando por aí aqueles que deveriam conduzi-lo? Pare de enganar a si mesmo: saiba que cada usurpação do príncipe no domínio da coisa pública autoriza uma infração semelhante no âmbito do indivíduo, que cada perfídia política engendra uma perfídia social e que cada violência nas altas esferas legitima violências nas ruas. Isso vale no que concerne aos cidadãos entre eles.

No que diz respeito às relações com os governantes, não necessito dizer-lhe que é o fermento da guerra civil introduzida pelo Estado no seio da sociedade. O silêncio do povo não passa de uma trégua dos vencidos, para quem a queixa é um crime. Aguarde seu despertar: você inventou a teoria da força, não tenha dúvida de que ele a memorizou. Na primeira ocasião, irá romper suas cadeias; provavelmente, vai rompê-las com o pretexto mais fútil e há de retomar com a força o que a força lhe arrancou.

O máximo do despotismo é o *perinde ac cadaver* dos jesuítas. Matar ou ser morto: eis sua lei; é o embrutecimento hoje, a guerra civil amanhã. Ao menos, assim é que as coisas vão acontecendo em

todas as latitudes da Europa. No Oriente, os povos cochilam em paz na vileza da servidão.

Portanto, os príncipes não podem se permitir o que a moral privada não permite: esta é minha conclusão, ela é formal. Você pensou que poderia me embaraçar, citando o exemplo de vários grandes homens que, por meio de ações ousadas violando as leis, haviam logrado para seus países a paz, até mesmo a glória. E daí retira seu grande argumento: *o bem se origina do mal*. Não me convence muito: ninguém me demonstrou que tais homens audaciosos fizeram mais bem do que mal. Tampouco estou convencido de que as sociedades tenham sido salvas ou sustentadas por eles. Os meios de salvação que eles trazem não compensam os germes de dissolução que eles próprios introduzem nos Estados. Muitas vezes, alguns anos de anarquia são bem menos funestos para um reino do que vários anos sob despotismo silencioso.

Você admira os grandes homens: eu só admiro as grandes instituições. Creio que, para serem felizes, os povos necessitam mais de homens íntegros do que de homens geniais. Todavia, posso aceitar que algumas das ações violentas cuja apologia você faz beneficiaram certos Estados. Essas ações poderiam ser

justificadas em sociedades antigas onde reinavam a escravidão e o dogma da fatalidade. Vamos encontrá-las na Idade Média e mesmo nos tempos modernos. Porém, à medida que os costumes se amenizaram, que as luzes se difundiram entre vários povos da Europa e, principalmente, à medida que os princípios da ciência política ficaram mais conhecidos, o direito acabou substituindo a força tanto nos princípios como nos fatos. Sem dúvida, os redemoinhos da liberdade sempre existirão, e muitíssimos crimes ainda serão cometidos em seu nome: porém, o fatalismo político não mais existe. Se, em sua época, você pôde dizer que o despotismo era um mal necessário, não poderia repeti-lo hoje pois, no estágio atual dos costumes e das instituições políticas entre os principais povos da Europa, o despotismo tornou-se impossível.

MAQUIAVEL Impossível? Se conseguir provar-se isso, aceitaria dar um passo em direção a suas ideias.

MONTESQUIEU Vou demonstrar-lhe isso facilmente, caso queira ouvir-me um pouco mais.

MAQUIAVEL Com prazer, mas preste atenção: creio que se empenha demasiado.

TERCEIRO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Uma massa espessa de sombras dirige-se para esta praia: a região onde estamos, brevemente, será invadida. Passe para este lado, senão ficaremos logo separados.

MAQUIAVEL Em suas últimas palavras, nada encontro daquela precisão que caracterizava sua linguagem no início de nossa entrevista. Creio que exagera as consequências dos princípios que estão contidos em *O espírito das leis*.

MONTESQUIEU Nessa obra, de propósito, evitei criar longas teorias. Se você a conhecesse não apenas pelo que lhe contaram sobre ela, veria que os desdobramentos particulares que aqui lhe apresento decorrem facilmente dos princípios que propus. Além do mais, não tenho dificuldades em confessar que o conhecimento que adquiri dos

novos tempos não modificou nem completou certas ideias minhas.

MAQUIAVEL Você afirma seriamente que o despotismo é incompatível com o estado político dos povos da Europa?

MONTESQUIEU Não me referi a todos os povos. Caso queira, citarei aqueles cujo desenvolvimento da ciência política conduziu a este grande resultado.

MAQUIAVEL Quais são esses povos?

MONTESQUIEU A Inglaterra, a França, a Bélgica, uma parte da Itália, a Prússia, a Suíça, a Confederação germânica, a Holanda, a própria Áustria, ou seja, conforme verifica, quase todo o território da Europa por onde se estendia outrora o mundo romano.

MAQUIAVEL conheço um pouco o que aconteceu na Europa, desde 1527 até os dias de hoje, e lhe confesso que estou muito curioso por ouvi-lo justificar sua proposição.

MONTESQUIEU Bem, escute porque talvez eu consiga convencê-lo. Não são os homens, são as instituições que garantem o reino da liberdade e bons costumes

nos Estados. Da perfeição ou da imperfeição das instituições depende todo o bem, mas dependerá também todo o mal que pode resultar para os homens de sua reunião em sociedade. E quando exijo instituições melhores, você bem compreende que, de acordo com a boa sentença de Sólon, entendo *as instituições mais perfeitas que os povos possam sustentar*. Isso significa que não concebo para eles condições de existência impossíveis e que, por isso, me afasto desses deploráveis reformadores que pretendem construir as sociedades sobre hipóteses racionais sem levar em conta o clima, hábitos, costumes e, inclusive, preconceitos.

Na origem das nações, as instituições são o que conseguem ser. A Antiguidade mostrou-nos civilizações maravilhosas, Estados nos quais as condições de governo livre eram admiravelmente concebidas. Os povos da Era Cristã tiveram mais dificuldade para colocar suas constituições em harmonia com o movimento da vida política; mas aproveitaram os ensinamentos da Antiguidade e, com civilizações infinitamente mais complicadas, conseguiram chegar a resultados mais perfeitos.

Uma das primeiras causas da anarquia, como também do despotismo, foi a ignorância teórica e

prática na qual os Estados da Europa permaneceram durante tanto tempo quanto aos princípios que presidem a organização dos poderes. Como, quando o princípio da soberania residia unicamente na pessoa do príncipe, o direito da nação poderia ser afirmado? Como, quando aquele que era encarregado de fazer executar as leis era ao mesmo tempo o legislador, poderia seu poder não ser tirânico? Como os cidadãos poderiam ser garantidos contra a arbitrariedade, quando o poder legislativo e o poder executivo já estavam confundidos, o poder judiciário ainda se concentrava na mesma mão?¹

Eu bem sei que certas liberdades, que certos direitos públicos que cedo ou tarde se introduzem nos costumes políticos menos avançados, não deixam de trazer obstáculos ao exercício ilimitado do reinado absoluto. E, por outro lado, o medo de que o povo comece a gritar, o espírito de doçura de certos reis levaram-nos a usar com moderação os poderes excessivos de que estavam investidos. Contudo, não é menos verdadeiro que garantias tão precárias estavam à mercê do monarca que, em princípio, possuía

1 *O espírito das leis*, capítulo VI, livro XI.

os bens, os direitos e a pessoa dos súditos. A divisão dos poderes realizou na Europa o problema das sociedades livres, e se alguma coisa pode suavizar para mim a ansiedade das horas que precedem o julgamento final, é a ideia de que minha passagem pela terra não tem nada alheio a essa grande emancipação.

Você nasceu, Maquiavel, nos limites da Idade Média, e viu, com o renascimento das artes, abrir-se a aurora dos tempos modernos. Mas a sociedade no seio da qual viveu, permita que lhe diga, ainda estava impregnada dos erros da barbárie: a Europa era um torneio. As ideias de guerra, de dominação e de conquista enchiam a cabeça dos homens de Estado e dos príncipes. Admito que então a força era tudo, o direito valia pouco: os reinos eram uma espécie de presa dos conquistadores. No interior dos Estados, os soberanos lutavam contra os grandes vassalos e estes esmagavam as cidades. No meio da anarquia feudal que punha a Europa inteira em armas, os povos esmagados tinham se habituado a olhar para os príncipes e para os grandes como divindades fatais, a quem o gênero humano se encontrava submetido. Você veio dessa época cheia de tumultos, mas igualmente de grandezas. Você viu capitães intrépidos,

homens de ferro, gênios audaciosos. E esse mundo, pleno de belezas sombrias em sua desordem, pareceu-lhe como pareceria a um artista cuja imaginação se impressionasse mais do que seu sentido moral. Em minha opinião, isso é o que explica O *príncipe*. E você não teria estado tão longe da verdade quando, há pouco, com uma finta italiana, para me sondar, se divertira em atribuir-me um capricho de diplomata. Porém, depois de você, o mundo movimentou-se: hoje, os povos olham-se enquanto árbitros de seus destinos. De fato e de direito, eles destruíram os privilégios, destruíram a aristocracia. Eles engendraram um princípio que seria muito diferente para você, descendendo do marquês Hugo: eles estabeleceram o princípio da legalidade. Eles não veem nesses que os governam senão mandatários. Eles realizaram o princípio da legalidade por meio de leis civis que ninguém lhes poderia arrancar. Eles consideram tais leis como seu sangue, pois elas de fato custaram muito sangue a seus ancestrais.

Há pouco lhe falava de guerras: elas continuam a vicejar, estou ciente. Contudo, o primeiro progresso é que elas não dão mais aos vencedores a propriedade dos Estados vencidos. Um direito que você mal

conheceu, o direito internacional, hoje regula as relações das nações entre si, como o direito civil rege as relações dos indivíduos em cada nação.

Após ter garantido seus direitos privados por leis civis, seus direitos públicos por *tratados*, os povos quiseram acertar as diferenças com seus príncipes, e garantiram seus direitos políticos por meio de *constituições*. Durante muito tempo, entregues à arbitrariedade pela confusão dos poderes, que permitia aos príncipes *fazer leis tirânicas para aplicá-las tiranicamente*, eles separaram os três poderes, legislativo, executivo e judiciário, por meio de linhas constitucionais que não podem ser ultrapassadas sem que soe o alarme para todo o corpo político.

Por meio desta única reforma, que é um fato imenso, criou-se o direito público interno, e destacam-se os princípios superiores que o constituem. A pessoa do príncipe deixa de ser confundida com a do Estado; a soberania surge como tendo sua fonte, parcialmente, no próprio seio da nação, que faz a distribuição de poderes entre o príncipe e os corpos políticos independentes uns dos outros. De jeito nenhum pretendo fazer, perante o grande homem de Estado que me escuta, uma teoria ampliada do

regime que se chama, na Inglaterra e na França, o *regime constitucional*. Hoje, ele se inseriu nos costumes dos principais Estados da Europa, não só porque é a expressão da mais alta ciência política, mas sobretudo por ser o único modo prático diante das ideias da civilização moderna.

Através dos tempos, tanto sob o reino da liberdade quanto debaixo de tiranias, não se pôde governar senão por *leis*. Assim, é sobre *a maneira pela qual as leis são feitas*, que se fundamentam todas as garantias dos cidadãos. Se o príncipe for o único legislador, só fará leis tirânicas, caso não chegue a derrubar a constituição do Estado em alguns anos. Porém, em todo caso, estamos em pleno absolutismo. Caso se trate de um senado, temos uma oligarquia constituída, regime odioso para o povo, porque gera tanto tiranos quanto patrões. Caso seja o povo, corremos para a anarquia, que é outra maneira de desembocar no despotismo. Se for uma assembleia eleita pelo povo, a primeira parte do problema já se encontra resolvida, pois é a própria base do governo representativo, hoje em vigor em toda a Europa meridional.

Porém, uma assembleia de representantes do povo que possuísse sozinha toda a soberania le-

gislativa, não tardaria em abusar de sua potência e fazer que o Estado corresse grandes perigos. O regime que se constituiu definitivamente, transação bem-sucedida entre a aristocracia, a democracia e a instituição monárquica, participa em simultâneo dessas três formas de governo, por meio de uma ponderação de poderes que pareceria ser a obra-prima do espírito humano. A pessoa do soberano permanece sagrada, inviolável. Mas conserva uma quantidade de atribuições capitais que, para o bem do Estado, devem permanecer em seu poder, dado que seu papel essencial é o de *procurador da execução das leis*. Não mais dispondo da plenitude dos poderes, sua responsabilidade apaga-se e passa para a cabeça dos ministros que ele associa a seu governo. A lei, que só ele pode propor ou associar-se com outro corpo do Estado para fazê-lo, é preparada por um conselho de homens veteranos no trato da coisa pública, submetido a uma câmara alta, hereditária ou vitalícia, que examina se suas disposições não têm nada contrário à constituição, votada por um corpo legislativo emanado do sufrágio da nação, aplicada por uma magistratura independente. Se a lei tiver defeitos, ela é rejeitada ou emendada

pelo corpo legislativo: a câmara alta opõe-se a sua adoção no caso de ela ser contrária aos princípios em que se baseia a constituição.

O triunfo deste sistema tão profundamente concebido e cujo mecanismo pode ser combinado de mil maneiras, segundo o temperamento dos povos aos quais se aplica, foi conciliar a ordem com a liberdade, a estabilidade com o movimento, fazer participar a totalidade dos cidadãos na vida pública, pelo deslocamento alternativo das maiorias, que influem nas câmaras a partir da nomeação de ministros dirigentes.

As relações entre o príncipe e os súditos repousa, conforme se vê, num vasto sistema de garantias cujas bases inabaláveis encontram-se na ordem civil. Ninguém pode ser atingido em sua pessoa ou em seus bens por um ato de autoridade administrativa. A liberdade individual está sob a proteção dos magistrados. Em matéria criminal, os acusados são julgados por seus pares: acima de todas as jurisdições, existe uma jurisdição suprema encarregada de cassar as detenções que violem as leis. Os próprios cidadãos são armados, para a defesa de seus direitos, pela instituição de milícias burguesas que ajudam a polícia das cidades. O indivíduo mais simples pode, por meio

de petição, fazer chegar sua queixa às assembleias soberanas que representam a nação. As prefeituras são administradas por oficiais públicos eleitos. Todo ano, grandes assembleias provinciais, igualmente saídas de sufrágio, reúnem-se para exprimir as necessidades e desejos das populações circundantes.

Ó Maquiavel, eis a imagem enfraquecida de algumas das instituições que hoje florescem nos Estados modernos, em especial, em minha bela pátria. Porém, como a publicidade é a essência dos países livres, tais instituições não poderiam viver muito caso não funcionassem à luz do dia. Uma potência ainda desconhecida em sua época, e que acaba de nascer, veio dar a eles o derradeiro sopro de vida. Trata-se da *imprensa*, proscrita durante muito tempo, ainda desmerecida pela ignorância, mas a quem serviria o elogio de Adam Smith, ao falar do crédito: *é uma via pública*. Com efeito, por meio dela se manifesta todo o movimento das ideias entre os povos modernos. A imprensa funciona no Estado com funções policiais: exprime necessidades, traduz queixas, denuncia abusos e atos arbitrários. Faz apelos à moralidade com todos os depositários de poder: só isso bastaria para defrontá-los com a

opinião pública. Ó Maquiavel, em sociedades assim reguladas, que lugar você poderia ocupar perante a ambição dos príncipes e as tiranias? Não ignoro as convulsões dolorosas que fizeram triunfar tais posições. Na França, a liberdade afogada no sangue durante o período revolucionário só foi superada com a Restauração. Nesta, outras comoções tiveram lugar. Já então, todos os príncipes, todas as instituições de que lhe falei tinham adotado os costumes da França e dos povos que gravitavam na esfera de sua influência. Terminei, Maquiavel. Os Estados, como os soberanos, hoje só se governam segundo regras de justiça. O ministro moderno que se inspirasse em suas lições não ficaria um ano sequer no poder. O monarca que pusesse em prática as máximas de *O príncipe* levantaria contra si a reprovação de seus governados: seria banido da Europa.

MAQUIAVEL Acredita nisso?

MONTESQUIEU Perdoa minha franqueza?

MAQUIAVEL Por que não?

MONTESQUIEU Posso deduzir que suas ideias tenham mudado um pouco?

MAQUIAVEL Proponho-me a demolir, uma a uma, todas as suas belas afirmações e demonstrar-lhe que só minhas doutrinas têm importância hoje, apesar das ideias novas, apesar dos novos costumes, apesar dos pretensos princípios de direito público, malgrado todas as instituições que acabou de citar. Antes, permita que lhe faça uma pergunta: até onde você chegou na história contemporânea?

MONTESQUIEU As noções que juntei sobre os vários Estados da Europa vão até 1847. Os acasos de minha marcha errante através desses espaços infinitos e a multidão confusa de almas que aí se amontoam não me permitiram encontrar nenhuma que me informasse além da época que acabo de referir. Desde que desci ao estágio das trevas, passei quase meio século entre os povos do velho mundo, e só depois de um quarto de século tornei a encontrar povos modernos. Convém dizer que a maior parte vinha dos rincões mais remotos do universo. Nem sei exatamente em que ano nos encontramos.

MAQUIAVEL Quer dizer, Montesquieu, que aqui os últimos são os primeiros! O homem de Estado da Idade Média, o político dos tempos bárbaros

acaba sabendo mais que o filósofo do século XVIII sobre a história dos tempos modernos. Os povos encontram-se no ano da graça de 1864.

MONTESQUIEU Rogo-lhe, Maquiavel, faça-me saber logo o que aconteceu na Europa desde o ano de 1847.

MAQUIAVEL Se me permite, não antes de desfrutar o prazer de derrotá-lo no cerne de suas teorias.

MONTESQUIEU Como preferir: mas fique sabendo que não tenho nenhuma inquietude em relação a isso. São necessários séculos para mudar os princípios e a forma de governo sob os quais os povos se habituaram a viver. Nenhum ensinamento político novo poderia resultar dos 15 anos que acabam de passar. Em todo caso, se for assim, não seriam as doutrinas de Maquiavel que acabariam triunfando.

MAQUIAVEL É o que você pensa: agora, escute.

QUARTO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Ao ouvir suas teorias sobre a divisão dos poderes e sobre os benefícios que lhe devem os povos da Europa, eu não podia deixar de admirar, Montesquieu, até que ponto a ilusão dos sistemas chega a apoderar-se dos maiores espíritos.

Seduzido pelas instituições da Inglaterra, você acreditou poder fazer do regime constitucional a panaceia universal dos Estados. Mas não considerou o movimento irresistível que arranca as sociedades a suas tradições da véspera. Não se passarão dois séculos antes que essa forma de governo, que você admira, na Europa, se torne apenas uma lembrança histórica, algo superado e caduco como a regra das três unidades de Aristóteles.

Em primeiro lugar, permita que examine seu mecanismo político em si mesmo: você equilibra os três poderes e encerra cada um em suas atribuições.

Este fará as leis, o outro as aplicará e um terceiro escutá-las-á: o príncipe reinará e os ministros governarão. Coisa maravilhosa essa balança constitucional! Você previu tudo, todas as regras, exceto o movimento: o triunfo de tal sistema não seria a ação. Seria a imobilidade, caso o mecanismo funcionasse com precisão. Porém, na realidade, as coisas não acontecem assim. Na primeira ocasião, haverá movimento pela ruptura de uma das alçadas que delimitou tão cuidadosamente. Você acredita que os poderes vão ficar muito tempo nos limites constitucionais que lhes designou, e que eles não irão superá-los? Qual assembleia legislativa não pretenderá a soberania? Qual magistratura não se dobrará a pressões? Sobretudo, qual príncipe, soberano de um Estado ou chefe de uma República, há de aceitar o papel passivo a que foi condenado? Quem, em suas reflexões secretas, não pensará em derrubar os poderes rivais que embaraçam sua ação? Na realidade, você pôs em litígio todas as forças antagônicas, suscitou todas as operações, deu armas a todos os partidos. Entregou o poder ao assalto de todas as ambições e fez do Estado uma arena em que se dilaceram as facções. Em pouco tempo, a desordem

vai imperar: retóricos incansáveis vão transformar as assembleias deliberativas em duelos oratórios. Jornalistas audaciosos e panfletários desenfreados vão atacar todos os dias a pessoa do soberano, vão desacreditar o governo, os ministros, os funcionários do poder...

MONTESQUIEU Faz tempo que ouço tais reprimendas aos governos livres. Para mim, elas não têm valor: os abusos não condenam as instituições. Conheço muitos Estados que vivem em paz e há muito tempo respeitando tais leis: lamento aqueles que não podem viver assim.

MAQUIAVEL Calma! Em seus cálculos, só tomou em consideração minorias sociais. Existem populações numerosas acorrentadas ao trabalho pela pobreza, como sucedeu antigamente com a escravidão. Pergunto-lhe, que importam suas ficções para a felicidade deles? Na verdade, seu grande movimento político nada logrou além do triunfo de uma minoria privilegiada pelo acaso conforme ocorrera com a antiga nobreza quanto ao nascimento. Que importa ao operário curvado sobre seu trabalho, acabrunhado pelo peso de seu destino, que alguns oradores

tenham o direito de falar, que alguns jornalistas tenham o direito de escrever? Você criou direitos que jamais passarão de virtualidades para o povo, dado que ele não saberia usá-los. Tais direitos, cujo desfrute ideal a lei oferece e cuja necessidade lhe recusa o exercício real, não passam de ironia amarga em seu destino. Respondo-lhe que, algum dia, ele será dominado pelo ódio e os destruirá com as próprias mãos para entregar-se ao despotismo.

MONTESQUIEU Quanto desprezo Maquiavel tem pela humanidade, e que ideia faz da vilania dos povos modernos? Deus todo-poderoso, eu não acreditaria que você os concebe tão vis! Maquiavel, diga o que disser, você ignora os princípios e as condições de existência da civilização atual. Hoje, assim como existe a lei divina, o trabalho é a lei comum. E, longe de ser um signo de servidão entre os homens, ele se constitui no lugar de associação, no instrumento de sua igualdade.

Os direitos políticos não têm nada de ilusório para o povo nos Estados em que a lei não reconhece privilégios e onde todas as carreiras estão abertas às atividades intelectuais. Sem dúvida, e em nenhuma sociedade poderia ser diferente, a desigualdade das

inteligências e das fortunas provoca desigualdades inevitáveis no exercício dos direitos individuais. Porém, não basta que esses direitos existam para que o objetivo de uma filosofia esclarecida seja alcançado, para que a emancipação dos homens seja assegurada na medida em que ela pode ser? Mesmo para aqueles nascidos nas condições mais humildes, não significa nada ter o sentimento de sua independência e a dignidade dos cidadãos? Mas este é apenas um dos lados da questão, pois se a grandeza moral dos povos depende da liberdade, eles não se encontram menos estritamente ligados por seus interesses materiais.

MAQUIAVEL Eis onde eu queria chegar. A escola à qual você pertence elaborou princípios cujas consequências ela parece não captar: você acredita que eles conduzam ao reino da razão. Gostaria de mostrar-lhe que conduzem ao reino da força. Seu sistema político, considerado em sua pureza original, consiste em dar uma parcela de ação mais ou menos igual aos diversos grupos de força que compõem as sociedades, consiste em equilibrar as atividades sociais: você não deseja que o elemento aristocrático prevaleça sobre o democrático. Entretanto, o caráter

de suas instituições é dar mais força à aristocracia do que ao povo, mais força ao príncipe do que à aristocracia, proporcionando assim poderes à capacidade política daqueles que devem exercê-los.

MONTESQUIEU Tem razão.

MAQUIAVEL Você faz com que diferentes classes da sociedade participem das funções públicas segundo seu grau de aptidão e seus conhecimentos. Emancipa a burguesia pelo voto, controla o povo por meio da taxa para eleger ou ser eleito, as liberdades populares criam a potência da opinião, a aristocracia oferece o prestígio das grandes maneiras, o trono lança sobre a nação o estrépito da instância suprema. Você conserva todas as tradições, todas as grandes lembranças, o culto de todas as coisas grandiosas. Na superfície, o que se vê é uma sociedade monárquica, mas tudo é democrático no fundo, porque, na realidade, não existem barreiras entre as classes, e o trabalho é o instrumento de todas as fortunas. Não é mais ou menos assim?

MONTESQUIEU Sim, Maquiavel: e você pelo menos busca compreender as opiniões que não partilha.

MAQUIAVEL Bem, todas essas coisas bonitas passaram ou vão passar feito um sonho. Porque você tem um novo princípio segundo o qual todas as instituições se decompõem com uma rapidez fulminante.

MONTESQUIEU Qual seria esse princípio?

MAQUIAVEL É o da soberania popular. Havemos de encontrar, não duvide, a quadratura do círculo antes de chegar a conciliar o equilíbrio dos poderes com a existência de um princípio semelhante entre as nações onde ele é admitido. O povo, por uma consequência inevitável, algum dia, apoderar-se-á de todos os poderes que foram reconhecidos como provenientes dele. Será capaz de mantê-los? Não. Após alguns dias de loucura, por cansaço, vai atirá-los ao primeiro soldado aventureiro que encontrar pelo caminho. Já viu em 1793 em seu país como os cortadores de cabeças franceses trataram a monarquia representativa: o povo soberano afirmou-se pelo suplício de seu rei, depois negligenciou seus direitos. Entregou-se a Robespierre, a Barras, a Bonaparte.

Você é um grande pensador, mas não conhece a inesgotável covardia dos povos: não falo daqueles de minha época, mas da sua. Rastejantes perante

a força, sem piedade com a fraqueza, implacáveis com os erros, indulgentes com os crimes, incapazes de suportar as contrariedades de um regime livre, e pacientes até o martírio diante das violências do despotismo audacioso, quebrando os tronos nos momentos de cólera, e aceitando patrões a quem perdoa excessos, sendo que o menor destes bastaria para decapitar vinte reis constitucionais.

Assim procure a justiça: procure o direito, a estabilidade, a ordem, o respeito pelas formas tão complicadas de seu mecanismo parlamentar com massas violentas, indisciplinadas, incultas, às quais você diz: Vocês são o direito, os senhores, são os árbitros do Estado! Oh! Tenho a certeza de que o prudente Montesquieu, o político circunspecto, que elaborava princípios e omitia suas consequências, não escreveu em *O espírito das leis* o dogma da soberania popular. Porém, conforme afirmava há pouco, as consequências decorrem por si mesmas dos princípios enunciados. A afinidade de suas doutrinas com as do *Contrato social* faz-se sentir plenamente. E mais: desde que os revolucionários franceses, jurando *in verba magistri*, escreveram que “uma constituição só pode ser a obra livre de uma convenção entre as-

sociados”, o governo monarquista e parlamentar foi condenado à morte em seu país. Em vão tentou-se restaurar os princípios; em vão seu rei, Luís XVIII, retornando à França, tentou remontar os poderes a sua fonte, promulgando as declarações de 89 como procedentes de outorga real; essa piedosa ficção da monarquia aristocrática estava em contradição flagrante demais com o passado: ela devia desmanchar-se com o barulho da revolução de 1830, como o governo de 1830, por sua vez...

MONTESQUIEU Conclua.

MAQUIAVEL Não vamos antecipar-nos. O que você sabe do passado, tanto quanto eu, autoriza-me, a partir de agora, a dizer que o princípio da soberania popular destrói qualquer estabilidade, ele consagra indefinidamente o direito das revoluções. Ele põe as sociedades em guerra aberta contra todos os poderes humanos e mesmo contra Deus. Ele é a própria encarnação da força. Ele faz do povo uma besta feroz que adormece quando está encharcada de sangue e que é acorrentada. Eis a marcha invariável que seguem todas as sociedades cujo movimento é regulado por este princípio: a soberania popular en-

gendra a demagogia, a demagogia engendra a anarquia, a anarquia conduz ao despotismo. Para você, o despotismo é a barbárie. Bem, você vê que os povos retornam à barbárie pelo caminho da civilização.

Mas isso não é tudo: afirmo que, sob outros pontos de vista, o despotismo ainda é a única forma de governo efetivamente apropriada ao estado social dos povos modernos. Você me dizia que seus interesses materiais os vinculavam à liberdade e, aqui, você entra muito bem em meu jogo. Em geral, quais são os Estados que precisam da liberdade? São aqueles que vivem para os grandes sentimentos, para as grandes paixões, para o heroísmo, para a fé, até para a honra, da mesma forma pela qual se exprimia em sua época ao falar da monarquia francesa. O estoicismo pode tornar um povo livre: o cristianismo, em certas condições, poderia ter o mesmo privilégio. Compreendo as necessidades da liberdade em Atenas, em Roma, entre as nações que só respiravam pela glória das armas, para quem a guerra satisfazia todas as expansões, que tinham necessidade de todas as energias do patriotismo, de todos os entusiasmos cívicos para triunfar contra seus inimigos.

As liberdades públicas eram o patrimônio natural dos Estados em que as funções servis e industriais eram delegadas aos escravos, onde o homem era inútil se não fosse cidadão. Concebo ainda a liberdade em determinadas épocas da Era Cristã, e nomeadamente nos pequenos Estados ligados entre si por sistemas de confederação análogos aos das Repúblicas helênicas, como na Itália e na Alemanha. Aí encontro uma parte das causas naturais que tornavam a liberdade necessária. Ela teria sido quase inofensiva na época em que o princípio da autoridade não era questionado, quando a religião constituía um império absoluto sobre os espíritos, quando o povo tutelado pelas corporações marchava docilmente conduzido por seus pastores. Caso sua emancipação política tivesse então sido levada adiante, teria acontecido sem perigos, pois ela teria ocorrido conforme os princípios nos quais se baseia a existência de todas as sociedades. Porém, em seus grandes Estados, que só vivem para a indústria, com suas populações sem Deus e sem fé, numa época em que os povos não mais se satisfazem com a guerra, e cujas atividades violentas voltam-se necessariamente para dentro, a liberdade, com os princípios que

lhes servem de fundamento, só pode ser uma causa de dissolução e de ruína. Tenho de acrescentar que ela é tão inútil para as necessidades morais dos indivíduos quanto para os Estados.

Do cansaço das ideias e do choque das revoluções surgiram sociedades frias e descrentes que chegaram à indiferença tanto em política como em religião, que não dispõem de nenhum estímulo além do desfrute material, que vivem em função de seus interesses, que só cultuam o ouro, cujos costumes mercantis disputam com os dos judeus tomados por modelos. Você acredita que seja por amor à liberdade que as classes subalternas tentam assaltar o poder? É por ódio aos proprietários. No fundo, é para arrancar-lhes suas riquezas, instrumento dos prazeres que elas invejam.

Os donos do poder imploram um braço enérgico, um poder forte. Eles só exigem uma coisa: proteger o Estado contra as agitações que sua constituição frágil não poderia resistir, dar-lhes a segurança necessária para que possam fazer seus negócios e deles desfrutar. Que formas de governo você pretende aplicar a essas sociedades que a corrupção tudo corrói, onde as fortunas só se adquirem pela fraude,

onde a moral só é possível com leis repressivas, onde o sentimento da pátria foi extinto não sei por qual cosmopolitismo universal?

Não vejo salvação para tais sociedades, verdadeiros colossos com pés de barro, exceto pela instituição de uma centralização exacerbada, que põe toda a força pública ao dispor dos que governam. Só vejo saída numa administração hierárquica semelhante à do Império romano, que regule mecanicamente todos os movimentos dos indivíduos, em um vasto sistema de legislação que retome todas as liberdades que foram imprudentemente distribuídas. Enfim, um poder que esmague imediatamente tudo o que lhe resistir, todo protesto. O cesarismo do Baixo Império parece-me realizar bastante bem o que desejo para o bem-estar das sociedades modernas. Graças a esses aparelhos que já funcionam, é o que me dizem, em vários países da Europa, elas podem viver em paz, como na China, no Japão e na Índia. Não podemos permitir que um preconceito vulgar nos faça desprezar essas civilizações orientais, cujas instituições aprendemos a apreciar a cada dia. Por exemplo, o povo chinês é muito trabalhador e muito bem governado.

QUINTO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Hesito na resposta, Maquiavel, porque em suas últimas palavras existe algo de zombaria satânica, que me faz suspeitar que seus discursos não estejam totalmente sincronizados com seus pensamentos. Sim, você domina essa eloquência fatal que apaga as marcas da verdade e é igualmente o gênio sombrio cujo nome ainda apavora as gerações atuais. Contudo, de bom grado reconheço que, perante um espírito tão poderoso, perderíamos com seu silêncio. Quero escutá-lo até o fim e até mesmo lhe responder embora, desde já, tenha pouca esperança de convencê-lo. Acaba de pintar um quadro sinistro da sociedade moderna: não posso garantir que seja fiel, incompleto sim, porque em tudo existe o bem e o mal, e você só apontou o mal. Aliás, não me permitiu verificar até que ponto está certo, pois não sei de quais povos nem de que Estados está fa-

lando, quando esboçou esse quadro terrível dos costumes contemporâneos.

MAQUIAVEL Admitamos que tomei como exemplo a mais avançada nação da Europa quanto à civilização e a quem, digo logo, poderia ser aplicado o retrato que acabo de fazer...

MONTESQUIEU Então é da França que está falando?

MAQUIAVEL Certamente.

MONTESQUIEU Você tem razão, porque a França foi onde menos penetraram as doutrinas sombrias do materialismo. Ela permanece o teatro das grandes ideias e das grandes paixões cuja fonte você acredita estar destruída, e dela surgiram esses grandes princípios de direito público aos quais você não dá espaço no governo dos Estados.

MAQUIAVEL Você pode acrescentar que é o campo de experiências consagrado das teorias políticas.

MONTESQUIEU Não conheço nenhuma experiência que tenha servido, de maneira durável, para o estabelecimento do despotismo, na França ou alhures, entre as nações contemporâneas. E é isso que, antes

de mais nada, faz-me considerar suas teorias sobre a necessidade do poder absoluto como pouco adequadas à realidade das coisas. Até hoje, não conheço senão dois Estados, na Europa, completamente livres de instituições liberais, que tenham modificado, em todas as suas partes, o elemento monárquico puro: a Turquia e a Rússia. E ainda: observe de perto os movimentos internos que atuam no interior desta última potência, talvez aí encontre os sintomas de uma transformação próxima. É verdade que você anuncia, para um futuro mais ou menos próximo, que os povos, ameaçados por uma dissolução inevitável, voltarão ao despotismo como se fosse a salvação. E o que eles se tornarão sob a forma de grandes monarquias absolutas, análogas às da Ásia, não passa de uma previsão: em quanto tempo isso vai acontecer?

MAQUIAVEL Em menos de um século.

MONTESQUIEU Você é um adivinho: um século é sempre um século. Mas deixe que lhe diga agora porque sua previsão não se cumprirá. Hoje, as sociedades modernas não devem ser encaradas com olhos do passado. Os costumes, os comportamentos, as necessidades, tudo mudou. Portanto, não se

pode confiar sem reserva nas induções da analogia histórica quando se trata de julgar seus destinos. Sobretudo convém evitar que se considerem como leis universais fatos que não passam de acidentes, e transformar em regras gerais as necessidades de tais situações ou de tal época. O fato de que o despotismo tenha surgido várias vezes na história, como consequência de perturbações sociais: segue-se que ele deve ser tomado como regra de governo? Por ter servido de transição no passado, deveria eu concluir que ele é apto para resolver as crises das épocas modernas? Não é racional dizer que outros males exigem outros remédios, outros problemas exigem outras soluções e outros costumes sociais, outros costumes políticos? Uma lei invariável das sociedades é que elas tendem ao aperfeiçoamento, ao progresso; por assim dizer, a sabedoria eterna condenou-as a isso: ela rechaçou o movimento em sentido contrário. Tal progresso precisa ser alcançado por elas.

MAQUIAVEL Ou então, morrem.

MONTESQUIEU Não vamos assumir posições extremas. As sociedades não morrem jamais quando estão prestes a nascer. Quando se constituíram da

maneira que lhes convinha, suas instituições podem alterar-se, entrar em decadência e perecer. Porém elas duraram vários séculos. Foi assim que os povos da Europa passaram por transformações sucessivas, do sistema feudal ao sistema monárquico, e deste ao regime constitucional. Este desenvolvimento progressivo, cuja unidade é tão respeitável, nada tem de fortuito: surgiu como consequência necessária do movimento que acontece nas ideias antes de traduzir-se nos fatos.

As sociedades não podem ter outras formas de governo exceto aquelas que estão em consonância com seus princípios, e é contra essa lei absoluta que você se levanta, ao considerar o despotismo compatível com a civilização moderna. Dado que os povos consideraram a soberania como emanção pura da vontade divina, submeteram-se sem reclamar ao poder absoluto. Dado que as instituições foram insuficientes para garantir sua marcha, eles aceitaram o arbitrário. Porém, desde que seus direitos foram reconhecidos e solenemente afirmados, desde o dia em que as instituições mais fecundas puderam resolver por meio da liberdade todas as funções do corpo social, a política em benefício dos príncipes

foi derrubada. O poder tornou-se uma espécie de dependência do domínio público: a arte do governo tornou-se uma questão administrativa. Hoje, as coisas estão ordenadas de tal modo, nos Estados, que o poder dirigente só se manifesta enquanto motor das forças organizadas.

Certamente, se você supõe tais sociedades infectadas por todas as corrupções, por todos os vícios de que me falava há pouco, elas caminharão rápido para a decomposição: mas como não vê que o argumento que usa é uma verdadeira petição de princípio? Desde quando a liberdade submete as almas e degrada seus caracteres? Não são estas as lições da história: porque ela confirma, em todos os lugares, com caracteres de fogo, que os maiores povos foram os mais livres. Se os costumes aviltaram-se, como você diz, em alguma parte da Europa que ignoro, é porque o despotismo passou por ali, é porque a liberdade ali estaria extinta. Assim é preciso mantê-la onde ela está e restabelecê-la onde já não estiver.

Neste momento, não se esqueça, estamos no terreno dos princípios. E, se os seus diferem dos meus, peço que sejam invariáveis. Ora, não sei mais em que terreno piso quando o escuto elogiar a liberdade na

Antiguidade, e proscrevê-la nos tempos modernos, rechaçá-la ou admiti-la conforme os tempos e lugares.

Mesmo supondo que tais distinções sejam justificadas, não impedem que o princípio permaneça intacto, e é unicamente ao princípio que me atenho.

MAQUIAVEL Como um piloto hábil, vejo que evita os escolhos, permanecendo em alto-mar. As gerações são um grande apoio na discussão; mas confesso que estou muito impaciente para saber como o grave Montesquieu se sairá com o princípio da soberania popular. Até agora, não consegui saber se ela fazia parte de seu sistema. Você o admite ou não?

MONTESQUIEU Não posso responder a uma questão colocada nesses termos.

MAQUIAVEL Tinha certeza que sua própria razão seria perturbada por esse fantasma.

MONTESQUIEU Você se engana, Maquiavel. Contudo, antes de lhe responder, tenho de lembrar-lhe em que se constituíram meus escritos e o caráter da missão que puderam desempenhar. Você tornou meu nome solidário com às iniquidades da Revolução Francesa: é um julgamento bem severo para o

filósofo que caminhou com passos tão prudentes na busca da verdade. Nascido em um século de efervescência intelectual, às vésperas de uma revolução que devia varrer de minha pátria as antigas formas do governo monárquico, posso dizer que nenhuma das consequências do movimento que se fazia no âmbito das ideias escapou desde então a meus olhos. Não posso desconhecer que o sistema da divisão de poderes acabaria por deslocar, necessariamente, a sede da soberania.

Este princípio, malconhecido, maldefinido, sobretudo, mal-aplicado, podia engendrar equívocos terríveis e sacudir a sociedade francesa de alto a baixo. O sentimento desses perigos tornou-se a regra de minhas obras. Assim, ao passo que inovadores imprudentes, atacando imediatamente a fonte do poder, preparavam sem saber uma catástrofe formidável, eu me dedicava unicamente a estudar as formas de governos livres, a extrair os princípios propriamente ditos que presidem seu estabelecimento. Homem de Estado mais que filósofo, jurisconsulto mais que teólogo, legislador prático, se a ousadia de tal termo me é permitida, antes que teórico, eu acreditava fazer mais por meu país ensinando-lhe

a governar-se do que pondo em questão o próprio princípio da autoridade. Entretanto, não agrada a Deus que eu tente obter um mérito mais puro às custas daqueles que, como eu, procuraram de boa-fé a verdade! Todos cometemos erros, mas que cada um assuma a responsabilidade por suas obras.

Sim, Maquiavel, e é uma concessão que não hesito em fazer-lhe: há pouco tinha razão quando dizia que foi necessário que a emancipação do povo francês ocorresse conforme princípios superiores, que presidem a existência das sociedades humanas, e esta reserva deixa-lhe prever o julgamento que apresentarei sobre o princípio da soberania popular.

Primeiro, não admito uma designação que parece excluir da soberania as classes mais esclarecidas da sociedade. Esta distinção é fundamental, dado que ela transformará um Estado em democracia pura ou em Estado representativo. Se a soberania reside em algum lugar, ela reside na nação inteira: assim, eu invocaria primeiro a soberania nacional. Mas a ideia de tal soberania não é uma verdade absoluta, ela é apenas relativa. A soberania do poder humano corresponde a uma ideia profundamente subversiva, a soberania do direito humano. É esta

doutrina materialista e ateia que precipitou a Revolução Francesa no sangue, e lhe infligiu o opróbrio do despotismo após o delírio da independência. Não é correto dizer que as nações são donas absolutas de seus destinos, pois o mestre soberano é o próprio Deus, e elas nunca poderão ficar alheias ao poder dele. Se elas possuíssem a soberania absoluta, elas poderiam tudo, mesmo contra a justiça eterna, mesmo contra Deus: quem ousaria ir tão longe? Porém, o princípio do direito divino, com a significação que comumente se encontra ligada a ele, não é um princípio menos funesto, pois conduz os povos ao obscurantismo, ao arbitrário, ao nada; ele reconstitui logicamente o direito de castas, ele faz dos ovos um rebanho de escravos, como na Índia, pela mão dos sacerdotes, e tremendo sob a vara do patrão. Como poderia ser diferente? Se o soberano é o emissário de Deus, se ele é o próprio representante da divindade na terra, ele tem todo o poder sobre as criaturas humanas submetidas a seu império, e este poder só terá freios com as regras gerais de equidade, das quais será sempre fácil livrar-se.

É no âmbito que separa estas duas opiniões extremas, que se travaram as furiosas batalhas do es-

pírito de partido. Alguns clamam: basta de autoridade divina! E outros: basta de autoridade humana! Ó Providência suprema, minha razão recusa-se a aceitar uma dessas alternativas: ambas parecem-me igualmente uma blasfêmia contra a sabedoria! Entre o direito divino que exclui o homem e o direito humano que exclui Deus, existe a verdade, Maquiavel. As nações, assim como os indivíduos, são livres entre as mãos de Deus. Elas têm todos os direitos, todos os poderes, desde que os utilizem segundo as regras da justiça eterna. A soberania é humana no sentido de que ela é dada pelos homens, e que são os homens que a exercem. Ela é divina no sentido de ser instituída por Deus, e ela só pode ser exercida conforme os preceitos que Ele estabeleceu.

SEXTO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Eu gostaria de chegar a consequências precisas. Até onde a mão de Deus se estende sobre a humanidade? Quem faz os soberanos?

MONTESQUIEU São os povos.

MAQUIAVEL Está escrito: *Per me reges regnant*. O que significa ao pé da letra: Deus faz os reis.

MONTESQUIEU Eis uma tradução para o uso do príncipe, Maquiavel. E, neste século, ela lhe foi tomada por um de seus mais ilustres partidários,¹ mas não é a da santa Escritura. Deus instituiu a soberania, ele não instituiu os soberanos. Sua mão todo-poderosa parou ali, porque é onde começa o livre-arbítrio humano. Os reis governam segundo

1 É evidente que Maquiavel aqui se refere a Joseph de Maistre, cujo nome se encontra mais adiante (nota da edição francesa).

meus mandamentos, eles devem reinar segundo minha lei, este é o sentido do livro divino. Caso fosse diferente, seria preciso dizer que os príncipes, bons e maus, são garantidos pela Providência. Seria necessário inclinar-se tanto perante Nero quanto diante de Tito, tanto perante Calígula quanto diante de Vespasiano. Não, Deus não quis que as dominações mais sacrílegas pudessem invocar sua proteção, que os tiranos mais vis possam reivindicar sua investidura. Aos povos e aos reis ele deixou a responsabilidade dos próprios atos.

MAQUIAVEL Duvido muito que isso seja ortodoxo. Seja como for, em sua opinião, são os povos que dispõem da autoridade soberana?

MONTESQUIEU Ao contestar isso, fique atento para não se contrapor a uma verdade de puro senso comum. Não se trata de uma novidade na história. Em tempos antigos, na Idade Média, onde quer que a dominação tenha se estabelecido fora da invasão ou da conquista, o poder soberano nasceu pela vontade livre dos povos, sob a forma original da eleição. Para citar apenas um exemplo, foi assim que, na França, o chefe da dinastia carolíngia sucedeu aos

descendentes de Clóvis, e a dinastia de Hugo Capeto à de Carlos Magno.² Sem dúvida, a herança veio substituir a eleição. A qualidade dos serviços prestados, o reconhecimento público e as tradições ancoraram a soberania nas principais famílias da Europa, e nada era mais legítimo. Porém, o princípio da onipotência nacional constantemente encontrou-se no fundo das revoluções, ele foi sempre invocado para a consagração dos poderes novos. É um princípio anterior e preexistente que não fez nada além de realizar-se mais estreitamente nas diversas constituições dos Estados modernos.

MAQUIAVEL Mas se são os povos os que escolhem seus chefes, eles também podem derrubá-los? Se eles têm o direito de estabelecer a forma de governo que lhes convém, quem os impedirá de mudá-la ao seu bel-prazer? Não será o regime da ordem e da liberdade que sairá de suas doutrinas, mas sim a era indefinida das revoluções.

MONTESQUIEU Você confunde o direito com o abuso que pode resultar de seu exercício, os princí-

2 O espírito das leis, capítulo IV, livro XXXI.

pios com sua aplicação. Trata-se de distinções fundamentais, sem as quais não podemos nos entender.

MAQUIAVEL Não pense que consegue fugir; perguntolhe pelas consequências lógicas. Se quiser, tente recusá-las. Desejo saber se, segundo seus princípios, os povos têm o direito de derrubar seus soberanos?

MONTESQUIEU Sim, em casos extremos e por causas justas.

MAQUIAVEL Quem será juiz desses casos extremos e da justiça de tais extremismos?

MONTESQUIEU E quem quer que o seja, exceto o próprio povo? As coisas ocorreram diversamente desde o princípio do mundo? Trata-se de uma solução temível sem dúvida, mas saudável, inevitável. Como não vê que a doutrina contrária, a que obrigaria os homens a respeitar os governos mais odiosos, poderia fazê-los cair sob o jugo do fatalismo monárquico?

MAQUIAVEL Seu sistema tem apenas um inconveniente, ele supõe a infalibilidade da razão entre os povos. Porém, não terão eles, como os homens, suas paixões, seus erros, suas injustiças?

MONTESQUIEU Quando os povos errarem, serão punidos como os homens que pecaram contra a lei moral.

MAQUIAVEL De que modo?

MONTESQUIEU Eles serão punidos por marés de discórdia, pela anarquia, pelo próprio despotismo. Não existe outra justiça na terra, esperando a de Deus.

MAQUIAVEL Você acaba de pronunciar a palavra despotismo, sempre voltamos a ela.

MONTESQUIEU Esta objeção não é digna de seu grande espírito, Maquiavel: sujeitei-me às consequências mais extremas dos princípios que você combate, isso bastaria para que a noção de verdadeiro fosse falseada. Deus não concedeu aos povos nem o poder, nem a vontade de mudar assim as formas de governo que são o modo essencial de sua existência. Tanto nas sociedades políticas como nos seres organizados, a natureza das coisas limita por si mesma a expansão das forças livres. É necessário que a amplitude de seu argumento se restrinja àquilo que é aceitável pela razão.

Você acredita que, sob a influência das ideias modernas, as revoluções serão mais frequentes: não

será assim, é possível que elas diminuam. Com efeito, as nações, conforme você dizia há pouco, vivem atualmente para a indústria, e o que lhe parece uma causa de servidão é, ao mesmo tempo, um princípio de ordem e de liberdade. As civilizações industriais têm feridas que não ignoro, mas não se pode negar seus benefícios nem desnaturar suas tendências. Sociedades que vivem para o trabalho, para a troca, para o crédito, são sociedades essencialmente cristãs, digamos o que dissermos, pois todas essas formas tão poderosas e variadas de indústria, no fundo, não passam da aplicação de algumas grandes ideias morais tomadas de empréstimo ao cristianismo, fonte de toda força e de toda verdade.

A indústria desempenha um papel tão considerável no movimento das sociedades modernas, que não podemos fazer, do ponto de vista em que você se situa, nenhum cálculo exato sem levar em conta sua influência. E tal influência não é aquela que você acredita poder atribuir-lhe. A ciência que busca as relações da vida industrial e as máximas que daí se deduzem são tudo o que existe de mais contrário ao princípio da concentração dos poderes. A tendência da economia política é ver no organismo

político apenas um mecanismo necessário, porém muito dispendioso, cujos recursos têm de ser simplificados. E ela reduz o papel do governo a funções tão elementares que seu maior inconveniente talvez seja destruir o prestígio dele. A indústria é inimiga nata das revoluções, porque sem ordem social ela perece e, com ela, detém-se o movimento vital dos povos modernos. Ela não pode ficar sem liberdade, dado que vive pelas manifestações da liberdade. E, observe bem, as liberdades em matéria de indústria engendram necessariamente as liberdades políticas, embora possamos dizer que os povos mais avançados na indústria são também os mais avançados em liberdade. Deixe para lá a Índia e a China, que vivem sob o destino cego da monarquia absoluta, volte seu olhar para a Europa e então verá.

Você acaba de pronunciar a palavra *despotismo*. Bem, Maquiavel, você, cujo gênio sombrio tão profundamente assimilou todas as vias subterrâneas, todas as combinações ocultas, todos os artifícios da lei e do governo, com cuja ajuda podemos acorrentar o movimento dos braços e do pensamento entre os povos. Você que despreza os homens, você que sonha para eles as dominações terríveis do Oriente,

diga-me, eu lhe rogo, como faria para organizar o despotismo entre os povos cujo direito público se baseia essencialmente na liberdade, cuja moral e religião desenvolvem todos os movimentos no mesmo sentido, entre nações cristãs que vivem para o comércio e a indústria, em Estados cujos corpos políticos encontram-se perante a publicidade da imprensa que lança focos de luz nos cantos mais obscuros do poder. Recorra a todos os recursos de sua poderosa imaginação, procure, invente e, caso resolva este problema, declararei com você que o espírito moderno está vencido.

MAQUIAVEL Fique atento: você me oferece uma boa possibilidade, poderia tomá-lo ao pé da letra.

MONTESQUIEU Faça isso, eu insisto.

MAQUIAVEL Espero sair-me bem dessa.

MONTESQUIEU Em poucas horas, talvez nos separemos. Estas paragens não lhe são familiares, siga-me nos atalhos que pretendo seguir com você ao longo desta trilha sombria; poderemos evitar durante algumas horas o refluxo das sombras que vê ao longe.

SÉTIMO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Podemos parar aqui.

MONTESQUIEU Sou todo ouvidos.

MAQUIAVEL Primeiro, quero dizer-lhe que se enganou completamente na aplicação de meus princípios. O despotismo apresenta-se sempre a seus olhos com as formas caducas do monarquismo oriental, mas não é assim que o entendo. Com sociedades novas, é necessário empregar procedimentos novos. Hoje, para governar não se trata de praticar iniquidades violentas, decapitar inimigos, despojar as pessoas de seus bens, multiplicar suplícios. Não, a morte, a espoliação e os tormentos físicos só podem desempenhar um papel secundário na política interna dos Estados modernos.

MONTESQUIEU Ainda bem.

MAQUIAVEL Sem dúvida, devo confessar que admiro pouco sua civilização *de cilindros e tubos*. Porém, acredite, acompanho o século: o poder das doutrinas a que meu nome está ligado é que elas se adaptam a todos os tempos e situações. Hoje, Maquiavel tem *netos* que sabem o valor de suas lições. Pensam que estou muito velho e todos os dias rejuvenesço na terra.

MONTESQUIEU Está zombando de si próprio?

MAQUIAVEL Ouça e julgue depois. Hoje, trata-se menos de violentar os homens do que de desarmá-los, de reprimir suas paixões políticas do que de *apagá-las*, de combater seus instintos do que de *enganá-los*, de proscrever suas ideias do que de *alterá-las* e delas apropriar-se.

MONTESQUIEU E como funciona isso? Porque não entendo essa linguagem.

MAQUIAVEL Se me permite, eis a parte moral da política, logo chegaremos a suas aplicações. O principal segredo do governo consiste em enfraquecer o espírito público, a ponto de desinteressá-lo completamente das ideias e dos princípios

com os quais hoje se fazem revoluções. Em todas as épocas, os povos e os homens limitaram-se às palavras. Quase sempre, as aparências foram suficientes para eles: não pedem nada mais. Então, podemos estabelecer instituições fictícias que respondem a uma linguagem e a ideias igualmente fictícias. É preciso talento para tomar dos partidos *essa fraseologia liberal* com a qual se armam contra o governo. É preciso saturar os povos até o cansaço, até que se fartem. Hoje, fala-se muito do poder da opinião; mostrar-lhe-ei que fazemos que ela manifeste o que queremos quando conhecemos bem os mecanismos ocultos do poder. Porém, antes de pensar em comandá-la, é preciso fazer que ela se assombre, mergulhá-la na incerteza por meio de contradições surpreendentes, exercitar distorções incessantes sobre ela, deslumbrá-la com todo tipo de movimentos variados, desconcertá-la insensivelmente em seus próprios caminhos. Um dos grandes segredos atuais é saber apropriar-se dos preconceitos e das paixões populares, de modo a introduzir uma confusão de princípios que torna impossível qualquer entendimento entre os que falam a mesma língua e têm os mesmos interesses.

MONTESQUIEU Aonde vai com essas palavras cuja obscuridade tem algo de sinistro?

MAQUIAVEL Se o sábio Montesquieu pretende pôr o sentimento no lugar da política, talvez eu deva parar por aqui: não quis situar-me no terreno da moral. Você me desafiou a parar o movimento em suas sociedades atormentadas sem cessar pelo espírito da anarquia e da revolta. Quer deixar-me dizer como eu resolveria o problema? Pode preservar seus escrúpulos aceitando esta tese como uma questão de pura curiosidade.

MONTESQUIEU Que seja.

MAQUIAVEL Aliás, imagino que vai pedir indicações mais precisas, chegarei lá. Primeiro, deixe que lhe diga sob quais condições essenciais o príncipe pode hoje esperar consolidar seu poder. Ele terá de dedicar-se a destruir os partidos, dissolver as forças coletivas onde existirem, a paralisar a iniciativa individual em todas as suas manifestações. Em seguida, o nível das personalidades cairá por si mesmo, e todos os braços logo se entregarão à servidão. O poder absoluto não será mais um acidente, tornar-

se-á uma necessidade. Estes preceitos políticos não são inteiramente novos, mas, como lhe dizia, os procedimentos é que devem sê-lo. Um bom número de resultados pode ser obtido por simples regras de polícia e de administração. Em suas sociedades tão belas, tão ordenadas, em vez de monarcas absolutos, vocês puseram *um monstro que se chama Estado*, novo Briareu, cujos braços se estendem por todos os lados, organismo colossal de tirania, em cuja sombra o despotismo sempre há de renascer. Bem, sob a invocação do Estado, nada será mais fácil do que consumir a obra oculta da qual lhe falava há pouco, e os meios de ação mais poderosos talvez venham a ser precisamente aqueles que teremos o talento de retirar desse mesmo regime industrial que provoca sua admiração.

Por exemplo, para apoiar o poder regulamentador, eu instituiria imensos monopólios financeiros, depositários da fortuna pública, de quem dependeria tão estritamente a sorte de todas as fortunas privadas, que elas seriam absorvidas com o crédito do Estado no dia seguinte a toda catástrofe política. Você é um economista, Montesquieu, pondere o valor de tal combinação.

Sendo chefe de governo, todos meus editais, todos meus ordenamentos tenderiam sempre para o mesmo fim: aniquilar as forças coletivas e individuais, desenvolver sem limites a preponderância do Estado, fazendo dele o soberano protetor, promotor e remunerador.

Eis outra combinação mutuada da ordem industrial: atualmente, a aristocracia enquanto força política desapareceu. Mas a burguesia territorial ainda é um elemento de resistência perigoso para os governos, pois ela pertence a si própria, é independente. Pode ser necessário empobrecê-la ou arruiná-la completamente. Para tanto, basta aumentar os impostos que pesam sobre a propriedade fundiária, manter a agricultura em um estado de relativa inferioridade, favorecer ao máximo o comércio e a indústria, e principalmente a especulação. Porque a excessiva prosperidade da indústria pode tornar-se um perigo, criando um número bem considerável de fortunas independentes.

Reagiremos proveitosamente contra os grandes industriais, contra os fabricantes, pelo estímulo a um luxo exagerado, pela elevação das taxas dos salários, por ataques profundos habilmente levados às

fontes da *produção*. Nem preciso desenvolver essas ideias, você sabe muitíssimo bem em que circunstâncias e sob quais pretextos tudo isso pode acontecer. O interesse do povo, e mesmo uma espécie de zelo pela liberdade, pelos grandes princípios econômicos, cobrirão amplamente, se quisermos, a meta verdadeira. É inútil acrescentar que a manutenção perpétua de um Exército formidável, adestrado sem parar pelas guerras externas, deve ser o complemento indispensável deste sistema. É preciso chegar à existência, no Estado, só de proletários, alguns milionários e soldados.

MONTESQUIEU Continue.

MAQUIAVEL Isso no que concerne à política interna do Estado. No exterior, é preciso estimular, de um extremo a outro da Europa, a fermentação revolucionária que aqui reprimimos. Daí resultam duas vantagens consideráveis: a agitação externa provoca negligência quanto à repressão interna. Além do mais, assim se consegue o respeito de todas as potências, em cujos territórios pode-se promover a ordem ou a desordem. O grande desafio é, por meio de intrigas de gabinete, emaranhar todos os fios da

política europeia de modo a aproveitar-se de todas as potências. Não pense que tal duplicidade, bem conduzida, possa voltar-se contra um soberano. Alexandre VI nada fez senão enganar em suas negociações diplomáticas: contudo, foi sempre bem-sucedido, pois dominava as técnicas da astúcia.¹ Mas nisso que você hoje chama de *linguagem oficial* é necessário um contraste decidido e então não se saberia demonstrar muito espírito de lealdade e conciliação. Os povos que só veem a aparência das coisas atribuirão sabedoria ao soberano que assim se comportar.

A cada agitação interna, ele deve responder com uma guerra externa. A toda revolução iminente, responderá com uma guerra geral. Dado que, em política, as palavras não devem nunca estar de acordo com os atos, é preciso que, nessas diversas conjunturas, o príncipe seja suficientemente hábil para disfarçar seus verdadeiros desígnios sob os seus opostos. Ele deve sempre aparentar ceder à pressão da opinião pública quando, de fato, executa o que sua mão preparou em segredo.

1 O *príncipe*, capítulo XII.

Resumindo o sistema em poucas palavras: no Estado, a revolução encontra-se contida pelo medo da anarquia, por um lado e, por outro, pelo medo à bancarrota. E, mais amplamente, pelo medo de uma guerra geral.

Você já pôde ver, pelas indicações rápidas que acabo de lhe dar, o papel importante que a arte da palavra desempenha na política moderna. Estou longe, como há de ver, de desdenhar a imprensa, e não deixaria de utilizar a tribuna: o essencial é usar contra os adversários todas as armas que ele possa empregar contra você. Como se não bastasse apoiar-me na força violenta da democracia, gostaria de tomar das sutilezas do direito seus recursos mais sábios. Quando se tomam decisões que podem parecer injustas ou temerárias, é essencial saber enunciá-las em bons termos, apoiá-las com as razões mais elevadas da moral e do direito.

O poder com que sonho, distante, como vê, de ter costumes bárbaros, deve atrair para si todas as forças e todos os talentos da civilização no interior da qual vive. Ele terá de cercar-se de jornalistas, advogados, juristas, de homens pragmáticos e administradores, gente que conhece a fundo todos os segredos, todos

os recursos da vida social, que falam todas essas linguagens, que tenham estudado o homem em todos os meios. É preciso recrutá-los por todos os lados, não importa onde, porque essas pessoas prestam serviços extraordinários pelo engenho que aplicam à política. Também é preciso um mundo inteiro de economistas, de banqueiros, de industriais, de capitalistas, de homens com projetos, homens com milhões, porque, afinal, tudo se resolverá por uma questão de cifras.

Quanto às principais dignidades, aos principais desdobramentos do poder, temos de organizar-nos para dá-los aos homens cujos antecedentes e cujo caráter criam um abismo entre eles e os demais; homens que só possam esperar a morte ou exílio em caso de mudança de governo e que se encontrem na necessidade de defender até o último suspiro tudo o que existe.

Suponha por um instante que tenha à minha disposição os diversos recursos morais e materiais que acabo de lhe indicar e dê-me então uma nação qualquer! Em *O espírito das leis*, você considera um ponto capital *não mudar o caráter de uma nação*,² quando se quiser manter seu vigor original. Bem, não lhe pedirei

2 *O espírito das leis*, capítulo V, livro XIX.

vinte anos para transformar da maneira mais completa o caráter europeu mais indomável, tornando-o submisso à tirania como o menor dos povos da Ásia.

MONTESQUIEU Com tais argumentos, você acaba de acrescentar um capítulo a seu tratado, *O príncipe*. Quaisquer que sejam suas doutrinas, não as discutirei; farei apenas uma observação: é evidente que não manteve o compromisso inicialmente assumido. A utilização de todos esses meios supõe a existência do poder absoluto e perguntei-lhe justamente como se poderia estabelecê-lo nas sociedades políticas que se baseiam em instituições liberais.

MAQUIAVEL Sua observação é precisa e não penso fugir dela. Este começo foi apenas um prefácio.

MONTESQUIEU Coloco-o perante um Estado, Monarquia ou República que se baseia em instituições representativas. Falo-lhe sobre uma nação há muito familiarizada com a liberdade, e pergunto-lhe como, a partir daí, seria possível retornar ao poder absoluto.

MAQUIAVEL Nada mais fácil.

MONTESQUIEU Só vendo.

PARTE II



OITAVO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Considero a hipótese que me é mais contrária, escolho um Estado constituído como República. Com uma monarquia, o papel que me proponho a desempenhar seria fácil demais. Considero uma República porque, com tal forma de governo, encontrarei uma resistência, aparentemente insuperável, nas ideias, nos costumes, nas leis. Esta hipótese o contraria? Aceito de suas mãos qualquer forma de Estado, grande ou pequeno, supondo-o dotado de todas as instituições que garantem a liberdade, e só lhe faço uma pergunta: acredita que o poder estará a salvo de um golpe de mão ou do que hoje chamam um golpe de Estado?

MONTESQUIEU Não, isso é verdade: mas há de convir que uma tal empresa seria singularmente

difícil nas sociedades políticas contemporâneas, tal como estão organizadas.

MAQUIAVEL E por quê? Essas sociedades não são, como em todos os tempos, vítimas de facções? Não há por todos os lados elementos de guerra civil, de partidos, de pretendentes?

MONTESQUIEU É possível: mas creio poder fazer com que entenda seu erro com uma única palavra. Tais usurpações, necessariamente raras porque estão cheias de perigos e são repugnantes para os costumes modernos, supondo que elas tenham sucesso, não têm a importância que você parece atribuir-lhes. Uma mudança de poder não conduziria a uma troca de instituições. É possível que um pretendente perturbe o Estado: admito que o partido dele triunfará. O poder encontra-se em outras mãos, eis tudo. Porém, o direito público e a essência das instituições mantêm seu equilíbrio. Isso é o que me afeta.

MAQUIAVEL Você tem mesmo essa ilusão?

MONTESQUIEU Prove o contrário.

MAQUIAVEL Por um momento, conceder-me-ia o sucesso de uma ação armada contra o poder estabelecido?

MONTESQUIEU Sim.

MAQUIAVEL Então, veja bem a situação em que me encontro. Momentaneamente, suprimi todo poder além do meu. Se as instituições ainda vigentes podem erguer qualquer obstáculo a minha frente, é mera formalidade. Com efeito, meus atos de vontade não podem encontrar nenhuma resistência real. Enfim, estou nessa condição extralegal que os romanos designavam com uma palavra tão bonita e poderosamente enérgica: *a ditadura*. Ou seja, neste momento posso tudo o que desejo, pois sou legislador, executor, justiceiro e comandante supremo do Exército.

Grave isto. Triunfei com o apoio de uma facção, isto é, tal acontecimento só teve lugar por meio de uma profunda dissensão interna. Pode-se dizer ao acaso, mas sem errar, quais são as causas disso. Será um antagonismo entre a aristocracia e o povo ou entre o povo e a burguesia. No fundo, só pode ser isso: na superfície, será uma confusão de ideias, de opiniões, de influências e de correntes contrárias, como em todos os Estados em que a liberdade tenha tido um momento sem freios. Aí haverá elementos políticos de toda espécie, pedaços de par-

tidos outrora vitoriosos, hoje derrotados, ambições desenfreadas, cobiças ardentes, ódios implacáveis, terror por toda parte, homens com todas as opiniões e doutrinas, restauradores de antigos regimes, demagogos, anarquistas, utópicos, todos em ação, todos trabalhando igualmente de seu lado pela derubada da ordem estabelecida. Que se pode concluir de tal situação? Duas coisas: a primeira, que o país precisa muito de repouso e ele nada recusará a quem puder oferecê-lo; a segunda, que no meio dessa divisão dos partidos, não existe nenhuma força real, ou melhor, existe apenas uma, o povo.

Eu mesmo sou um pretendente vitorioso. Suponho que carrego um grande nome histórico apto para agir sobre a imaginação das massas. Como Pisítrato, como César, como o próprio Nero: apoiar-me-ei no povo, eis o *á-bê-cê* de todo usurpador. Aí está o poder cego que dará os meios para tudo fazer impunemente, é a autoridade, aí está o nome que cobrirá tudo. De fato, o povo desconfia muito de suas ficções legais e de suas garantias constitucionais!

Eu permaneço em silêncio no meio das facções, e agora, verá como andarei. Talvez se recorde das regras que estabeleci no tratado *O príncipe* para con-

servar as províncias conquistadas. O usurpador de um Estado encontra-se em uma situação análoga à de um conquistador. Ele está condenado a renovar tudo, a dissolver o Estado, a destruir a cidade, a mudar a face dos costumes.

Essa é a meta, mas hoje só podemos tender para esse rumo por vias oblíquas, por rodeios, por combinações hábeis e, sempre que possível, isentas de violência. Assim, não destruirei diretamente as instituições, mas tocarei uma por uma com um toque suave que irá escangalhar o mecanismo. Portanto, modificarei sucessivamente a organização judiciária, o sufrágio, a imprensa, a liberdade individual, o ensino.

Acima das leis primitivas, farei passar toda uma legislação nova que, sem derrogar expressamente a antiga, primeiro vai mascará-la e logo apagá-la completamente. Tais são minhas concepções gerais, agora verá os detalhes da execução.

MONTESQUIEU Tomara que ainda estivesse nos jardins da família Ruccelai, Maquiavel, para dar estas belas lições! Como é lamentável que a posteridade não possa ouvir sua voz!

MAQUIAVEL Fique tranquilo: para quem sabe ler, tudo isso está em *O príncipe*.

MONTESQUIEU Bom, você está no dia seguinte de seu golpe de Estado, que fará?

MAQUIAVEL Uma coisa grande, depois uma bem pequena.

MONTESQUIEU Começemos pela grande?

MAQUIAVEL Após o êxito de um golpe contra o poder estabelecido, nem tudo acabou, e os partidos, em geral, nem sequer se dão por derrotados. Nem sabemos exatamente o que vale a energia do usurpador, será preciso testá-lo, todas as armas serão levantadas contra ele. Chegou a hora de instaurar um terror que atinja a cidade inteira e enfraqueça as almas mais intrépidas.

MONTESQUIEU O que fará? Tinha dito que havia repudiado o sangue.

MAQUIAVEL Aqui não se trata de falsa humanidade. A sociedade está ameaçada, age em legítima defesa. O excesso de rigores e de crueldade prevenirá derramamentos de sangue no futuro. Não me

pergunte o que será feito: é preciso aterrorizar as almas de uma vez por todas e que o medo quebre sua resistência.

MONTESQUIEU Sim, eu me lembro: é o que ensina em *O príncipe*, quando relata a sinistra execução de Bórgia em Cesena.¹ Você continua o mesmo.

MAQUIAVEL Não, não, há de ver mais tarde: só me comporto assim por necessidade, e sofro com isso.

MONTESQUIEU E quem derramará esse sangue?

MAQUIAVEL O Exército! Esse grande justiceiro dos Estados: aquele cuja mão jamais desonra suas vítimas. Dois resultados da maior importância serão alcançados pela intervenção do Exército na repressão. A partir desse momento, por um lado, ele vai ficar sempre hostil contra a população civil, que será castigada sem contemplação. Por outro, ele unirá-se de modo indissociável à sorte de seu chefe.

MONTESQUIEU E acredita que esse sangue não cairá sobre você?

1 *O príncipe*, capítulo VII.

MAQUIAVEL Não, porque aos olhos do povo, em definitiva, o soberano está alheio aos excessos de uma soldadesca que nem sempre é fácil de controlar. Quem poderá ser responsabilizado serão os generais, os ministros que executarão as ordens. Esses, garantto-lhe, serão fiéis a mim até o último suspiro, porque eles bem sabem o que lhes espera depois de mim.

MONTESQUIEU Portanto, será seu primeiro ato de soberania! Passemos ao segundo?

MAQUIAVEL Não sei se observou qual é, na política, o poder dos pequenos meios. Depois disso que acabo de referir-lhe, farei com que gravem minha efígie em todas as moedas novas, que serão emitidas em grande quantidade.

MONTESQUIEU Mas entre as primeiras preocupações do Estado, essa seria uma medida pueril!

MAQUIAVEL Acredita nisso? Você nunca exerceu o poder. A efígie humana impressa em uma moeda é o próprio signo do poder. A princípio, haverá espíritos orgulhosos que espumarão de raiva, mas que acabarão por habituar-se. Os próprios inimigos de meu poder serão obrigados a ter meu retrato

em seus bolsos. Sem dúvida, acostumamo-nos aos poucos a olhar com olhos mais doces os traços que são impressos por todo lado no signo material de nossos prazeres. A partir do dia em que minha effigie estiver nas moedas, serei rei.

MONTESQUIEU Confesso que tal visão é nova para mim, mas vamos adiante. Você não se esqueceu que os povos novos têm a fraqueza de outorgar-se constituições que são garantias de seus direitos? Com seu poder saído da força, com os projetos que me revela, talvez venha a embaraçar-se perante uma carta fundamental cujos princípios, todas suas regras, todas as disposições são contrárias a suas máximas de governo.

MAQUIAVEL Farei outra constituição, eis tudo.

MONTESQUIEU E acredita que isso não será igualmente difícil?

MAQUIAVEL Onde estaria a dificuldade? Neste momento, não existe outra vontade, nenhuma força além da minha e tenho como base de ação o elemento popular.

MONTESQUIEU É verdade. Entretanto, tenho uma preocupação: segundo o que acaba de dizer, imagino que sua constituição não será um monumento de liberdade. Você acredita que bastará uma única crise da força, uma única violência bastará para retirar todos os direitos de uma nação, todas suas conquistas, todas suas instituições, todos os princípios com os quais ela se acostumou a viver?

MAQUIAVEL Um momento! Não vou tão rápido. Há pouco lhe dizia que os povos são como os homens, eles cuidam mais das aparências do que da realidade das coisas. Na política, eis uma regra cujas prescrições eu seguiria escrupulosamente. Deixe-me lembrar dos princípios que você retém como mais importantes e verá que eles não me criam mais embaraços do que lhe parece.

MONTESQUIEU Maquiavel, o que pretende fazer com eles?

MAQUIAVEL Não tenha medo, basta identificá-los.

MONTESQUIEU Confesso que não confio nisso.

MAQUIAVEL Bem, eu mesmo farei que se lembre. Você não deixaria de citar o princípio da separação

dos poderes, da liberdade de palavra e de imprensa, da liberdade religiosa, da liberdade individual, do direito de associação, da igualdade perante a lei, da inviolabilidade da propriedade e do domicílio, do direito de petição, da livre aceitação do imposto, da proporcionalidade das penas, do caráter não retroativo das leis. Basta ou quer mais?

MONTESQUIEU Creio que é bem mais do que preciso, Maquiavel, para pôr seu governo pouco à vontade.

MAQUIAVEL É aí que se engana, e isso é tão verdadeiro que não vejo nenhum inconveniente em proclamar tais princípios. E eu faria com que se tornassem o preâmbulo de minha constituição.

MONTESQUIEU Você já me demonstrou que é um grande mago.

MAQUIAVEL Não existe nada de magia nisso, apenas política bem-feita.

MONTESQUIEU Mas como, se você colocou tais princípios no preâmbulo de sua constituição, agora se dedica a negá-los?

MAQUIAVEL Atenção! Disse-lhe que proclamaria esses princípios, mas não que iria inscrevê-los e nem sequer designá-los explicitamente.

MONTESQUIEU Como encara isso?

MAQUIAVEL Não entraria em nenhuma recapitulação: limitar-me-ia a declarar ao povo reconhecer e confirmar os grandes princípios do direito moderno.

MONTESQUIEU A amplitude dessa reticência escapa-me.

MAQUIAVEL Há de reconhecer quanto ela é importante. Caso enumerasse explicitamente esses direitos, minha liberdade de ação ficaria presa aos princípios que houvesse declarado: é o que não quero. Se deixar de nomeá-los, parece que outorgo todos eles, quando de fato não outorgo nenhum. Mais tarde, isso me permitirá descartar, por vias excepcionais, aqueles que considerar perigosos.

MONTESQUIEU Entendo.

MAQUIAVEL Aliás, dentre esses princípios, alguns pertencem ao direito político e constitucional propriamente dito, outros, ao direito civil. Eis

uma distinção que sempre deve servir como regra no exercício do poder absoluto. Os povos têm alta consideração por seus próprios direitos civis: neles eu não tocaria e, assim, ao menos uma parte de meu programa ficará completa.

MONTESQUIEU E quanto aos direitos políticos....?

MAQUIAVEL Em *O príncipe* escrevi esta máxima, que não deixou de ser verdadeira: “Os governados ficarão contentes com seu príncipe, desde que ele não toque em seus bens nem em sua honra, e desde que ele só tenha de combater as pretensões de um pequeno número de descontentes, que ele haverá de controlar facilmente”. Esta é minha resposta a sua pergunta.

MONTESQUIEU Se for rigoroso, poderia considerá-la insuficiente, e poderia responder-lhe que direitos políticos também constituem bens. Para a honra dos povos, é importante mantê-los e, se os modificar, você atinge tanto seus bens quanto sua honra. E poderia acrescentar ainda que a manutenção dos direitos civis está ligada à manutenção dos direitos políticos por uma estreita solidariedade. Quem garantirá aos cidadãos que, se hoje você os despoja da

liberdade política, amanhã não fará o mesmo com a liberdade individual? E que, se hoje você atentar contra sua liberdade, amanhã não fará o mesmo com sua fortuna?

MAQUIAVEL Certamente, o argumento apresenta-se com muita ênfase; porém, acredito que compreende também seu exagero. Você parece acreditar sempre que os povos modernos estão famintos de liberdade. Terá previsto o caso em que eles não a queiram mais, e poderia pedir aos príncipes que tenham por ela mais paixão do que os povos? Ora, em suas sociedades tão corruptas, em que o indivíduo só vive na esfera de seu egoísmo e de seus interesses materiais, interrogue o maior número possível e verá se, de todos os lados, não lhe respondem: O que me dá a política? Que me importa a liberdade? Será que os governos não são todos iguais? Será que um governo não é obrigado a se defender?

Aliás, observe bem, não será nem o povo que usará tal linguagem: serão os burgueses, os industriais, as pessoas instruídas, os ricos, os letrados, todos aqueles que estão em condições de apreciar suas belas doutrinas de direito público. Eles me

abençoarão por tê-los salvo, pois estão em minoria, são incapazes de governar-se. Veja bem, as nações têm que amor secreto pelos gênios vigorosos da força. Perante todos os atos violentos marcados pelo talento do artifício, escutará com uma admiração que supera a crítica: não está correto, mas é hábil, foi bem tramado, é forte!

MONTESQUIEU Então, entrará na parte profissional de suas doutrinas?

MAQUIAVEL Não, já estamos na execução. Eu teria dado alguns passos a mais se você não tivesse me obrigado a esta digressão. Vamos em frente.

NONO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Você estava no dia seguinte de uma constituição feita sem o consenso de toda a nação.

MAQUIAVEL Tenho de interrompê-lo: nunca pretendi golpear a tal ponto as ideias que recebi e cujo domínio reconheço.

MONTESQUIEU É mesmo?

MAQUIAVEL Falo com toda a seriedade...

MONTESQUIEU Assim, você pensa em associar a nação à *nova obra fundamental* que está preparando?

MAQUIAVEL Sem dúvida. Isso lhe causa espanto? Farei bem melhor: primeiro, farei ratificar pelo voto popular o golpe que desferi contra o Estado. Direi ao povo, nos termos que forem mais convenientes: tudo ia mal, arrebentei tudo, eu os salvei, vocês me

querem? São livres para condenar-me ou absolver-me pelo voto.

MONTESQUIEU Livres sob o peso do terror e da força armada.

MAQUIAVEL Aclamar-me-ão.

MONTESQUIEU Acredito.

MAQUIAVEL E o voto popular, que transformei em instrumento de meu poder, há de se tornar a própria base de meu governo. Estabelecerei um sufrágio sem distinção de classes nem de censo, com o qual o absolutismo será organizado com um único golpe.

MONTESQUIEU Sim, porque com um só golpe você rompe ao mesmo tempo a unidade da família, deprecia o sufrágio, anula a preponderância das luzes e faz do número uma potência cega que maneja como quiser.

MAQUIAVEL Realizo um progresso ao qual hoje aspiram ardentemente todos os povos da Europa: organizo o sufrágio universal como Washington nos Estados Unidos, e o primeiro uso que dele faço é submeter-lhe minha constituição.

MONTESQUIEU O quê! Fará com que seja discutida em assembleias primárias ou secundárias?

MAQUIAVEL Oh! Por favor, deixemos de lado suas ideias do século XVIII. Elas já não pertencem mais a esta época.

MONTESQUIEU Bem, de que maneira fará deliberar sobre a aceitação de sua constituição? Como os artigos orgânicos serão discutidos?

MAQUIAVEL Mas não pretendo que eles sejam discutidos, penso que já lhe havia dito isso.

MONTESQUIEU Não faço nada além de segui-lo no terreno dos princípios que preferiu escolher. Você me falou dos Estados Unidos da América: não sei se é um novo Washington, mas o que é certo é que a atual constituição dos Estados Unidos foi discutida, deliberada e votada pelos representantes daquela nação.

MAQUIAVEL Tenha paciência, não vamos confundir as épocas, os lugares e os povos: estamos na Europa; minha constituição é apresentada em bloco, ela é aceita em bloco.

MONTESQUIEU Porém, agindo assim, você não mobiliza ninguém. Como, votando em tais condições, o povo poderá saber o que faz e até que ponto ele se engaja?

MAQUIAVEL E onde foi que viu uma constituição digna desse nome, realmente durável, e que tenha resultado de uma deliberação popular? Uma constituição deve sair inteira da cabeça de um único homem ou não passará de uma obra condenada ao fracasso. Sem homogeneidade, sem ligação entre suas partes, sem força prática, ela decerto carregará as marcas de todas as fraquezas que determinaram sua redação. Repetindo: uma constituição não pode deixar de ser obra de um só: isso nunca foi diferente, conforme certifica a história de todos os fundadores de Império, o exemplo dos faraós Sesóstris, Sólon, Licurgo, Carlos Magno, Frederico II, Pedro I.

MONTESQUIEU Vai apresentar-me um capítulo de algum de seus discípulos.

MAQUIAVEL A quem se refere?

MONTESQUIEU Joseph de Maistre. Ele propõe considerações gerais que contêm verdades, mas

considero sem aplicação. Ao escutá-lo, alguém poderia comentar que tirará um povo do caos ou da noite profunda de seus primórdios. Você parece esquecer que, na hipótese que propomos, a nação atingiu o apogeu de sua civilização, que seu direito público está fundamentado e que ela dispõe de instituições regulares.

MAQUIAVEL Não nego: há de ver que não preciso destruir totalmente suas instituições para alcançar meus objetivos. A mim bastará modificar sua economia e alterar suas combinações.

MONTESQUIEU Pode explicar melhor?

MAQUIAVEL Você me esboçou há pouco um curso de direito constitucional; haverei de aproveitá-lo. Aliás, não sou tão alheio, como se acredita na Europa, a todas essas ideias de oscilação política: terá captado isso com minhas dissertações sobre Tito Lívio. Voltemos aos fatos. Há pouco, você observava com razão que, nos Estados parlamentares da Europa, os poderes públicos estavam distribuídos por todos os lados da mesma maneira, no interior de um certo número de grupos políticos, cujo jogo regular constituía um governo.

Assim, encontramos em vários lugares, com nomes diferentes, mas com atribuições similares, uma organização ministerial, um senado, um corpo legislativo, um conselho de Estado, uma corte de cassação. Dispensá-lo-ei de toda argumentação inútil sobre os respectivos mecanismos desses poderes, cujos segredos você conhece melhor que eu. É evidente que cada um deles responde a uma função essencial do governo. Note bem que é a função que considero essencial e não a instituição. Assim, é importante que haja um poder dirigente, um poder moderador, um poder legislativo, um poder regulamentador, não resta a menor dúvida.

MONTESQUIEU Porém, se o entendo bem, esses diversos poderes não passam de um único a seus olhos e você entregará tudo isso a um só homem, suprimindo as instituições.

MAQUIAVEL Uma vez mais, recai em um erro. Não se poderia agir assim sem perigos. E, sobretudo, em sua França natal, com o fanatismo que ali reina por causa do que denominam os princípios de 89. Por favor, ouça com atenção: em estática, o deslocamento de um ponto de apoio muda a direção da força; em

mecânica, o deslocamento de um apoio muda o movimento. Contudo, aparentemente, é o mesmo aparelho, é o mesmo mecanismo. Também em fisiologia é igual, o temperamento depende do estado dos órgãos. Se os órgãos são modificados, o temperamento muda. Bem, as diversas instituições que acabamos de comentar funcionam, na economia governamental, como verdadeiros órgãos no corpo humano. Tocarei nos órgãos, eles permanecerão, mas a complexidade política do Estado será mudada. Aceita isso?

MONTESQUIEU Não é difícil, e nem precisava usar perífrases. Mantenha os nomes, mude as coisas. Foi o que Augusto fez em Roma, quando ele destruiu a República. Havia um consulado, uma pretoria, uma censura, um tribunal. Só faltavam cônsules, pretores, censores e tribunos.

MAQUIAVEL Admita que poderíamos escolher modelos piores. Tudo é possível em política, com a condição de adular os preconceitos públicos e manter o respeito pelas aparências.

MONTESQUIEU Não volte para as generalizações. O trabalho começou, posso acompanhá-lo.

MAQUIAVEL Não esqueça quais convicções cada um de meus atos adota como fonte. Em minha opinião, seus governos parlamentares não passam de escolas de litígios, arenas de agitações estéreis no meio das quais se esgota a atividade fecunda das nações, condenadas à impotência pela tribuna e pela imprensa. Em consequência, não tenho remorsos. Partindo de um ponto de vista elevado, meus fins justificam meus atos. Em lugar de teorias abstratas, adoto a razão prática, a experiência dos séculos, o exemplo dos homens de gênio, que fizeram grandes coisas com os mesmos meios. Começo por devolver ao poder suas condições vitais.

Minha primeira reforma pesa imediatamente sobre a pretendida responsabilidade ministerial. Nos países centralizadores como o seu – onde a opinião pública, por um sentimento instintivo, remete tudo, tanto o bem quanto o mal, ao chefe de Estado –, inscrever no início de uma constituição que o soberano é irresponsável é mentir ao sentimento público, é estabelecer uma ficção que sempre se diluirá com o barulho das revoluções.

Assim, começo riscando de minha constituição o princípio da responsabilidade ministerial: o soberano que instituo é o único responsável perante o povo.

MONTESQUIEU Melhor assim: nada de ambiguidades.

MAQUIAVEL Em seu sistema parlamentar, conforme explicava-me, os representantes da nação têm sozinhos a iniciativa dos projetos de lei ou então junto com o poder executivo. Bem, aí se encontra a origem dos maiores abusos, pois em um estado de coisas similar, cada deputado pode, com qualquer propósito, substituir-se ao governo apresentando os projetos de lei menos estudados, mais superficiais. O que estou dizendo? Com a iniciativa parlamentar, a câmara derrubará o governo quando quiser. Cancele a iniciativa parlamentar. A proposição das leis caberá unicamente ao soberano.

MONTESQUIEU Constató que você toma o caminho mais direto para o poder absoluto, porque em um Estado em que só o soberano tem a iniciativa das leis, é mais ou menos o único legislador. Porém, antes que chegue mais longe, gostaria de fazer uma objeção. Pretende estar sobre rochedos, mas vejo-o apoiado na areia.

MAQUIAVEL Como?

MONTESQUIEU Não tomou o sufrágio popular como base de seu poder?

MAQUIAVEL Sem dúvida.

MONTESQUIEU Então não passa de um mandatário revogável segundo a escolha do povo, dado que só nele reside a verdadeira soberania. Acreditou que tal princípio poderia servir apenas para a manutenção de sua autoridade, não percebe que ele o derrubará quando quiser? Por outro lado, você se declarou o único responsável: acredita ser um anjo? Pode até ser, nem por isso se ornará menos responsável pelo que acontecer, e perecerá com a primeira crise.

MAQUIAVEL Está antecipando: a objeção chega muito cedo, respondo logo, pois me força a isso. Você se engana de modo insólito, se acredita que não tenha previsto tal argumento. Se meu poder havia sido abalado, só poderia sê-lo pela ação de facções. Estou protegido contra elas por dois direitos essenciais que introduzi em minha constituição.

MONTESQUIEU Quais são eles?

MAQUIAVEL Apelar ao povo e ao direito de pôr o país em estado de sítio: sou o comandante do Exército, te-

nho toda a força pública nas mãos. Diante da primeira insurreição contra meu poder, as baionetas acabariam com a resistência e eu encontraria nas urnas de votos uma renovada consagração de minha autoridade.

MONTESQUIEU Você tem argumentos irretorquíveis. Porém, peço-lhe, voltemos ao corpo legislativo que instalo: quanto a isso, não percebo como se livrará dos obstáculos. Você privou essa assembleia da iniciativa parlamentar, mas ainda lhe resta o direito de votar as leis cuja adoção você proporá. Sem dúvida, não tem a intenção de permitir que o exerça?

MAQUIAVEL Você é mais desconfiado que eu, pois confesso-lhe que não vejo nisso nenhum inconveniente. Dado que somente eu posso propor a lei, não tenho por que temer que alguma venha a ser feita contra minha vontade. Tenho a chave do tabernáculo. Conforme já lhe disse antes, faz parte de meus planos deixar que as instituições, aparentemente, continuem a subsistir. Só tenho de lhe dizer que não pretendo conceder à câmara o que você chama de direito de emenda. É evidente que, por meio do exercício de tal faculdade, não existe lei que não pudesse ser desviada de sua meta inicial e cuja

economia não fosse suscetível de ser mudada. A lei é aceita ou rejeitada, sem nenhuma alternativa.

MONTESQUIEU Não seria preciso nada mais para derrubá-lo: bastaria que a assembleia legislativa recusasse sistematicamente todos os seus projetos de lei ou apenas que ela se recusasse a votar os impostos.

MAQUIAVEL Você bem sabe que as coisas não podem acontecer assim. Qualquer câmara que ousasse travar desse modo o movimento dos negócios públicos se suicidaria. Aliás, eu teria mil maneiras de neutralizar o poder de uma tal assembleia. Reduziria o número de membros pela metade e assim teria menos metade de paixões políticas para combater. Eu me reservaria a nomeação dos presidentes e dos vice-presidentes que dirigem as deliberações. Em vez de sessões permanentes, reduziria a poucos meses o funcionamento da assembleia. Sobretudo, faria uma coisa de grande importância e cuja prática, ouvi dizer, já começa a introduzir-se: aboliria a gratuidade dos mandatos legislativos. Gostaria que os deputados recebessem uma remuneração, que suas funções fossem, de algum modo, assalariadas. Considero essa inovação como o meio mais seguro

de ligar ao poder os representantes da nação; nem preciso desenvolver o argumento, a eficácia do meio é assaz compreensível. Acrescento que, enquanto chefe do poder executivo, tenho o direito de convocar, de dissolver o corpo legislativo e, no caso de dissolução, eu me reservaria os prazos mais longos para convocar uma nova representação. Compreendo perfeitamente que a assembleia legislativa poderia, sem perigo, permanecer independente de meu poder, mas fique tranquilo: logo encontraremos outros meios práticos de amarrá-la. Bastam esses detalhes constitucionais? Ou precisa de outros?

MONTESQUIEU Isso não é necessário para nada e agora você pode passar para a organização do senado.

MAQUIAVEL Vejo que você entendeu perfeitamente que aí estava a parte essencial de minha obra, a chave-mestra de minha constituição.

MONTESQUIEU Realmente, não vejo o que mais você pode fazer, pois a partir de agora, encaro-o como completamente senhor do Estado.

MAQUIAVEL Tem prazer em dizê-lo. Porém, na realidade, a soberania não poderia se estabelecer sobre

bases tão superficiais. Ao lado do soberano, é preciso ter corpos capazes de impor-se pela força dos títulos, das dignidades e pela ilustração pessoal daqueles que o compõem. Não é conveniente que a pessoa do soberano esteja constantemente em jogo, que sua mão seja sempre percebida. É impenscindível que, caso necessário, sua ação possa desfrutar da autoridade das grandes magistraturas que cercam o trono.

MONTESQUIEU É bom ver que destinou esse papel ao senado e ao conselho de Estado.

MAQUIAVEL Não se pode esconder nada de você.

MONTESQUIEU Você fala de trono: vejo que se tornou rei e há pouco estávamos na República. A transição não foi bem conduzida.

MAQUIAVEL A ilustre República francesa não pode pedir-me que me detenha em semelhantes detalhes de execução: dado que sou todo-poderoso, o momento em que me farei proclamar rei é só uma questão de oportunidade. Pouco importa: eu o seria antes ou depois de proclamar minha constituição.

MONTESQUIEU É isso. Voltemos à organização do senado.

DÉCIMO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Nos altos estudos que teve de fazer para a elaboração de sua memorável obra sobre as *Causas da grandeza e da decadência dos romanos*, não é possível que não tenha observado o papel que desempenhava o senado junto aos imperadores a partir do reinado de Augusto.

MONTESQUIEU Se me permite, eis aí um ponto que as pesquisas históricas não me parecem ter esclarecido bem. O que existe de certo é que até os últimos tempos da República, o senado romano tinha sido uma instituição autônoma, investida de imensos privilégios, tendo poderes próprios. Foi esse o segredo de seu poder, da profundidade de suas tradições políticas e da grandeza que ele imprimiu à República. A partir de Augusto, o senado não passa de um instrumento na mão dos imperadores, mas

não se vê bem como eles chegaram a despojá-lo de sua potência.

MAQUIAVEL Não foi propriamente para elucidar essa passagem da história que lhe pedi para voltar a esse período do Império. No momento, tal questão não me preocupa: tudo o que gostaria de dizer-lhe é que o senado que imagino devia desempenhar, ao lado do príncipe, um papel político análogo àquele do senado romano nos tempos que se seguiram à queda da República.

MONTESQUIEU Bom, mas naquela época a lei não era mais votada nos comícios populares, ela se fazia na base de consultas ao senado. É isso que propõe?

MAQUIAVEL Não: isso seria contrário aos princípios modernos do direito constitucional.

MONTESQUIEU Será necessário agradecer-lhe muitíssimo por tamanhos escrúpulos!

MAQUIAVEL Nem preciso disso para decretar o que me parecer necessário. Como sabe, nenhuma disposição legislativa pode emanar senão de minha iniciativa e até fiz decretos que têm força de lei.

MONTESQUIEU É verdade, você havia esquecido-se disso, que não é de pouca monta, mas então não vejo para quais finalidades reserva o senado.

MAQUIAVEL Situado nas mais altas esferas constitucionais, sua intervenção direta só pode aparecer em circunstâncias solenes. Por exemplo, caso fosse necessário tocar no pacto fundamental ou caso a soberania estivesse em perigo.

MONTESQUIEU Sua linguagem continua muito dissimulada. Você gosta de preparar seus efeitos.

MAQUIAVEL A ideia fixa de seus modernos constituintes foi, até hoje, desejar prever tudo, regular tudo nas cartas que outorgam aos povos. Eu não incidiria no mesmo erro: preferiria não me fechar em um círculo insuperável. Só fixaria o que é impossível deixar incerto. Deixaria uma ampla margem de mudança para que haja, nas grandes crises, outras vias de escape além do expediente desastroso das revoluções.

MONTESQUIEU Fala sabiamente.

MAQUIAVEL No que concerne ao senado, escreveria em minha constituição: “Que o senado regula-

mente, por meio de uma consulta, tudo o que não foi previsto pela constituição e que seja necessário a seu funcionamento. Que ele fixe o sentido dos artigos da constituição que dariam lugar a diferentes interpretações. Que ele mantenha ou anule todos os atos que sejam decretados como inconstitucionais pelo governo ou denunciados por petições dos cidadãos. Que ele possa definir as bases de projetos de lei de grande interesse nacional. Que ele possa propor modificações à constituição e que ele será [nesse caráter] estatuído por uma consulta ao senado.”

MONTESQUIEU Tudo isso é realmente muito bonito, eis um verdadeiro senado romano. Tenho apenas algumas observações a sua constituição: ela será redigida em termos bem vagos e ambíguos porque considera antecipadamente que os artigos que ela encerra poderão ser suscetíveis de diferentes interpretações.

MAQUIAVEL Não, mas é melhor prever tudo.

MONTESQUIEU Pelo contrário, pensava que, nesse assunto, seu princípio fosse evitar tudo prever e tudo regulamentar.

MAQUIAVEL O ilustre presidente não frequentou inutilmente o palácio de Têmis e, tampouco, vestiu em vão a toga e o barrete. Minhas palavras não tiveram outro alcance além deste: é necessário prever o que é essencial.

MONTESQUIEU Eu lhe peço, diga-me: seu senado, intérprete e guardião do pacto fundamental, afinal tem um poder próprio?

MAQUIAVEL De jeito nenhum.

MONTESQUIEU Tudo o que fizer o senado, será então você a fazer?

MAQUIAVEL Não digo o contrário.

MONTESQUIEU O que ele interpretar, será você a fazê-lo; o que ele modificar será você a modificá-lo; o que ele anular, será você a anulá-lo?

MAQUIAVEL Não pretendo me defender.

MONTESQUIEU Significa que você se reserva o direito de desfazer o que já fez, tomar de volta o que deu, mudar sua constituição para o bem e para o mal, ou até fazê-la desaparecer completamente,

caso o considere necessário. Não julgo antecipadamente nenhuma de suas intenções nem os motivos que poderiam fazê-lo agir em determinadas circunstâncias. Só lhe pergunto onde se encontraria uma garantia mínima para os cidadãos no meio de tamanha arbitrariedade e, sobretudo, como eles poderiam dispor-se a suportar isso?

MAQUIAVEL Percebo que sua sensibilidade filosófica está voltando. Fique tranquilo, eu não introduziria nenhuma mudança em minha constituição sem submeter tais modificações à aceitação do povo pela via do sufrágio universal.

MONTESQUIEU Mas seria sempre você o juiz da questão de saber se a modificação que você projeta carrega o caráter fundamental que faz necessário submetê-la à sanção do povo. Contudo, quero admitir que não faria por decreto ou por mera consulta ao senado aquilo que exige plebiscito. Você poria suas emendas constitucionais em discussão? Você permitiria que fossem discutidas em assembleias populares?

MAQUIAVEL Certamente não. Se algum dia os artigos constitucionais fossem debatidos em assembleias populares, nada poderia impedir o povo, gra-

ças a seu direito de avocação, de questionar tudo, e no dia seguinte a revolução ganharia as ruas.

MONTESQUIEU Ao menos tem alguma lógica: assim, as emendas constitucionais são apresentadas em bloco, aceitas em bloco?

MAQUIAVEL Não vejo outro caminho.

MONTESQUIEU Bem, creio que podemos passar à organização do conselho de Estado.

MAQUIAVEL Você realmente dirige a conversa com a precisão consumada de um presidente de corte soberana. Esqueci de dizer-lhe que concedi um salário ao senado e também ao corpo legislativo.

MONTESQUIEU Registrado.

MAQUIAVEL Aliás, não preciso acrescentar que me reservaria igualmente a nomeação dos presidentes e dos vice-presidentes dessa alta assembleia. No que concerne ao conselho de Estado, serei mais breve. Suas instituições modernas são instrumentos de centralização tão poderosos que é quase impossível servir-se delas sem exercer a autoridade soberana.

Segundo seus princípios, o que é de fato o conselho de Estado? É um simulacro de corpo político destinado a fazer passar pelas mãos do príncipe um poder considerável, o poder regulamentar que é uma espécie de poder discricionário, que pode servir, caso queiramos, para fazer verdadeiras leis.

Ademais, o conselho de Estado entre vocês encontra-se investido, disseram-me, de uma atribuição especial talvez mais exorbitante ainda. Em matérias litigiosas, garantiram-me, ele pode reivindicar por direito de avocação, recuperar sua própria autoridade, perante os tribunais ordinários, o conhecimento de todos os litígios que lhe pareçam ter caráter administrativo. Assim, e para caracterizar em uma palavra o que ele tem de extraordinário nessa última atribuição, os tribunais devem recusar-se a julgar quando eles se encontram em presença de um ato de autoridade administrativa. E a autoridade administrativa pode, no mesmo caso, desautorizar os tribunais para submeter-se à decisão do conselho de Estado.

De novo, afinal, o que é o conselho de Estado? Ele tem um poder próprio? Ele é independente do soberano? Absolutamente. Não passa de um comitê de redação. Quando o conselho de Estado dita um

regulamento, é o soberano quem o faz. Quando ele dita um julgamento, é o soberano quem o faz ou, conforme dizem hoje, é a administração, juíza e parte em sua própria causa. Conhece algo mais forte do que isso e acredita que ele tenha muito a fazer para fundir o poder absoluto nos Estados onde já encontramos semelhantes instituições bem-organizadas?

MONTESQUIEU Admito que sua crítica é bem precisa. Porém, como o conselho de Estado é uma instituição excelente em si, nada mais fácil que lhe conceder a necessária independência isolando-o, em certa medida, do poder. Certamente, não é isso que pretende fazer.

MAQUIAVEL De fato, mantereí a unidade onde a encontrar, hei de introduzi-la onde não existir, estreitando assim os vínculos de uma solidariedade que considero indispensável.

Não nos desviamos pelo caminho, pois aqui está minha constituição concluída.

MONTESQUIEU Já?

MAQUIAVEL Um pequeno número de combinações sabiamente ordenadas basta para mudar com-

pletamente a marcha dos poderes. Esta parte de meu programa está pronta.

MONTESQUIEU Pensava que você ainda me falaria do tribunal de cassação.

MAQUIAVEL O que tenho a dizer-lhe sobre isso há de encontrar um momento melhor.

MONTESQUIEU Convenhamos que, se for preciso avaliar a soma de poderes que tem nas mãos, você deve começar a ficar contente.

Recapitulemos.

Você faz a lei: primeiro sob a forma de proposição ao corpo legislativo; segundo, como decretos; terceiro, como consultas ao senado; quarto, como regulamentos gerais; quinto, como decretos ao conselho de Estado; sexto, sob a forma de regulamentos ministeriais; sétimo, sob a forma de golpe de Estado.

MAQUIAVEL Parece não suspeitar que aquilo que me falta fazer é justamente o mais difícil.

MONTESQUIEU De fato, não duvidava disso.

MAQUIAVEL Então, você não viu que minha constituição era muda quanto a uma quantidade de direitos

adquiridos que seriam incompatíveis com a nova ordem das coisas que acabo de estabelecer. Por exemplo, funciona assim para a liberdade de imprensa, o direito de associação, a independência da magistratura, o direito ao sufrágio, a eleição de seus funcionários municipais pelas próprias comunas, para a instituição de guardas cívicas e muitas outras coisas que ainda precisam desaparecer ou ser profundamente modificadas.

MONTESQUIEU Mas você não tinha reconhecido implicitamente todos esses direitos, ao reconhecer solenemente os princípios dos quais eles não passam de aplicação?

MAQUIAVEL Já lhe disse, não reconheci nenhum princípio nem direito particular. Ademais, as medidas que vou adotar são exceções à regra.

MONTESQUIEU Exceções que a confirmam, é justo.

MAQUIAVEL Mas, para isso, devo escolher bem meu momento, pois um erro de oportunidade pode pôr tudo a perder. Escrevi, no tratado *O príncipe*, uma máxima que deve servir de regra de conduta nesses casos: “É preciso que o usurpador de um Estado pratique de uma vez só todos os rigores que sua

segurança exigir, porque, mais tarde, ele não poderá variar com seus súditos nem para o bem nem para o mal. Se for para o mal que tiver de agir, não há mais tempo, desde o momento em que a fortuna lhe seja adversa. Se for para o bem, seus súditos não lhe agradecerão uma mudança que julgarão ser forçada.”

No dia seguinte à promulgação de minha constituição, editarei uma série de decretos com força de lei, que irão suprimir com um único golpe as liberdades e os direitos cujo exercício seria perigoso.

MONTESQUIEU O momento foi bem escolhido. O país ainda se encontra sob o terror de seu golpe de Estado. Para sua constituição, nada lhe foi recusado, dado que pode dominar tudo. Quanto a seus decretos, não temos nada a permitir, pois você não pede nada e usurpa tudo.

MAQUIAVEL Tem a língua afiada.

MONTESQUIEU Porém um pouco menos afiada do que suas ações, convenhamos. Apesar de sua mão vigorosa e de seu olhar apurado, confesso que duvido que o país não se levante perante este segundo golpe de Estado que mantém nos bastidores.

MAQUIAVEL O país fechará os olhos de bom grado. E na hipótese que levantei, ele está cansado de agitações, deseja sossego como a areia do deserto após a tempestade.

MONTESQUIEU É demais: fica fazendo figuras de retórica com isso.

MAQUIAVEL Aliás, digo logo que as liberdades que suprimo, prometo solenemente devolvê-las depois de pacificar o país.

MONTESQUIEU Creio que terão de esperar eternamente.

MAQUIAVEL É possível.

MONTESQUIEU Certamente, porque suas máximas permitem ao príncipe não manter sua palavra quando for do interesse dele.

MAQUIAVEL Não julgue tão rápido: verá como saberei usar tal promessa. Logo hei de tornar-me o homem mais liberal do reino.

MONTESQUIEU Eis uma surpresa para a qual eu não estava preparado. Enquanto isso, você suprime todas as liberdades.

MAQUIAVEL De fato não é a palavra de um estadista: não suprimo nada diretamente. É aqui que a pele de raposa deve ser costurada com a do leão. Para que serviria a política, se não pudéssemos conseguir por vias oblíquas aquilo que se pode alcançar com a linha reta? As bases de meu projeto estão dadas, as forças estão prontas, basta pôr tudo em movimento. Vou fazê-lo com todos os cuidados exigidos pelos novos costumes constitucionais. Aqui devem posicionar-se naturalmente os artifícios de governo e de legislação que a prudência recomenda ao príncipe.

MONTESQUIEU Vejo que entramos em nova fase: estou pronto para escutá-lo.

DÉCIMO PRIMEIRO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Você observa com toda razão, em *O espírito das leis*, que liberdade é uma palavra à qual atribuímos acepções muito diversas. Em seu trabalho, podemos ler a seguinte proposição:

“A liberdade é o direito de fazer o que as leis permitem”.¹

Aceito bem esta definição que considero justa, e posso assegurar-lhe que minhas leis só permitirão o que for necessário. Verá qual é seu espírito. Por onde prefere começar?

MONTESQUIEU Não me desagradaria saber primeiro como se defenderia da imprensa.

MAQUIAVEL Você põe o dedo, de fato, na parte mais delicada de minha tarefa. A esse respeito, o sis-

1 *O espírito das leis*, capítulo III, livro XI.

tema que concebo é tão vasto quanto múltiplo em suas aplicações. Felizmente, aqui, tenho espaço livre. Posso cortar e recortar com plena segurança e quase sem provocar recriminações.

MONTESQUIEU Por favor, por que então?

MAQUIAVEL Porque na maior parte dos países parlamentares, a imprensa tem o talento de tornar-se detestável, pois está sempre a serviço apenas das paixões violentas, egoístas, exclusivas. Porque ela denigra por conveniência, porque ela é venal e injusta, porque carece de generosidade e patriotismo; enfim e sobretudo, porque você nunca fará compreender à grande massa de um país para que ela pode servir.

MONTESQUIEU Se procura acusações contra a imprensa, será fácil acumular quantidades. Se pergunta para que ela serve, já é outra coisa. Ela simplesmente impede a arbitrariedade no exercício do poder, ela força a governar constitucionalmente. Ela obriga os depositários da autoridade pública à honestidade, ao pudor, ao respeito por si mesmos. Enfim, para ser breve, ela oferece a quem é oprimido o meio de queixar-se e ser ouvido. Podemos perdoar muito a

uma instituição que, em meio a tantos abusos, necessariamente presta tantos serviços.

MAQUIAVEL Sim, conheço essa defesa, mas tente explicá-la a muita gente. Conte o número dos que se interessam pela sorte da imprensa e verá.

MONTESQUIEU É por isso que mais vale passar logo aos meios práticos de *amordaçá-la*. Creio que é a palavra certa.

MAQUIAVEL De fato, essa é a palavra. Porém, não é só o jornalismo que pretendo refrear.

MONTESQUIEU Trata-se da própria imprensa.

MAQUIAVEL Começa a usar a ironia.

MONTESQUIEU Dentro em breve me será proibida, porque você vai amarrar a imprensa de todas as formas.

MAQUIAVEL Não é fácil encontrar armas contra um bom humor tão espiritual. Mas você compreende perfeitamente que não valeria a pena escapar dos ataques do jornalismo se fosse preciso continuar sendo alvo do livro.

MONTESQUIEU Bem, comecemos pelo jornalismo.

MAQUIAVEL Caso decidisse pura e simplesmente abolir os jornais, havia de ferir imprudentemente a suscetibilidade pública, que é sempre perigosa de ser desafiada abertamente. Vou proceder por uma série de disposições que parecerão simples medidas de prevenção e de precaução.

Decreto que, no futuro, nenhum jornal poderá ser fundado sem a autorização do governo: eis o mal travado desde seu começo. Porque pode imaginar que os jornais que serão autorizados futuramente terão de ser favoráveis ao governo.

MONTESQUIEU Porém, dado que entra nesses detalhes, por favor: o espírito de um jornal muda com o pessoal de sua redação. Como então descartar uma redação hostil a seu poder?

MAQUIAVEL A objeção é bem frágil porque, no final das contas, eu não autorizaria, caso decidisse, a publicação de nenhum panfleto novo. Mas tenho outros planos, como há de ver. Você me pergunta como eu neutralizaria uma redação hostil? Da maneira mais simples, na verdade: acrescentaria que a

autorização do governo é necessária por causa de todas as mudanças verificadas no pessoal. Desde o redator-chefe até os gerentes do jornal.

MONTESQUIEU Porém, os jornais antigos, sempre inimigos de seu governo e cujas redações não mudaram, haverão de falar.

MAQUIAVEL Oh! Espere: enquadro todos os jornais presentes ou futuros com medidas fiscais que travarão as empresas de publicidade como convém. Submeterei os panfletos políticos ao que vocês hoje chamam de carimbos fiscais e fianças. A indústria da imprensa logo será tão pouco lucrativa, graças à elevação desses impostos, que ninguém se dedicará a ela sem conhecimento de causa.

MONTESQUIEU O remédio é insuficiente, pois os partidos políticos não olham para o dinheiro.

MAQUIAVEL Fique tranquilo, tenho como fechar-lhes a boca, porque seria hora das medidas repressivas. Existem Estados na Europa em que se confere ao júri a informação sobre os delitos de imprensa. Não conheço nenhuma medida mais deplorável que essa, pois agita a opinião pública a propósito de

minúsculas ninharias dos jornalistas. Os delitos de imprensa têm caráter tão elástico, o escritor pode disfarçar seu ataque de formas tão variadas e tão sutis, que não é possível deferir aos tribunais o conhecimento desses delitos. Os tribunais continuarão armados, é óbvio, mas a arma repressiva de todos os dias deve ficar nas mãos da administração.

MONTESQUIEU Assim, haverá delitos que os tribunais não poderão julgar, ou golpeará você então com duas mãos: a mão da justiça e a do governo?

MAQUIAVEL Desgraça! Trata-se de uma solicitude com alguns maus jornalistas e outros de má-fé que tudo atacam, tudo denigrem, que se comportam com os governantes como esses bandidos que os viajantes encontram de arma em punho pelas estradas. Eles ficam constantemente fora da lei. Talvez mereçam ser colocados um pouco dentro dela!

MONTESQUIEU Então é somente sobre eles que se abate seu rigor?

MAQUIAVEL Não posso comprometer-me com isso, pois essa gente é como as cabeças da hidra de Lerna: quando cortamos dez, renascem cinquenta.

São principalmente os jornais, enquanto empresas de publicidade, que me ocuparão. Falarei com eles assim: poderia tê-los suprimido a todos, mas não o fiz. Ainda posso fazê-lo, eu os deixo viver, mas é claro que com uma condição: não venham atrapalhar meu caminho e ignorar meu poder. Não quero passar meus dias iniciando processos, nem ficar sempre comentando a lei para reprimir as infrações deles. Ademais, não posso dispor de um exército de censores encarregados de examinar na véspera o que será editado no dia seguinte. Quem tem penas, escreva: mas estejam atentos, reservo para mim e meus agentes o direito de julgar quando for atacado. Nada de sutilezas. Quando me atacarem, escutarei bem e terão o troco. Nesses casos, farei justiça com minhas próprias mãos, não de imediato, pois tomarei precauções: avisarei uma ou duas vezes e, na terceira, tratarei de suprimi-los.

MONTESQUIEU Admirado, vejo que não é bem o jornalista que é atingido nesse sistema, mas sim o jornal, cuja ruína arrasta os interesses daqueles que se encontram em volta dele.

MAQUIAVEL Que vão reunir-se alhures: não se pode mercadejar com tais coisas. Conforme acabei

de dizer-lhe, minha administração atingiria sem preconceito condenações dos tribunais. Duas condenações anuais levariam de pleno direito à supressão do jornal. Eu não pararia nisso: ainda diria aos jornais, por decreto ou lei: reduzidos à mais estreita circunspecção no que lhes concerne, não esperem agitar a opinião pública por meio de comentários sobre os debates em minhas câmaras; proíbo os informes, proíbo até os resumos dos debates judiciais em matéria de imprensa. Tampouco tentem impressionar o público com pretensas novidades vindas de fora. Punirei as notícias falsas com castigos corporais, sejam elas publicadas com boa ou má-fé.

MONTESQUIEU Isso me parece meio exagerado, dado que os jornais, não podendo fazer apreciações políticas sem grandes riscos, terão de viver quase só de notícias. Ora, quando um jornal publica uma notícia, parece-me difícil impor-lhe a veracidade pois, com frequência, ele não poderá responder de maneira precisa, e quando estiver moralmente seguro da verdade, faltar-lhe-á a prova material.

MAQUIAVEL O importante será pensar duas vezes antes de perturbar a opinião pública.

MONTESQUIEU Observo outra coisa. Caso não se possa mais combatê-lo com os jornais internos, será combatido pelos do exterior. Todos os descontentes, todos os ódios escreverão nas portas de seu reino. Jornais e panfletos inflamados serão jogados pela fronteira.

MAQUIAVEL Você toca em uma questão que pretendo regulamentar do modo mais rigoroso, porque a imprensa estrangeira é de fato muito perigosa. Para começar, qualquer entrada ou circulação de jornais ou de textos não autorizados neste reino será punida com cadeia, e a pena será severa o suficiente para evitar recaídas. Em seguida, quaisquer súditos que tenham escrito contra o governo, no exterior, serão caçados e punidos ao retornarem. É uma verdadeira indignidade escrever, no exterior, contra seu próprio país.

MONTESQUIEU Depende. Porém, a imprensa estrangeira dos Estados fronteiriços se pronunciará.

MAQUIAVEL Acredita nisso? Suponhamos que eu governe um grande reino. Os pequenos Estados nas fronteiras ficarão bem temerosos, garanto-lhe. Vou obrigá-los a criar leis que controlem seus cidadãos,

em caso de ataque contra meu governo, por meio da imprensa ou de algum outro modo.

MONTESQUIEU Vejo que estava certo ao dizer, em *O espírito das leis*, que as fronteiras de um déspota devem ser devastadas. A civilização não pode penetrar por aí. Seus súditos, tenho certeza, não conhecerão sua história. Conforme Benjamin Constant, transformará seu reino em uma ilha em que se ignora o que se passa na Europa, e a capital em outra, onde ninguém saberá o que se passa nas províncias.

MAQUIAVEL Não quero que meu reino venha a ser agitado por ventos vindos de fora. Como chegam as notícias exteriores? Por um pequeno número de agências que centralizam as informações que lhes são transmitidas dos quatro cantos do mundo. Bem, podemos comprar tais agências e a partir daí elas só informarão sob controle do governo.

MONTESQUIEU Ótimo! Agora, pode passar ao controle dos livros.

MAQUIAVEL Isso me preocupa menos, pois nesta época em que o jornalismo ganhou tão prodigiosa expansão, quase não se leem livros. De qualquer

modo, não pretendo deixar nenhuma porta aberta. Primeiro, obrigarei todos aqueles que quiserem trabalhar como gráficos, editores ou livreiros a obter uma licença, ou seja, uma autorização que o governo poderá retomar a qualquer momento, diretamente ou por decisões judiciais.

MONTESQUIEU Mas assim esses profissionais serão uma espécie de funcionários públicos. As ferramentas do pensar tornar-se-ão instrumentos do poder!

MAQUIAVEL Espero que não se queixe disso, porque em sua época, com regimes parlamentares, as coisas eram similares. Quando são bons, vale conservar os velhos costumes. Voltando às medidas fiscais: estenderei aos livros o imposto que pesa sobre os jornais, ou melhor, aplicarei taxas aos livros que não tiverem um certo número de páginas. Por exemplo, aqueles que não tiverem duzentas, trezentas páginas, não passará de brochura. Creio que percebe a vantagem dessa combinação: de um lado, rarefarei pelo imposto esta enxurrada de textos pequenos que são uma espécie de anexos do jornalismo; do outro, forço aqueles que desejam fugir aos impostos a dedicar-se a digressões longas e dispendiosas que não

venderão quase nada ou serão lidas apenas dessa forma. Hoje, existe pouco mais que pobres diabos que possuem a consciência de fazer livros: renunciarão a isso. O fisco desencorajará a vaidade literária e a lei penal desarmará a própria indústria editorial, pois torno editores e impressores criminalmente responsáveis pelo que os livros contêm. É necessário que, se ainda houver escritores ousados para escreverem contra o governo, não venham a encontrar ninguém para editá-los. Os efeitos dessa intimidação salutar restabelecerão indiretamente uma censura que o próprio governo não poderá exercer, por causa do descrédito em que caiu tal medida preventiva. Antes de publicar obras novas, os impressores, os editores terão de fazer consultas, dar informações, indicar os livros cuja impressão tenha sido proposta e assim o governo estará sempre bem informado quanto às publicações que se preparam contra ele. Sempre que julgar necessário, determinará o sequestro prévio das edições e mandará os autores aos tribunais.

MONTESQUIEU Você tinha dito que não tocaria nos direitos civis. Parece não ter captado que atingiu a própria liberdade profissional com tal legislação.

O direito de propriedade estaria em risco, também acabaria golpeado.

MAQUIAVEL Não passam de palavras.

MONTESQUIEU Creio que acabou com a imprensa.

MAQUIAVEL Ainda não.

MONTESQUIEU O que falta ainda?

MAQUIAVEL A outra metade da tarefa.

DÉCIMO SEGUNDO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Por enquanto, só lhe mostrei a parte defensiva do regime orgânico que imporei à imprensa. Agora, quero mostrar-lhe como usaria essa instituição em prol de meu poder. Ouso dizer que nenhum governo teve, até hoje, uma concepção mais ousada do que aquela de que lhe falei. Nos países com regime parlamentar, é quase sempre a imprensa quem derruba governos, então, vislumbro a possibilidade de neutralizar a imprensa por ela mesma. Dado que o jornalismo constitui força tão grande, sabe o que faria meu governo? Ele tornar-se-ia jornalismo, seria o jornalismo encarnado.

MONTESQUIEU Realmente, você me propicia estranhas surpresas! É um panorama perpetuamente variado o que desdobra a minha frente: estou de

fato curioso, confesso, em verificar como vai fazer para concretizar esse novo programa.

MAQUIAVEL Será preciso gastar menos imaginação do que imagina. Contarei o número de jornais que representarão o que chama de oposição. Se houver dez para a oposição, terei vinte pró-governo; caso haja vinte, terei quarenta; se houver quarenta, terei oitenta. Eis para que me servirá, entende bem agora, a faculdade que me reservei autorizando a criação de novos diários políticos.

MONTESQUIEU Com efeito, é bem simples.

MAQUIAVEL Contudo, nem tanto quanto imagina, pois a opinião pública não pode suspeitar dessa tática. A combinação falharia e a própria opinião pública se afastaria dos jornais que defendessem abertamente minha política.

Eu dividirei em três ou quatro categorias os periódicos devotados a meu poder. Em primeiro plano, colocarei um certo número de jornais cuja nuance será plenamente oficial e que em qualquer divergência defenderão meus atos além dos limites. Tenho de sublinhar que não serão esses a desfrutar maior

ascendência sobre a opinião pública. Em segundo lugar, colocarei outro grupo de jornais cuja característica seria apenas oficiosa e cuja missão será ligar meu poder a essa massa de homens mornos e indiferentes que aceitam sem escrúpulo o que está constituído, mas que não vão além de sua religião política.

É na categoria de jornais a seguir que se encontrarão as alavancas mais poderosas de meu poder. O matiz oficial ou oficioso dilui-se completamente nas aparências, porque os jornais de que vou lhe falar estarão unidos pela mesma cadeia a meu governo, cadeia essa visível para alguns, invisível para outros. Não penso dizer-lhe qual será o número, pois disparei de um órgão devotado em cada segmento, em cada partido. Terei um órgão aristocrático no partido aristocrático, um órgão republicano no partido republicano, um órgão revolucionário no partido revolucionário, um anarquista, se preciso for, no partido anarquista. Como o deus Visnu, minha imprensa terá cem braços, e esses braços darão a mão a todas as nuances da opinião pública ao longo de todo o país. As pessoas serão de meu partido sem o saber. Aqueles que acreditarem falar sua língua, falarão a minha, aqueles que acredita-

rem agitar seu partido, agitarão o meu, aqueles que acreditarem marchar sob sua bandeira, marcharão debaixo da minha.

MONTESQUIEU Trata-se de concepções factíveis ou são fantasias? Isso me dá vertigem.

MAQUIAVEL Controle sua cabeça, pois ainda não ouviu tudo.

MONTESQUIEU Só me pergunto como poderá dirigir e articular todas essas milícias de publicidade aliciadas por seu governo.

MAQUIAVEL Não passa de um problema de organização, precisa entender. Vou instituir, por exemplo, com o título de divisão de gráfica e imprensa, um centro de ação comum, onde será possível obter a palavra de ordem e de onde partirá o sinal. Aí, para aqueles que só irão conhecer a metade do segredo dessa combinação, haverá um espetáculo bizarro: jornais fiéis defendendo meu governo, alguns atacando, outros denunciando, provocando confusões em série.

MONTESQUIEU Isso está além de minha compreensão; não entendo mais nada.

MAQUIAVEL No entanto, não é assim tão difícil de imaginar. Porque, observe bem, nunca as bases nem os princípios de meu governo serão atacados pelos jornais de que lhe falo. Eles farão apenas polêmicas superficiais, só uma oposição consentida, dentro dos limites mais estreitos.

MONTESQUIEU E que vantagem você teria com isso?

MAQUIAVEL Sua questão é bem ingênua. O resultado, considerável desde já, seria fazer afirmar, pelo maior número possível: estão vendo que somos livres, podemos falar com este regime, ele é atacado injustamente, em vez de reprimir, como poderia fazer, ele tolera! Outro resultado, não menos importante, seria provocar, por exemplo, observações como estas: vejam até que ponto as bases deste governo, seus princípios, ganham o respeito de todos. Vejam os jornais que se permitem as maiores liberdades de linguagem e, enfim, eles nunca atacam as instituições estabelecidas. É preciso que estejam acima das injustiças das paixões, pois os próprios inimigos do governo não podem deixar de render-lhe homenagem.

MONTESQUIEU Pronto, admito, é verdadeiramente maquiavélico.

MAQUIAVEL Você muito me honra, mas existe melhor: com ajuda da devoção oculta desses periódicos públicos, posso dizer que dirijo como quero a opinião pública em todas as questões de política interna ou externa. Eu estimulo ou entorpeço os espíritos, tranquilizo-os ou desconcerto-os, defendo o pró e o contra, o verdadeiro e o falso. Faço anunciar ou desmentir um fato, conforme as circunstâncias. Assim, sondo a opinião pública, recolho a impressão produzida, experimento combinações, projetos, determinações súbitas, enfim, o que vocês chamam, na França, de balões de ensaio. Combato meus inimigos como quero, sem nunca comprometer meu poder, porque, tendo deixado falar esses periódicos, posso infligir-lhes, quando necessário, o desmentido mais categórico. Solicito a opinião para certas resoluções, eu a estimulo ou a controlo, tenho sempre o dedo sobre suas pulsações; ela reflete, sem o saber, minhas impressões pessoais, e ela às vezes maravilha-se por estar com tanta constância de acordo com seu soberano. Então se diz que tenho fibra po-

pular, que existe uma simpatia secreta e misteriosa que me une aos movimentos de meu povo.

MONTESQUIEU Essas diversas combinações parecem-me de uma perfeição ideal. Proponho-lhe ainda uma observação, bem tímida desta vez: se sair do silêncio da China, se permitir à milícia de seus jornais fazer, em benefício próprio, a pseudo-oposição de que acaba de me falar, não vejo como poderá impedir os jornais não aliciados de responder, com verdadeiros golpes, às provocações de que serão vítimas. Não pensa que acabarão por erguer alguns dos véus que cobrem tantas áreas misteriosas? Ao descobrir o segredo desta comédia, poderá impedi-los de rir? O jogo parece-me bastante escabroso.

MAQUIAVEL Absolutamente. Aqui empreguei uma boa parte de meu tempo para examinar os prós e contras dessas combinações, informei-me bastante no que diz respeito às condições de existência da imprensa nos países com parlamentarismo. Certamente, sabe que o jornalismo é uma espécie de maçonaria: os que dele fazem parte são mais ou menos ligados uns aos outros por laços de descrição profissional. À semelhança dos antigos áugures, eles não

divulgam facilmente o segredo de seus oráculos. Eles não ganhariam nada por trair-se, pois eles têm, em sua maioria, flagelos mais ou menos vergonhosos. Concordo ser muito provável que, no centro da capital, em um certo círculo de pessoas, tais coisas não sejam um mistério. Porém, por todos os lados ninguém duvidará disso e a grande maioria da nação marchará com a maior confiança nas sendas dos guias que lhes terei dado.

Que me importa que, na capital, um certo mundo possa estar a par dos artifícios de meu jornalismo? A maior parte de sua influência está reservada às províncias. Ali, terei sempre a temperatura da opinião pública que me será necessária, cada um de meus objetivos para aí me levará. A imprensa local estará toda em minhas mãos, porque então, nenhuma discussão nem contradição será possível. Do centro da administração onde me situarei, a ordem para que os jornais falem em um ou em outro sentido será transmitida regularmente ao governador de cada província, dado que na mesma hora, em todo o território do país, tal influência será produzida, tal impulso será dado, muitas vezes antes mesmo que a capital se dê conta disso. Assim, você vê que a opi-

nião pública da capital não foi feita para preocupar-me. Ela estará atrasada, quando for preciso, sobre o movimento externo que, caso necessário, a envolveria sem que ela o saiba.

MONTESQUIEU O encadeamento de suas ideias arrasta tudo com tal força que me faz perder o sentido de uma derradeira objeção que gostaria de propor-lhe. Subsiste o fato de que, malgrado tudo o que acabava de dizer, na capital resta ainda um certo número de jornais independentes. Para eles, será mais ou menos impossível falar de política, isso é certo, mas eles poderão fazer-lhe uma guerra por qualquer ninharia. Sua administração não será perfeita: o exercício do poder absoluto comporta uma certa quantidade de abusos dos quais o soberano não é a causa. Sobre todos os atos de seus agentes que tocarão o interesse privado, você estará vulnerável. Queixar-se-ão, atacarão seus agentes, você será responsabilizado e sua consideração sucumbirá nesses detalhes.

MAQUIAVEL Não tenho receio disso.

MONTESQUIEU É verdade que multiplicou tanto os meios de repressão que terá de optar pelos golpes.

MAQUIAVEL Não era isso que pensava dizer. Tampouco gostaria de ser sempre obrigado a usar a repressão; gostaria, com uma simples injunção, de poder parar toda discussão sobre um tema que concerne à administração.

MONTESQUIEU E como pretende conseguir isso?

MAQUIAVEL Obrigaria os jornais a inserir nos cabeçalhos de suas colunas as retificações que o governo lhes comunicasse. Os agentes da administração farão chegar até eles as notas onde será dito categoricamente: vocês publicaram tal fato, ele não é exato. Vocês tiveram permissão para essa crítica, foram injustos, foram inconvenientes, vocês erraram, fiquem avisados. Será, conforme estão vendo, uma crítica leal, a céu aberto.

MONTESQUIEU Em que, esteja claro, não haverá réplica.

MAQUIAVEL Claro que não: a discussão será fechada.

MONTESQUIEU Assim, você terá sempre a última palavra, você a terá sem usar violência, é muito engenhoso. Como dizia há pouco, seu governo é o jornalismo encarnado.

MAQUIAVEL Da mesma maneira que não quero que o país possa ser agitado por confusões externas, igualmente não quero que o seja por confusões internas, nem mesmo por simples notícias particulares. Quando houver algum suicídio extraordinário, alguma grande negociata muito escandalosa, alguma falcatrua de funcionários públicos, proibirei os jornais de falar no assunto. O silêncio sobre tais coisas respeita mais a honestidade pública do que a balbúrdia.

MONTESQUIEU Enquanto isso, você continuará com o jornalismo sem limites?

MAQUIAVEL Será preciso. Usar a imprensa, usá-la de todos os modos, essa é, hoje, a lei dos poderes que pretendem viver. É muito singular, mas é assim. Também me engajarei nessa via além daquilo que possa imaginar.

Para compreender a extensão de meu sistema, é necessário ver como a linguagem de minha imprensa é convocada a reforçar os atos oficiais de minha política: desejo, digamos, fazer surgir uma solução de tal complicação externa ou interna. Essa solução produz-se um belo dia, como um acontecimento oficial, indicada por meus jornais que, por vários meses,

cada um a seu modo, trabalharam o espírito público. Você sabe com que discrição e com quais movimentos engenhosos devem ser redigidos os documentos da autoridade, nas conjunturas importantes: o problema a resolver em casos similares é dar uma espécie de satisfação a todos os partidos. Bem, cada um de meus jornais, seguindo sua tendência, esforçar-se-á por persuadir cada partido de que a solução adotada é aquela que o favorece mais. O que não for escrito em um documento oficial faremos com que apareça pela interpretação; o que for apenas sugerido, os jornais oficiais traduzirão mais abertamente, os jornais democráticos e revolucionários gritarão acima dos tetos. E enquanto brigarem, daremos interpretações diferentes a meus atos, meu governo poderá sempre responder a todos e a cada um: vocês se enganam quanto a minhas intenções, leram mal minhas declarações, eu jamais quis dizer isso ou aquilo. O essencial é nunca contradizer a si mesmo.

MONTESQUIEU Como! Depois de tudo o que acaba de me dizer, tem uma pretensão semelhante?

MAQUIAVEL Sem dúvida, e seu espanto comprova que não me entendeu. São as palavras, bem mais

que os atos, que se trata de fazer concordar. Como quer que a grande massa de uma nação possa julgar se é a lógica que conduz seu governo? Basta dizer-lhe isso. Assim, quero que as diversas fases de minha política sejam apresentadas como o desenvolvimento de um pensamento único, unindo-se a uma meta imutável. Cada acontecimento previsto ou imprevisito será um resultado sabiamente conduzido, os desvios de rota não serão senão as diferentes faces da mesma questão, as vias diversas que conduzem ao mesmo fim, os modos variados de uma solução idêntica, buscada sem descanso por meio dos obstáculos. O último acontecimento será apresentado como a conclusão lógica de todos os outros.

MONTESQUIEU Na verdade, é preciso admirá-lo! Quanta força de pensamento e que atividade!

MAQUIAVEL Todo dia, meus jornais estarão cheios de discursos oficiais, de prestações de contas, de relatórios aos ministros, de relatórios ao soberano. Não esquecerei que vivo em uma época em que se acredita poder resolver, com a industrialização, todos os problemas da sociedade, na qual trabalhamos sem cessar pela melhoria das condições das

classes operárias. Dedicar-me-ei mais ainda a tais questões, pois elas são um derivativo excelente para as preocupações com a política interna. Entre os povos meridionais, é preciso que os governantes pareçam sempre ocupados. As massas consentem em ser inativas, mas com uma condição: que o governo lhes forneça o espetáculo de uma atividade incessante, de uma espécie de febre; que atraiam constantemente seus olhos com novidades, com surpresas, com golpes teatrais. Talvez isso seja bizarro, mas é assim que funciona.

Vou adaptar-me ponto por ponto a tais indicações. Em consequência, em matéria de comércio, de indústria, de artes e de administração, farei estudar todo tipo de projetos, de planos, de combinações, de mudanças, de melhoras cuja repercussão na imprensa abafe a voz dos publicitários mais numerosos e mais fecundos. Diz-se que a economia política faz sucesso em seu país; bem, não deixarei nada para ser inventado, nada para publicar, nada a dizer sequer a seus teóricos, a seus utópicos, aos declamadores mais apaixonados de suas escolas. O bem-estar do povo será objetivo único, invariável, de minhas confidências públicas. Seja que fale eu mesmo, seja que

faça falar por meus ministros ou meus escribas, não se calará jamais sobre a grandeza do país, sobre a prosperidade, sobre a majestade de sua missão e de seus destinos; não se deixará de promover os grandes princípios do direito moderno, respondendo aos grandes problemas que agitam a humanidade. O liberalismo mais entusiasta, mais universal, respirará em meus escritos. Os povos do Ocidente amam o estilo oriental; assim o estilo de todos os discursos oficiais, de todas as manifestações oficiais devia ser sempre imagético, constantemente pomposo, pleno de elevação e de reflexos. Como o povo não ama os governos ateus, em minhas comunicações com o público jamais deixarei de pôr meus atos sob a invocação da Divindade, associando, com cuidado, meu próprio destino ao do país.

Gostaria que se comparasse cada instante dos atos de meu reino aos dos governos passados. Esta seria a melhor maneira de ressaltar meus feitos e de provocar o reconhecimento que eles merecem. Seria muito importante pôr em relevo os erros daqueles que me precederam, mostrar que eu soube sempre evitá-los. Assim, seria criada, contra os regimes que meu poder sucedeu, uma espécie de antipatia, até

de aversão, que acabaria por tornar-se irreparável como uma expiação.

Não somente eu daria a um certo número de jornais a missão de exaltar sem fim a glória de meu reino, de lançar sobre outros governos a responsabilidade pelos erros da política europeia, mas gostaria que uma boa parte desses elogios parecessem ser apenas um eco dos jornais estrangeiros, cujos artigos que prestassem uma homenagem gritante à minha própria política, falsos ou verdadeiros, seriam reproduzidos. Ademais, eu teria, no exterior, jornais pagos, cujo apoio seria ainda mais eficaz porque eu lhes aplicarei um verniz de oposição sobre alguns pontos secundários.

Meus princípios, minhas ideias, meus atos seriam representados com a auréola da juventude, com o prestígio do direito novo em oposição à decrepitude e à caducidade das antigas instituições.

Não ignoro a necessidade de válvulas para o espírito público, para que a atividade intelectual, rejeitada num ponto, conecte-se necessariamente com outro. É por isso que não temo lançar a nação em todas as especulações teóricas e práticas do regime industrial.

Aliás, fora da política, eu diria que seria um bom príncipe, que deixaria fervilhar em paz as questões filosóficas ou religiosas. Em matéria de religião, a doutrina do livre exame tornou-se uma espécie de monomania. Não se pode contrariar essa tendência, não sem correr perigos. Nos países mais avançados da Europa em civilização, a invenção da imprensa acabou por gerar uma literatura louca, furiosa, quase imunda; é um grande mal. Bem, isso é triste de dizer, mas bastaria não incomodá-la muito para que essa fúria em escrever, que domina seus países parlamentares, fosse mais ou menos satisfeita.

Essa literatura pestilente cujo curso não podemos deter, a vulgaridade dos escritores e dos homens políticos que dominariam o jornalismo, não deixaria de constituir um contraste chocante com a dignidade da linguagem que emanaria dos degraus do trono, com a dialética vivaz e colorida com que trataríamos de apoiar todas as manifestações do poder. Agora compreende porque desejei cercar o príncipe com esse enxame de publicitários, administradores, advogados, homens de negócios e jurisconsultos que são essenciais para a redação dessa quantidade de comunicações oficiais de que lhe fa-

lei, e cuja impressão seria sempre muito marcante sobre os espíritos.

Tal é, em poucas palavras, a economia geral de meu regime de imprensa.

MONTESQUIEU Então, terminou?

MAQUIAVEL Sim, e lamento, pois fui muito mais conciso do que o necessário. Porém, nossos instantes estão contados, é preciso caminhar rapidamente.

DÉCIMO TERCEIRO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Preciso recuperar-me um pouco das emoções que você acaba de provocar em mim. Que riqueza de recursos, quantas concepções estranhas! Existe poesia nisso tudo e um não-sei-quê de beleza fatal que os modernos Byrons não desaprovavam. Aí reencontramos o talento cênico do autor de *A mandrágora*.

MAQUIAVEL Tem certeza, senhor de Secondat? Contudo, algo me diz que não está tão seguro em sua ironia: não está seguro de que tais coisas sejam possíveis.

MONTESQUIEU Se é minha opinião que o preocupa, já a terá: espero o final.

MAQUIAVEL Ainda não cheguei lá.

MONTESQUIEU Então continue.

MAQUIAVEL À sua disposição.

MONTESQUIEU Você começou decretando uma legislação extraordinária sobre a imprensa. Todas as vozes foram silenciadas, exceto a sua. Os partidos estão mudos perante você: não teme tramoias?

MAQUIAVEL Não, porque eu seria muito pouco previdente se, com uma única pancada, não desar-masse todas ao mesmo tempo.

MONTESQUIEU Quais são seus trunfos?

MAQUIAVEL Começaria deportando centenas daqueles que receberam de armas em punho o advento de meu poder. Disseram-me que na Itália, na Alemanha e na França recrutavam-se por meio de sociedades secretas os desordeiros que conspiram contra os governos. Em meus domínios, esmagarei os fios tenebrosos que se tramam nos covis, como teias de aranha.

MONTESQUIEU E depois?

MAQUIAVEL Organizar uma sociedade secreta ou dela participar será rigorosamente punido.

MONTESQUIEU Isso quanto ao futuro, e as sociedades que já funcionam?

MAQUIAVEL Expulsarei, por razões de segurança pública, todos aqueles que forem notoriamente conhecidos por fazer parte de qualquer delas. Aqueles que eu não golpear, permanecerão sob ameaça perpétua, porque promulgarei uma lei que permitirá ao governo deportar, por via administrativa, quem quer que tenha sido filiado.

MONTESQUIEU Ou seja, sem julgamento.

MAQUIAVEL Por que diz: sem julgamento? A decisão de um governo não é um julgamento? Pode ficar certo de que não teremos piedade contra os facciosos. Nos países sempre perturbados por desordens civis, é preciso instaurar a ordem por meio de atos de vigor implacável. Se for necessária uma lista de vítimas para garantir a tranquilidade, assim será. Em seguida, a aparência daquele que comanda torna-se tão dominadora que ninguém ousa atentar contra sua vida. Depois de cobrir a Itália de sangue, Silas pôde reaparecer em Roma como cidadão: ninguém tocou sequer um fio de seus cabelos.

MONTESQUIEU Vejo que vive um período de execução terrível: não ousa fazer nenhuma observação.

Entretanto, parece-me que, mesmo seguindo seus desígnios, poderia ser menos rigoroso.

MAQUIAVEL Caso apelem para minha clemência, poderia refletir. Posso até lhe confiar que uma parte dessas disposições severas que inscreverei na lei serão puramente cominatórias, mas com a condição de que não seja forçado a aplicá-las.

MONTESQUIEU É isso que chama de cominatório! Contudo, sua clemência tranquiliza-me um pouco. Em certos momentos, se algum outro mortal o escutasse, ficaria com o sangue gelado.

MAQUIAVEL Por quê? Convivi de perto com o duque Valentino, que deixou uma fama terrível e merecida, pois ele tinha momentos implacáveis. Entretanto, posso garantir-lhe que, superadas as necessidades de executar pessoas, era um homem de boa paz. E poderíamos dizer o mesmo de quase todos os monarcas absolutos: no fundo, são bons, e sobretudo para os pequenos.

MONTESQUIEU Não sei se prefiro você nas explosões de cólera: sua doçura assusta-me ainda mais. Vamos em frente: já esmagou as sociedades secretas.

MAQUIAVEL Mais devagar: não fiz isso, você fez alguma confusão.

MONTESQUIEU Onde e como?

MAQUIAVEL Interditei as sociedades secretas, cujo caráter e ações fugiriam ao controle de meu governo, mas não pretendi livrar-me de um meio de informação, de uma influência oculta que pode ser considerável se soubermos usá-la.

MONTESQUIEU O que você pode pensar a partir daí?

MAQUIAVEL Vislumbro a possibilidade de dar a algumas dessas sociedades uma espécie de existência legal ou então reuni-las em uma só, com um chefe nomeado por mim. Assim, manteria em minhas mãos os diversos elementos revolucionários que o país contém. As pessoas que compõem tais sociedades pertencem a todas as nações, a todas as classes, a todos os níveis: eu seria informado das intrigas mais obscuras da política. Seria um tipo de anexo de minha polícia, e sobre isso gostaria de discutir logo com você. Esse mundo subterrâneo das sociedades secretas está cheio de cérebros vazios, que não me interessam para nada, mas certas diretrizes preci-

sam ser dadas, ali existem forças a serem remexidas. Se ali houver algum movimento, há de ser minha mão a fazê-lo; caso se prepare algum complô, o chefe sou eu: sou o chefe da liga.

MONTESQUIEU E acredita que essas legiões de democratas, esses republicanos, esses anarquistas, esses terroristas deixarão você se aproximar e partilhar o pão com eles? Consegue acreditar que gente que não deseja nenhuma dominação humana aceitará um guia que será o mesmo que um amo!

MAQUIAVEL Ó Montesquieu, acontece que você não sabe o que há de impotência e mesmo de ninharia entre a maior parte dos homens da demagogia europeia. Esses tigres têm almas de ovelha, cabeças cheias de vento. Basta falar sua linguagem para penetrar em suas fileiras. Aliás, quase todas as ideias deles têm afinidades incríveis com as doutrinas do poder absoluto. O sonho deles é a absorção dos indivíduos em uma unidade simbólica. Eles exigem a realização completa da igualdade pela virtude de um poder que, em última instância, só pode ficar na mão de um único homem. Você vê que continuo sendo o chefe da escola deles! Convém dizer que

eles não têm escolha. As sociedades secretas existirão nas condições que indiquei ou não existirão de jeito nenhum.

MONTESQUIEU O final do *sic volo sic jubeo* nunca se faz esperar muito tempo com você. Creio que, decididamente, você se encontra bem protegido contra conjurações.

MAQUIAVEL Sim, e é bom acrescentar que a legislação não permitirá as reuniões, os conciliábulos que ultrapassarem um certo número de pessoas.

MONTESQUIEU Quantas?

MAQUIAVEL Você liga para tais detalhes? Não serão permitidas reuniões com mais de quinze ou vinte pessoas.

MONTESQUIEU O quê! Amigos não poderão jantar juntos além desse número?

MAQUIAVEL Percebo que você já está se alarmando em nome da alegria gaulesa. Sim, claro, será possível, porque meu reino não será assim tão feroz como pensa, mas sob uma condição: ninguém falará de política.

MONTESQUIEU Será possível falar de literatura?

MAQUIAVEL Sim, mas desde que sob o pretexto da literatura não comecem a reunir-se com fins políticos, pois se pode não falar de política e mesmo assim dar a uma festa um caráter de manifestação que seria entendido pela opinião pública. Isso não será permitido.

MONTESQUIEU Será difícil que, em um sistema desses, os cidadãos possam viver sem se assombrarem com o governo!

MAQUIAVEL Isso é um erro, somente os facciosos sofrerão com tais restrições: ninguém mais será atingido. É evidente que aqui não me ocupo dos atos de rebelião contra meu poder, nem dos atentados que terão como objetivo derrubá-lo, tampouco dos ataques contra a pessoa do príncipe, ou contra sua autoridade, ou suas instituições. Trata-se de verdadeiros crimes, que são reprimidos pelo direito comum de todas as legislações. Eles serão previstos e punidos em meu reino segundo uma classificação e seguindo definições que não deixarão brecha para o menor atentado direto ou indireto contra a ordem estabelecida de coisas.

MONTESQUIEU Nesse caso, permita-me confiar em você e não interrogar seus meios. Todavia não basta estabelecer uma legislação draconiana: é preciso ainda encontrar uma magistratura que queira aplicá-la. E isso não é nada fácil.

MAQUIAVEL Não há nenhuma dificuldade.

MONTESQUIEU Significa que destruirá a organização judiciária?

MAQUIAVEL Não destruo nada: só modifico e inovar.

MONTESQUIEU Então estabelecerá cortes marciais, prebostes, enfim, tribunais de exceção?

MAQUIAVEL Não.

MONTESQUIEU Então, o quê fará?

MAQUIAVEL Primeiro, é bom que saiba que nem precisarei decretar um grande número de leis severas, cuja aplicação teria de perseguir. Muitas delas já existirão e ainda estarão em vigor, porque todos os governos, livres ou absolutos, republicanos ou monárquicos, estão às voltas com as mesmas dificuldades. Eles são obrigados, nos momentos de

crise, a recorrer a leis rigorosas, algumas das quais sobrevivem e outras se enfraquecem depois das dificuldades que as viram nascer. Temos de recorrer a ambas: quanto às últimas, observe-se que elas não foram explicitamente derogadas, eram leis perfeitamente sábias, e que a reincidência dos abusos que elas preveniam torna necessária sua aplicação. Assim, o governo não parece praticar, o que será verdadeiro com frequência, nada além de um ato de boa administração.

Constatará que não se trata senão de dar um pouco de apoio à ação dos tribunais, o que é sempre fácil nos países centralizados onde a magistratura se encontra em contato direto com a administração, por meio do ministério do qual depende.

Quanto às novas leis que serão editadas sob meu comando e que, na maior parte, serão promulgadas sob a forma de decretos, talvez a aplicação não seja tão fácil, porque nos países em que o magistrado é irremovível, ele resiste por conta própria, na interpretação da lei, diante da ação muito direta do poder.

Mas creio ter encontrado uma combinação muito engenhosa, bem simples, na aparência puramen-

te regulamentar que, sem causar perigo à inamovibilidade da magistratura, modificará o que existe de absoluto demais nas consequências deste princípio. Promulgarei um decreto que aposentará os magistrados quando atingirem determinada idade. Não duvido que de novo ficarei sozinho, pois é um espetáculo penoso ver, dado que isso é tão frequente, o juiz que é chamado a estatuir a cada instante sobre elevadas e difíceis questões cair numa decadência do espírito que o torna incapaz.

MONTESQUIEU Se me permite, tenho algumas noções a respeito das coisas de que fala. O que está propondo não se ajusta à experiência. Entre os homens que vivem para o exercício contínuo dos trabalhos do espírito, a inteligência não se debilita assim: aí está, se posso dizê-lo, o privilégio do pensamento entre aqueles para quem ele se torna o elemento principal. Se, entre alguns magistrados, as faculdades decaem com a idade, para a maioria elas se conservam e suas luzes aumentam sempre. Não é preciso substituí-los, porque a morte faz em suas fileiras os vazios naturais que tem de fazer. Porém, mesmo que tivesse havido entre eles tantos exem-

plos de decadência como pretende, seria mil vezes melhor, em nome de uma boa justiça, padecer desse mal do que aceitar seu remédio.

MAQUIAVEL Tenho razões superiores às suas.

MONTESQUIEU A razão de Estado?

MAQUIAVEL Talvez. Esteja certo de uma coisa: nessa nova organização, os magistrados não se desviarão ainda mais que antes, quando se tratar de interesses meramente cívicos?

MONTESQUIEU Sei lá eu! Porque, segundo suas palavras, vejo desde agora que eles se desviarão quando se tratar de interesses políticos.

MAQUIAVEL Eles não se desviarão: eles cumprirão seu dever como têm de cumprir porque, em matéria política, é necessário, no interesse da ordem, que os juízes sempre estejam do lado do poder. Seria o pior de tudo que um soberano pudesse ser atingido por sentenças facciosas, das quais o país inteiro se apoderaria, na mesma hora, contra o governo. De que valeria ter silenciado a imprensa, se ela se reconhecesse nos julgamentos dos tribunais?

MONTESQUIEU Sob aparências modestas, seu instrumento afinal é bem potente, dado que lhe atribui tamanha amplitude...

MAQUIAVEL Sim, porque ele elimina esse espírito de resistência, esse espírito corporativo sempre tão perigoso entre grupos judiciais que conservaram a lembrança, talvez o culto, de governos passados. Ele introduz em seu seio uma quantidade de elementos novos, cujas influências são todas favoráveis ao espírito que anima meu reino. Todo ano, vinte, trinta, quarenta postos de magistrados tornar-se-ão vagos pela aposentadoria, provocando um deslocamento do conjunto do pessoal da justiça que pode assim se renovar de cima a baixo a cada seis meses. Uma única vaga, sabe disso, pode provocar cinquenta nomeações pelo efeito sucessivo dos titulares de diferentes níveis que se deslocam. Pode imaginar o que sucede quando são trinta ou quarenta vagas que surgem em simultâneo. Não apenas o espírito coletivo desaparece naquilo que pode ter de político, mas nos aproximamos mais estreitamente do governo, que dispõe de um grande número de lugares. Temos jovens que desejam abrir seu caminho, que não

são mais impedidos em suas carreiras pela perpetuidade daqueles que os precederam. Eles sabem que o governo ama a ordem, que o país também gosta dela, e só se trata de servir a ambos, praticando uma boa justiça, quando a ordem se interessa por isso.

MONTESQUIEU Porém, a menos que ocorra uma cegueira inominável, você será criticado por provocar, no interior da magistratura, um espírito de competição fatal nos corpos judiciários. Não lhe mostrarei quais seriam as sequelas, pois creio que isso não o deteria.

MAQUIAVEL Não tenho a pretensão de escapar à crítica; ela pouco me importa, desde que não a ouça. Terei por princípio, em todas as coisas, a irrevogabilidade de minhas decisões, apesar do falatório. Um príncipe que se comporta assim está sempre certo de impor o respeito por sua vontade.

DÉCIMO QUARTO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Já lhe disse muitas vezes, e repito, que não preciso criar tudo, organizar tudo, porque encontro nas instituições existentes uma boa parte dos instrumentos de meu poder. Você sabe o que é a garantia constitucional?

MONTESQUIEU Sim e lamento-o por você porque, sem querer, eu o privo de proporcionar-me uma surpresa que talvez lhe agradasse, com a habilidade de encenação que o caracteriza.

MAQUIAVEL E o que pensa dela?

MONTESQUIEU Creio que o que é verdade, ao menos para a França, da qual parece querer falar, é que existe uma lei de circunstância que tem de ser modificada, se não tiver de desaparecer, sob um regime constitucional.

MAQUIAVEL Está bem moderado neste aspecto. Conforme suas ideias, é simplesmente uma das restrições mais tirânicas do mundo. É possível que, no caso de indivíduos lesados por agentes do governo no exercício de suas funções e aqueles que forem reclamar na justiça, os juízes possam responder: nada podemos fazer, a porta da pretoria está fechada: peçam autorização à administração para querelar contra seus funcionários. Isso é uma verdadeira negação da justiça. Quantas vezes ocorrerá de o governo autorizar tais questionamentos?

MONTESQUIEU De que se lamenta? Creio que isso serve bastante a seus interesses.

MAQUIAVEL Só lhe disse isso para mostrar que, nos Estados em que a ação da justiça enfrenta tais obstáculos, um governo não tem muito a temer dos tribunais. É parecido com as instruções provisórias inseridas nas leis excepcionais. Porém, superados os períodos de transição, as exceções permanecem, e com razão, pois quando a ordem reina, elas não incomodam, e quando há perturbações, elas são necessárias.

Existe outra instituição moderna que serve com igual eficácia para ações do poder central: trata-se da

criação, junto dos tribunais, de uma grande magistratura que você chama de ministério público e que, antigamente, com razão, chamava-se ministério do rei, dado que tal função é essencialmente removível e eliminável segundo o arbítrio do príncipe. Não preciso dizer-lhe quanto é considerável a influência desse magistrado sobre os tribunais em cuja proximidade se encontra. Preste bem atenção nisso. Agora, quero falar-lhe da corte de cassação, sobre a qual me reservei dizer-lhe alguma coisa e que desempenha um papel tão considerável na administração da justiça.

A corte de cassação é mais que um corpo judiciário: de certa forma, é um quarto poder no Estado, porque lhe compete fixar em última instância o sentido da lei. Aqui, repetirei também o que acredito que tenha dito a respeito do senado e da assembleia legislativa: uma corte de justiça similar a essa e que fosse completamente independente do governo poderia, em virtude de seu poder de interpretação soberano e quase discricionário, derrubá-lo quando ela quisesse. Para tanto, bastaria que ela estendesse ou restringisse sistematicamente, no sentido da liberdade, as disposições de lei que regulam o exercício dos direitos políticos.

MONTESQUIEU E é aparentemente o contrário que você lhe pedirá?

MAQUIAVEL Não pedirei nada; ela fará por si mesma aquilo que lhe convier. Pois é aqui que se concentrarão fortemente as diversas causas de influência de que lhe falava antes. Quanto mais o juiz está próximo do governo, mais faz parte dele. O espírito conservador do reino desenvolver-se-á ali em um grau mais alto do que em qualquer outro lugar, e as leis de alta disciplina política receberão, no seio desta grande assembleia, uma interpretação tão favorável a meu poder que serei dispensado de adotar uma quantidade de medidas restritivas que, sem isso, se tornariam necessárias.

MONTESQUIEU Ouvindo você, poderíamos dizer que as leis são suscetíveis das interpretações mais fantásticas. Será que os textos legislativos não são claros e precisos, será que eles podem prestar-se a extensões ou restrições como essas que você aponta?

MAQUIAVEL Não é a quem escreveu *O espírito das leis*, não é ao magistrado experiente que elaborou sentenças tão excelentes que terei a pretensão de

ensinar o que é a jurisprudência. Não existe texto, por mais claro que seja, que não possa receber as soluções mais contrárias, mesmo em direito civil puro. Porém, peço-lhe que observe que aqui estamos no âmbito da política. Ora, é uma atitude comum aos legisladores de todas as épocas adotar, em algumas de suas disposições, uma redação tão elástica que ela possa, conforme as circunstâncias, servir para ditar sentenças ou introduzir exceções sobre as quais não seria prudente explicar-se de maneira mais precisa.

Sei bem que tenho de dar-lhe exemplos, pois sem isso minha proposição parece-lhe demasiado vaga. Para mim, a dificuldade consiste em dar-lhe exemplos que tenham um caráter de generalidade tão grande que me dispensem de entrar em longos detalhes. Eis um dos que prefiro, porque há pouco falamos nisso.

Falando de garantia constitucional, você dizia que essa lei excepcional devia ser modificada em um país livre.

Bem, suponho que essa lei existe no Estado que governo, suponho que ela tenha sido modificada. Assim, imagino que antes de mim tenha sido promulgada uma lei que, em matéria eleitoral, permitia

querelar contra os agentes do governo sem a autorização do conselho de Estado.

A questão apresenta-se em meu governo que, como sabe, introduziu grandes mudanças no direito público. Se alguém quiser levar um funcionário à justiça, por uma questão eleitoral, o magistrado do ministério público levanta-se e diz: o favor do qual alguns querem beneficiar-se não mais existe; ele não é mais compatível com as instituições atuais. A lei antiga que dispensava a autorização do conselho de Estado, em casos similares, foi implicitamente derogada. Os tribunais respondem sim ou não, afinal o debate é proposto perante a corte de cassação e esta alta jurisdição assim fixa o direito público sobre esse ponto: a lei antiga é derogada implicitamente. A autorização do conselho de Estado é necessária para querelar contra os funcionários públicos, mesmo em matéria eleitoral.

Eis outro exemplo, ele tem algo de especial, foi tirado do controle da imprensa: disseram-me que havia na França uma lei que obrigava, sob sanção penal, todos aqueles que distribuíam ou vendiam textos nas ruas a obter uma autorização concedida pelo funcionário público encarregado, em cada província,

da administração geral. A lei quis regulamentar esse tipo de venda ambulante e submetê-la a uma vigilância estrita. Esse era o objetivo essencial de tal lei, mas o texto da disposição reza, creio: “Todo distribuidor ou divulgador deverá ter uma autorização etc.”

Bem, a corte de cassação, caso a questão lhe seja proposta, poderá dizer: não é somente o ato profissional que a lei contempla, mas também qualquer ato de distribuição ou de venda ambulante. Em consequência, o próprio autor de um texto ou de uma obra que remete um ou vários exemplares, mesmo que seja um presente, sem autorização prévia, pratica distribuição ou venda. Portanto, ele cai sob o peso da disposição penal.

Veja a seguir o que resulta de tal interpretação: em vez de uma simples lei de controle, você tem uma lei restritiva do direito de publicar seu pensamento impresso.

MONTESQUIEU Só lhe faltava bancar o jurista.

MAQUIAVEL Isso é absolutamente necessário. Como é que hoje se derrubam os governos? Por distinções legais, por sutilezas de direito constitucional, usando contra o poder todos os meios, todas as

armas, todas as combinações que não sejam diretamente proibidas pela lei. E os artifícios do direito, que os partidos empregam com tanta obstinação contra o governo, não gostaria que o poder os empregasse contra os partidos? Porém, a luta não seria igual, a resistência sequer seria possível: seria preciso abdicar.

MONTESQUIEU Você tem tantos obstáculos a evitar que é um milagre que preveja todos. Os tribunais não são vinculados por seus julgamentos. Com uma jurisprudência como aquela que será aplicada em seu governo, vejo muitos processos em seus braços. Aqueles sujeitos à ação da justiça não deixarão de bater à porta dos tribunais para pedir outras interpretações.

MAQUIAVEL Nos primeiros tempos é possível. Porém, quando um certo número de sentenças tiverem obtido jurisprudência definitiva, ninguém se permitirá o que ela proíbe e a fonte dos processos ter-se-á esgotado. A opinião pública estará tão domesticada que se sujeitará, quanto ao sentido das leis, às opiniões oficiosas da administração.

MONTESQUIEU Por favor, explique-me como.

MAQUIAVEL Em determinadas conjunturas, quando se reaar que alguma dificuldade apareça sobre certos pontos da legislação, a administração, sob a forma de advertência, declarará que tal fato se submete à aplicação da lei, que a lei se estende a esse ou àquele caso.

MONTESQUIEU Mas isso não passa de declarações que não condicionam os tribunais de nenhum modo.

MAQUIAVEL Sem dúvida, porém tais declarações tampouco terão grande autoridade ou influência sobre as decisões da justiça, partindo de uma administração tão poderosa como a que organizei. Elas terão sobretudo grande poder sobre as resoluções individuais e, em vários casos, para não dizer sempre, elas hão de prevenir processos desagradáveis; acabarão por abster-se.

MONTESQUIEU À medida que avançamos, vejo que seu governo se torna cada vez mais paternal. Trata-se de costumes judiciários quase patriarcais. Com efeito, parece-me impossível que não reconheçam uma solicitude que se exerce sob tantas formas engenhosas.

MAQUIAVEL Ei-lo obrigado a reconhecer, apesar de tudo, que me encontro bem longe de procedimentos bárbaros de governo que parecia atribuir-me no início de nossa conversa. Você constata que em tudo isso a violência não desempenha nenhum papel: apoio-me onde cada um hoje também se apoia, no direito.

MONTESQUIEU No direito do mais forte.

MAQUIAVEL O direito que se faz obedecer é sempre o do mais forte: desconheço exceção a esta regra.

DÉCIMO QUINTO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Embora tenhamos percorrido um círculo bem vasto, e você já tenha organizado quase tudo, não posso esconder-lhe que ainda lhe resta muito por fazer para tranquilizar-me quanto à duração de seu poder. A coisa que mais me espanta neste mundo é que você lhe tenha dado por base o sufrágio popular, ou seja, o elemento por natureza mais inconsistente que conheço. Por favor, vamos nos entender: você me disse que era rei?

MAQUIAVEL Sim, rei.

MONTESQUIEU Vitalício ou hereditário?

MAQUIAVEL Sou rei como se é rei em todos os reinos do mundo, rei hereditário com uma descendência destinada a suceder-me de filho homem para filho homem, na sequência dos primogênitos, com exclusão perpétua das mulheres.

MONTESQUIEU Você não é galante.

MAQUIAVEL Com sua permissão, inspiro-me nas tradições da monarquia franco-sálica.

MONTESQUIEU Sem dúvida explicar-me-á como pensa estabelecer a hereditariedade com o sufrágio democrático dos Estados Unidos?

MAQUIAVEL Sim.

MONTESQUIEU Como! Você espera, com esse princípio, amarrar a vontade das gerações futuras?

MAQUIAVEL Sim.

MONTESQUIEU Quanto ao presente, o que eu gostaria de ver é o modo como vai operar com esse sufrágio, quando se tratar de aplicá-lo à nomeação de funcionários públicos?

MAQUIAVEL Quais funcionários públicos? Você bem sabe que, nos Estados monárquicos, é o governo quem nomeia seus funcionários em todos os níveis.

MONTESQUIEU Depende de quais funcionários. Aqueles que estão sujeitos à administração dos municípios são, em geral, nomeados pelos habitantes, inclusive sob governos monárquicos.

MAQUIAVEL Isso será mudado com uma lei: eles passarão a ser nomeados pelo governo.

MONTESQUIEU E os representantes da nação, também é você quem os nomeia?

MAQUIAVEL Você bem sabe que isso é impossível.

MONTESQUIEU Então me compadeço, pois se você abandona o sufrágio a si próprio, se você não encontra alguma combinação nova, a assembleia dos representantes do povo não tardará, sob a influência dos partidos, a se encher de deputados hostis a seu poder.

MAQUIAVEL Exatamente por isso, de modo nenhum deixaria o sufrágio abandonado a si mesmo.

MONTESQUIEU Contava com isso. Mas qual combinação adotará?

MAQUIAVEL O primeiro movimento é associar ao governo todos aqueles que desejam representar o país. Imporei aos candidatos a solenidade do juramento. Aqui não é preciso um juramento perante a nação, conforme entendiam seus revolucionários de 1789. Quero um juramento de fidelidade ao próprio príncipe e a sua constituição.

MONTESQUIEU Porém, dado que em política não teme violar os seus, como pode esperar que, nesse ponto, se mostrem mais escrupulosos do que você mesmo?

MAQUIAVEL Conto pouco com a consciência política dos homens. Conto com a força da opinião pública: ninguém ousará degradar-se diante dela, faltando abertamente com a fé jurada. E ousarão ainda menos, porque o juramento que imporei precederá a eleição, em vez de sucedê-la. Em tais condições, ninguém que não esteja antecipadamente disposto a me servir terá desculpas para vir procurar o sufrágio. Agora, é preciso dar ao governo os meios de resistir à influência da oposição, impedir que ela provoque defecções nas fileiras daqueles que desejam defendê-lo. No momento das eleições, os partidos têm por hábito proclamar seus candidatos e confrontá-los ao governo. Farei igual a eles e confrontá-los-ei com os partidos.

MONTESQUIEU Se você não fosse todo-poderoso, o meio seria detestável, porque, partindo para o combate direto, você estimulará os golpes.

MAQUIAVEL Pretendo que os agentes de meu governo, do primeiro até o último, engajem-se em fazer triunfar meus candidatos.

MONTESQUIEU Só pode ser assim, é a decorrência.

MAQUIAVEL Nesta matéria, tudo é da maior importância. “As leis que estabelecem o sufrágio são fundamentais; a maneira pela qual se dá o sufrágio é fundamental; a lei que fixa a maneira de emitir as cédulas do voto é fundamental”.¹ Não foi você quem disse isso?

MONTESQUIEU Nem sempre reconheço minha linguagem quando passa por sua boca: parece-me que as palavras que você cita aplicavam-se ao governo democrático.

MAQUIAVEL Sem dúvida, e você já pôde constatar que minha política essencial era apoiar-me no povo; que, embora carregue uma coroa, meu objetivo real e declarado era representá-lo. Depositário de todos os poderes que me delegou, em última instância, somente eu sou o verdadeiro mandatário dele. Aquilo

1 *O espírito das leis*, capítulo II e ss., livros II e ss.

que quero, ele também quer; o que faço, também ele faz. Em consequência, é indispensável que, por ocasião das eleições, as facções não possam fazer com que prevaleça sua influência no lugar daquela da qual sou a personificação armada. Encontrei também outros meios de neutralizar seus esforços. É preciso que você saiba, por exemplo, que a lei que interdita as reuniões aplicar-se-á naturalmente àquelas que poderiam ocorrer em função das eleições. Assim, os partidos não poderão se aliar nem se entender.

MONTESQUIEU Por que põe sempre os partidos à frente? Sob pretexto de criar-lhes obstáculos, não é aos próprios eleitores que impõe isso? Afinal, os partidos não passam de grupos de eleitores: se os eleitores não podem esclarecer-se com reuniões, por meio de porta-vozes, como poderão votar com conhecimento de causa?

MAQUIAVEL Vejo que ignora com quais artes, com que astúcia as paixões políticas frustram as medidas proibitivas. Não se preocupe com os eleitores, aqueles animados por boas intenções sempre hão de saber em quem votar. Aliás, serei tolerante: não

só permitirei as reuniões em prol de meus candidatos como chegarei a fechar os olhos a certas manobras de candidatos populares que farão barulho em nome da liberdade. E basta que lhe diga que os que gritarão mais alto serão meus partidários.

MONTESQUIEU E como vai regulamentar o voto?

MAQUIAVEL Primeiro, no que concerne ao campo, não quero que os eleitores votem nos centros de aglomeração, onde poderiam entrar em contato com o espírito de oposição das vilas ou das cidades e ali receber a palavra de ordem que chegaria da capital. Quero que votem por município. O resultado de tal combinação, tão simples na aparência, será no entanto considerável.

MONTESQUIEU É fácil entendê-lo: você obriga o voto do interior a dividir-se entre as notoriedades insignificantes ou adotar, na falta de nomes conhecidos, os candidatos designados por seu governo. Ficaria muito surpreso caso, num sistema desses, surgissem novos talentos.

MAQUIAVEL A ordem pública necessita menos homens de talento do que gente devotada ao gover-

no. A capacidade suprema está sentada no trono e entre aqueles que o rodeiam; em outro lugar, aliás, ela é inútil; ela chega a ser quase nociva, porque só pode ser exercida contra o poder.

MONTESQUIEU Seus aforismos cortam como faca: não tenho argumentos para combatê-lo. Por favor, retome a sequência de seu ordenamento eleitoral.

MAQUIAVEL Pelas razões que acabo de expor-lhe, tampouco quero nenhum escrutínio de listas que deturpe a eleição, que permita a coalizão de homens e de príncipes. Por sinal, dividirei os colégios eleitorais em um certo número de circunscrições administrativas, nas quais só haverá espaço para a eleição de um único deputado e onde, portanto, cada eleitor só poderá escrever em sua cédula um único nome.

Além disso, é preciso ter a possibilidade de neutralizar a oposição em circunscrições onde ela poderia destacar-se. Assim, suponho que nas eleições anteriores uma circunscrição tenha se destacado pela maioria de seus votos hostis ou que se possa prever que ela se pronunciará contra os candidatos do governo; nada é mais fácil de remediar: se tal circunscrição só tiver um pequeno número de elei-

tores, será anexada a uma circunscrição vizinha ou distante, porém bem mais extensa, onde seus votos se diluirão ou seu espírito político se perderá. Se, ao contrário, a circunscrição hostil tem uma população expressiva, será dividida em várias partes, então anexas às circunscrições vizinhas, nas quais ela se aniquilará completamente.

Entenda que ignoro uma quantidade de detalhes que são apenas acessórios do conjunto. Assim, segundo as necessidades, divido colégios em seções de colégios para dar mais apoio, quando for preciso, à ação da administração, e faço presidir os colégios e as seções dos colégios por funcionários municipais cuja nomeação depende do governo.

MONTESQUIEU Com certa surpresa, observo que você não adota aqui uma medida que, naquela época, indicava a Leão X, e que consiste na substituição das cédulas do sufrágio pelos escrutinadores, após o voto.

MAQUIAVEL Hoje isso talvez seria difícil e acredito que se deva usar tal recurso com a maior prudência. Aliás, um governo hábil tem tantos recursos! Sem comprar diretamente o voto, ou seja, com dinhei-

ro vivo, nada lhe será mais fácil do que fazer a população votar a seu gosto em troca de concessões administrativas, prometendo aqui um porto, ali um mercado, mais adiante uma estrada, um canal e, ao contrário, nada fazendo pelas vilas e cidades onde o voto lhe for hostil.

MONTESQUIEU Não tenho nada para reprovar quanto à profundidade dessas combinações: mas não receia que se diga que ora corrompe e ora reprime o sufrágio popular? Não teme comprometer seu poder nas lutas em que estará tão diretamente comprometido? O menor êxito que se obtiver contra seus candidatos será uma vitória estrepitosa que porá seu governo em xeque. O que não cessa de me inquietar por você é que se vê sempre obrigado a vencer em todas as coisas, sob pena de um desastre.

MAQUIAVEL Você usa a linguagem do medo: fique tranquilo. Onde cheguei, venci em tantas coisas que não posso perecer pelo infinitamente pequeno. O grão de areia de Bossuet não foi feito para os verdadeiros políticos. Estou tão avançado em minha carreira que poderia, sem risco, enfrentar até tempestades. Então, o que significam os ínfimos obstáculos

administrativos de que fala? Acredita que tenho a pretensão de ser perfeito? Por acaso ignoro que cometerão muitas faltas ao meu redor? Claro que não, não poderei fingir que não existem pilhagens e escândalos. Isso impedirá que o conjunto das coisas ande e siga adiante? O essencial é muito menos não cometer nenhuma falha, que assumir a responsabilidade com uma atitude enérgica que se imponha aos detratores. Mesmo que a oposição lograsse introduzir em minha câmara alguns declamadores, que me importaria? Não sou daqueles que desejam fechar os olhos para as necessidades de seu tempo.

Um de meus grandes princípios é pôr os semelhantes uns contra os outros. Assim como uso a imprensa contra a imprensa, combaterei a tribuna com a tribuna: terei tantos oradores quantos forem necessários, capazes de falar várias horas sem parar. O essencial é ter uma maioria compacta e um presidente confiável. Existe uma arte particular de conduzir os debates e ganhar os votos. Teria eu ainda a necessidade dos artifícios da estratégia parlamentar? Na câmara, de cada vinte, 19 estariam comigo e votariam segundo uma palavra de ordem, enquanto eu os faria puxar os fios de uma oposição fictícia e

clandestinamente comprada. Depois disso, que façam belos discursos: entrarão nos ouvidos de meus deputados como o vento entra no buraco de uma fechadura. Agora, quer que lhe fale de meu senado?

MONTESQUIEU Não, já sei por Calígula o que poderá ser.

DÉCIMO SEXTO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Um dos pontos proeminentes de sua política é o esmagamento dos partidos e a destruição das forças coletivas. Neste programa você não falhou em nada: contudo, ainda vejo a seu redor coisas que não tocou. Assim, você ainda não pôs a mão sobre o clero nem sobre a universidade, tampouco sobre os advogados, as milícias nacionais nem sobre as corporações comerciais. Entretanto, creio que aí existe mais de um elemento perigoso.

MAQUIAVEL Não posso dizer-lhe tudo ao mesmo tempo. Passemos às milícias nacionais, embora não devesse ter de me ocupar ainda com elas: sua dissolução foi necessariamente um dos primeiros atos de meu governo. A organização de uma guarda cida-
dã não saberia conciliar-se com a existência de um Exército regular, pois os cidadãos em armas pode-

riam, em um momento determinado, transformar-se em facções. Contudo, este ponto tem suas dificuldades. A guarda nacional é uma instituição inútil, mas carrega um nome popular. Nos Estados militares, ela bajula os instintos pueris de certas classes burguesas que, por um viés bastante ridículo, aliam o gosto por demonstrações guerreiras aos hábitos comerciais. Trata-se de um preconceito inofensivo, e provocá-lo seria ainda mais desastroso, porque o príncipe não deve nunca parecer separar seus interesses daqueles da cidade que acredita encontrar uma garantia no armamento de seus habitantes.

MONTESQUIEU Porém, uma vez dissolvida essa milícia...

MAQUIAVEL Dissolvo-a para reorganizá-la em outras bases. O essencial é colocá-la sob as ordens imediatas da autoridade civil e retirar-lhe a prerrogativa de recrutar seus chefes por meio de eleições: é o que faço. Aliás, eu só a reorganizarei nos lugares onde for conveniente, e reservo-me o direito de dissolvê-la de novo e de restabelecê-la sob outras bases, caso as circunstâncias o exijam. Não tenho nada mais a dizer-lhe sobre isso. No que concerne

à universidade, a ordem de coisas atual satisfaz-me mais ou menos. Com efeito, você não ignora que esses grandes corpos de ensino, hoje, não estão mais organizados como antigamente. Quase por todos os lados, garantem-me, eles perderam sua autonomia e não passam de serviços públicos a cargo do Estado. Ora, como lhe disse mais de uma vez, onde está o Estado, ali está também o príncipe. A direção moral dos estabelecimentos públicos está em minhas mãos: são esses agentes que inspiram o espírito da juventude. Os chefes, assim como os membros dos corpos docentes de todos os níveis, são nomeados pelo governo; eles são ligados a ele, dele dependem, isso basta. Se restarem aqui ou ali alguns vestígios de organização independente em alguma escola pública ou academia, é fácil reconduzi-la ao centro comum de unidade e de direção. Basta um regulamento ou um simples decreto ministerial. Passo rapidamente sobre detalhes que não podem exigir meu olhar mais de perto. Entretanto, não devo deixar esse argumento sem dizer-lhe que considero muito importante proscrever, no ensino do Direito, os estudos de política constitucional.

MONTESQUIEU Deve ter boas razões para tanto.

MAQUIAVEL Minhas razões são bem simples: não quero que, ao sair das escolas, os jovens se ocupem de política a torto e a direito; que, aos 18 anos, eles se metam a fazer constituições como escrevemos tragédias. Um tal ensino só poderia falsear as ideias da juventude e iniciá-la prematuramente em matérias que ultrapassam a medida de sua razão. É com noções maldigeridas, malcompreendidas, que preparamos falsos homens de Estado, utópicos cujas temeridades de espírito traduzem-se mais tarde por temeridades de ação.

É preciso que as gerações que nascem em meu reinado sejam educadas no respeito pelas instituições estabelecidas, no amor pelo príncipe. Assim, eu faria um uso mais engenhoso do poder de direção que me compete sobre o ensino: creio que, em geral, nas escolas se comete um erro grave que é negligenciar a história contemporânea. É pelo menos tão essencial conhecer seu próprio tempo quanto o de Péricles. Gostaria que a história de meu governo fosse ensinada, comigo ainda vivo, em todas as escolas. É assim que um novo príncipe entra no coração de uma geração.

MONTESQUIEU Seria, bem entendido, uma apologia perpétua de seus atos?

MAQUIAVEL Evidente que não me deixaria denegrir. Outro meio adotado seria reagir contra o ensino livre, que não podemos proscrever diretamente. As universidades encerram exércitos de professores cujos momentos de lazer podemos usar para a propagação de boas doutrinas. Eu os obrigaria a abrir cursos livres em todas as cidades importantes, mobilizaria assim a instrução e a influência do governo.

MONTESQUIEU Em outros termos, você absorve, confisca em benefício próprio os derradeiros clarões de um pensamento independente.

MAQUIAVEL Não confisco nada.

MONTESQUIEU Permita a outros professores além dos seus vulgarizar a ciência pelos mesmos meios e isso sem patente, sem autorização?

MAQUIAVEL O que está querendo? Quer que eu autorize clubes?

MONTESQUIEU Não, passe então para outro assunto.

MAQUIAVEL Entre a quantidade de medidas regulamentares exigida pela saúde de meu governo, você chamou minha atenção para os advogados. Seria ampliar a ação de minha mão para além do que é necessário pelo momento. Aliás, aqui trato de interesses civis, e você bem sabe que nesta matéria, minha regra de conduta é abster-me o mais possível. Nos Estados em que os advogados se constituíram em corporação, os acusados olham a independência dessa instituição como garantia inseparável do direito de defesa perante os tribunais, quer se trate de sua honra, de seus interesses ou de suas vidas. É grave intervir aqui porque a opinião pública poderia alarmar-se com um grito que não deixaria de mobilizar a corporação inteira. Entretanto, não ignoro que essa ordem será uma arena de influências constantemente hostil a meu governo. Essa profissão, sabe melhor que eu, Montesquieu, desenvolve personalidades frias e obstinadas em seus princípios, espíritos cuja tendência é procurar nos atos de poder o elemento da legalidade pura. O advogado não tem, no mesmo grau que o magistrado, o sentido elevado das necessidades sociais. Ele vê a lei muito de perto e por aspectos demasiado pequenos para ter deles o sentimento justo, ao passo que o magistrado...

MONTESQUIEU Dispense o apólogo.

MAQUIAVEL Sim, porque não esqueço que estou diante de um descendente desses grandes magistrados que, com tanto brilho, sustentaram o trono da monarquia na França.

MONTESQUIEU E que se mostraram raramente fáceis para registrar editais, quando eles violavam a lei do Estado.

MAQUIAVEL Foi assim que eles acabaram derrubando o próprio Estado. Não quero que minhas cortes de justiça sejam parlamentos e meus advogados, sob a imunidade de suas togas, façam política. O maior homem do século, ao qual sua pátria teve a honra de dar à luz, dizia: *Espero que possamos cortar a língua de qualquer advogado que fale mal do governo*. Os costumes modernos são mais suaves, não chegarei a tanto. No primeiro dia, e nas circunstâncias mais favoráveis, limitar-me-ei a fazer uma coisa bem simples: promulgarei um decreto que, embora respeitando a independência da corporação, submeta os advogados a receber do soberano a investidura de sua profissão. Na exposição de moti-

vos de meu decreto, creio que não será muito difícil demonstrar aos acusados que eles encontrarão nesse modo de nomeação uma garantia mais séria do que quando a corporação se autorrecruta, ou seja, com elementos necessariamente meio confusos.

MONTESQUIEU Mas não é que podemos atribuir às medidas mais abomináveis a linguagem da razão! Mas vejamos, o que vai fazer agora em relação ao clero? Eis uma instituição que depende do Estado e que dispõe de um poder espiritual cuja sede se localiza alhures. Afirmo não conhecer nada mais perigoso para seu poder do que essa potência que fala em nome do céu e cujas raízes estão espalhadas pela terra: não se esqueça que a palavra cristã é uma palavra de liberdade. Sem dúvida, as leis do Estado estabeleceram uma demarcação profunda entre a autoridade religiosa e a autoridade política. Sem dúvida, a palavra dos ministros do culto só se fará ouvir em nome do Evangelho. Porém, a espiritualidade divina que dela emana é o obstáculo do materialismo político. Foi esse livro tão humilde e doce que destruiu, sozinho, o Império romano, o cesarismo e toda sua potência. As nações francamente cristãs sempre escaparão do

despotismo, pois o cristianismo eleva a dignidade do homem muito alto para que o despotismo possa atingi-la, porque ele desenvolve forças morais sobre as quais o poder humano não tem alcance.¹ Cuidado com o padre: ele só depende de Deus e sua influência está por todo lado, no santuário, na família, na escola. Você não pode nada contra ele: a hierarquia dele não é igual à sua; ele obedece a uma constituição que não se talha pela lei nem pela espada. Se você governar sobre uma nação católica e tiver o clero como inimigo, você perecerá mais cedo ou mais tarde, mesmo se a população inteira ficasse de seu lado.

MAQUIAVEL Não sei por que gosta de fazer do padre um apóstolo da liberdade. Nunca vi isso, nos tempos antigos nem nos modernos: sempre encontrei no sacerdócio um apoio natural do poder absoluto.

Note bem: se, no interesse de meu projeto, tive de fazer concessões ao espírito democrático de minha época, se adotei o sufrágio universal como base de meu poder, isso não passa de um artifício imposto pelo período, não reclamo o benefício do direito

1 O espírito das leis, capítulos I e ss., livro XXIV.

divino, tampouco sou rei pela graça de Deus. Nesse aspecto, o clero tem de me apoiar, porque meus princípios de autoridade conformam-se aos deles. Entretanto, caso se mostrasse faccioso, caso se aproveitasse de sua influência para promover uma guerra surda contra meu governo...

MONTESQUIEU E daí?

MAQUIAVEL Você que fala da influência do clero, ignora então até que ponto ele soube tornar-se impopular em alguns Estados católicos? Na França, por exemplo, o jornalismo e a imprensa perderam tanto espaço no espírito das massas, desvalorizaram tanto sua missão que, se eu governasse aquele reino, sabe o que eu poderia fazer?

MONTESQUIEU O quê?

MAQUIAVEL Poderia provocar, na Igreja, um cisma que romperia todos os laços que unem o clero à corte de Roma, pois é lá que se encontra o nó górdio. Minha imprensa, meus propagandistas, meus políticos teriam de adotar a linguagem seguinte: "O cristianismo é independente do catolicismo; aquilo que o catolicismo proíbe, o cristianismo permite.

A independência do clero, sua submissão à corte de Roma, são dogmas meramente católicos: uma tal ordem de coisas é uma ameaça perpétua contra a segurança do Estado. Os fiéis deste reino não podem ter por chefe um príncipe estrangeiro; seria deixar a ordem interna à discrição de uma potência que poderia tornar-se hostil a qualquer momento. Essa hierarquia da Idade Média, essa tutela dos povos feito crianças não pode conciliar-se com o gênio viril da civilização moderna, com suas luzes e sua independência. Por que ir buscar em Roma um diretor de consciência? Por que o chefe da autoridade política não seria ao mesmo tempo o chefe da autoridade religiosa? Por que o soberano não seria pontífice?" Esta é a linguagem que se poderia impor à imprensa, sobretudo à imprensa liberal, e o que é bem provável: é isso que a massa do povo escutaria contente.

MONTESQUIEU Se conseguisse acreditar nisso e se ousasse tentar tal empresa, logo aprenderia e de modo terrível em que consiste o poder do catolicismo, mesmo entre as nações onde ele parece fraco.²

2 *O espírito das leis*, capítulo XII, livro XXV.

MAQUIAVEL Tentar tal empresa, Deus poderoso! Mas de joelhos, peço perdão a nosso mestre divino por ter exposto essa doutrina sacrílega, inspirada pelo ódio ao catolicismo. Porém Deus, que instituiu o poder humano, não o proíbe de defender-se das manobras do clero que, convém lembrar, infringe os preceitos do Evangelho quando não se subordina ao príncipe. Sei bem que ele só conspirará por uma influência irresistível; porém, encontrarei os meios de refrear, mesmo no seio da corte de Roma, a intenção que dirige a influência.

MONTESQUIEU Como?

MAQUIAVEL A mim bastaria mostrar à Santa Sé o estado moral de meu povo, trêmulo sob o jugo da Igreja, aspirando quebrá-lo, capaz de desmembrar-se por sua vez do seio da unidade católica, de lançar-se no cisma da Igreja grega ou protestante.

MONTESQUIEU Ameaças em vez de ações!

MAQUIAVEL Quanto se engana, Montesquieu, e até que ponto desconhece meu respeito pelo trono pontifício! O único papel que desejo desempenhar, a única missão que me cabe enquanto soberano

católico seria precisamente tornar-me o defensor da Igreja. Nos tempos que correm, você sabe, o poder temporal está gravemente ameaçado pelo ódio antirreligioso e pela ambição dos países ao norte da Itália. Bem, direi ao Santo Padre: apoiá-lo-ei contra todos, hei de salvá-lo, é meu dever, é minha missão. Mas, pelo menos, não me ataque, proteja-me com sua influência moral. Seria pedir demasiado quando eu próprio estiver exposto por defender o poder temporal, hoje completamente desacreditado aos olhos da chamada democracia europeia? Esse perigo não me detém: não apenas porei em xeque, por parte dos Estados vizinhos, qualquer iniciativa contra a soberania da Santa Sé, mas também, se por desgrça ele for atacado, se o papa for expulso dos Estados pontifícios, conforme já aconteceu, minha baionetas solitárias tornariam a entronizá-lo e lá ele haveria de permanecer enquanto eu reinasse.

MONTESQUIEU Com efeito, seria um golpe de mestre, porque se mantiver em Roma uma guarnição perpétua, você quase disporia da Santa Sé, como se ela se situasse em alguma província de seu reino.

MAQUIAVEL Acredita que, após prestar esse favor ao papado, ele recusaria sustentar meu poder, que o próprio papa, caso necessário, poderia recusar-se a sagrar-me em minha capital? Tais acontecimentos não têm similares na história?

MONTESQUIEU Sim, na história se vê de tudo. Mas enfim, se em vez de encontrar na cátedra de São Pedro um Bórgia ou um Dubois, como parece esperar, tivesse de encarar um papa que resistisse a suas intrigas e desafiasse sua cólera, o que você faria?

MAQUIAVEL Então, seria preciso decidir-se: sob o pretexto de defender o poder temporal, eu determinaria sua queda.

MONTESQUIEU Realmente, é dotado de gênio!

DÉCIMO SÉTIMO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Eu disse que você possui gênio: de fato, de algum modo ele é necessário para conceber e executar tantas coisas. Agora, entendo o apólogo do deus Vishnu: você tem cem braços como o deus indiano e cada um de seus dedos toca uma jurisdição. Dado que você toca tudo, também vê tudo?

MAQUIAVEL Sim, porque farei da polícia uma instituição tão ampla que, no coração de meu reino, a metade dos homens vigiará a outra. Posso apresentar alguns detalhes da organização de minha polícia?

MONTESQUIEU Adiante.

MAQUIAVEL Começarei por criar um ministério da polícia, o mais importante de todos, que centralizará, para o exterior e interior, os numerosos serviços com os quais dotarei essa parte de minha administração.

MONTESQUIEU Mas se fizer isso, seus súditos logo verão que se encontram envolvidos numa rede terrível.

MAQUIAVEL Se esse ministério desagradar, eu o abolirei e o chamarei, se preferir, ministério do Estado. Aliás, organizarei serviços correlatos nos demais ministérios, cuja maior parte será fundida, sem barulho, no que hoje vocês chamam de ministério do interior e das relações exteriores. Você entende perfeitamente que aqui não me ocupo de diplomacia, mas unicamente dos meios adequados para garantir minha segurança contra as facções, tanto externas quanto internas. Bem, acredite, quanto a isso, encontrarei a maior parte dos monarcas mais ou menos na mesma situação que eu, ou seja, predispostos a secundar minhas ideias, que consistirão em criar serviços de polícia internacional no interesse de uma segurança recíproca. Se, como tenho quase certeza, lograsse atingir tal resultado, eis algumas das formas que adotaria minha polícia no exterior: homens amantes dos prazeres e das boas companhias nas cortes estrangeiras, para vigiar as intrigas dos príncipes e dos pretendentes exilados; revolucionários proscritos a quem, pagando, não duvido que con-

seguiria ter a meu serviço para servirem como agentes de transmissão das elocubrações da demagogia tenebrosa; a criação de jornais políticos nas grandes capitais, editoras e livrarias nas mesmas condições e secretamente subvencionadas para seguir de perto, pela imprensa, o movimento das ideias.

MONTESQUIEU Não é mais contra as facções de seu reino, mas sim contra a própria alma da humanidade que você acabará conspirando.

MAQUIAVEL Você sabe, não me assusto muito com grandes palavras. Desejo que todo político que for cabalar no estrangeiro possa ser observado, registrado de um lugar para outro, até que retorne a meu reino, onde será preso a fim de que não possa reincidir. Para segurar melhor o fio das conspirações revolucionárias, sonho com uma combinação que seria, acredito, bastante hábil.

MONTESQUIEU E o que seria, por Deus!

MAQUIAVEL Gostaria de ter um príncipe de minha casa, sentado nos degraus de meu trono, que fizesse o papel do descontente. Sua missão consistiria em posar de liberal, detrator de meu governo, aliando-

se assim, para observar mais de perto aqueles que, nos níveis mais elevados de meu reino, pudessem fazer um pouco de demagogia. Cavalgando as intrigas externas e internas, o príncipe a quem eu confiasse tal missão induziria ao papel de tolos todos aqueles que não conhecessem o segredo da comédia.

MONTESQUIEU A esse nível! Confiaria a um príncipe de sua linhagem atribuições que você mesmo entrega à polícia?

MAQUIAVEL E por que não? Conheço príncipes reinantes que, no exílio, se associaram à polícia secreta de certos gabinetes.

MONTESQUIEU Se continuo a escutá-lo, Maquiavel, é para ter a última palavra desta terrível aposta.

MAQUIAVEL Não fique indignado, senhor de Montesquieu: em *O espírito das leis* chamou-me de grande homem.¹

MONTESQUIEU Você me faz pagar caro: é para punir-me que o escuto. Passe o mais rápido que puder sobre tantos detalhes sinistros.

1 *O espírito das leis*, capítulo V, livro VI.

MAQUIAVEL No interior, sou obrigado a restabelecer o gabinete negro.

MONTESQUIEU Restabeleça.

MAQUIAVEL Seus melhores reis lançam mão dele. Não convém que o segredo das cartas possa servir para acobertar complôs.

MONTESQUIEU É isso que o faz tremer, compreendo.

MAQUIAVEL Você se engana, porque haverá complôs em meu reinado: é necessário que eles existam.

MONTESQUIEU O que está dizendo?

MAQUIAVEL Talvez haja complôs verdadeiros: não respondo por isso. Mas, certamente, haverá outros simulados. Em certos momentos, essa pode ser uma excelente via para provocar a simpatia do povo em prol do príncipe, quando sua popularidade diminui. Ao intimidar o espírito público, quando necessário, conseguem-se as medidas rigorosas que se deseja, ou se mantêm aquelas existentes. As falsas conspirações às quais, é claro, só se deve recorrer com grande parcimônia, têm ainda outra vantagem: permitem descobrir os complôs reais, dando lugar a in-

vestigações que levam a buscar por todos os lados o vestígio daquilo que se suspeita.

Nada mais precioso que a vida do soberano: é preciso que ela seja cercada de inúmeras garantias, ou seja, inúmeros agentes, mas ao mesmo tempo é preciso que essa milícia secreta seja tão bem dissimulada que o soberano não demonstre medo quando surge em público. Alguém me disse que, na Europa, as precauções nesse âmbito estão tão aperfeiçoadas que, quando um príncipe sai pelas ruas, pode ter a aparência de um indivíduo qualquer, sem guardas, na multidão, ainda que ele esteja cercado por dois mil ou três mil protetores.

Ademais, minha polícia tem de estar disseminada em todos os níveis da sociedade. Não haverá conciliábulos, nem comitês, nem salão, nada de espaços íntimos onde não se encontre um ouvido para coletar tudo o que se diz em todos os lugares, a toda hora. Para quem já manejou o poder, é um fenômeno espantoso a facilidade com que os homens se tornam delatores uns dos outros. O que é mais espantoso ainda é a capacidade de observação e de análise que se desenvolve entre aqueles que se tornam profissionais da polícia política. Você não faz

a mínima ideia de seus ardis, de seus disfarces, de seus instintos, da paixão que eles investem em suas investigações, de sua paciência, de sua impenetrabilidade. Existem homens de todas as categorias que executam esse ofício... como lhe posso dizer? Por uma espécie de amor pela arte.

MONTESQUIEU Ah! E fecham-se as cortinas!

MAQUIAVEL Sim, porque existem, nos subterrâneos do poder, segredos que aterrorizam o olhar. Poupá-lo-ei das coisas mais sombrias que jamais escutou. Com o sistema que organizarei, ficarei tão amplamente informado que poderei tolerar procedimentos culposos, porque a qualquer momento terei o poder de bloqueá-los.

MONTESQUIEU Tolerá-los, e por quê?

MAQUIAVEL Porque nos Estados europeus a monarquia absoluta não deve usar a força indiscriminadamente. Porque existem sempre, no fundo da sociedade, atividades subterrâneas contra as quais nada se pode fazer enquanto elas não se expressam. Porque é preciso evitar com extremo cuidado alarmar a opinião pública quanto à segurança do po-

der. Porque os partidos contentam-se com rumores, com implicâncias inofensivas, quando estão reduzidos à impotência, e pretender desarmá-los até seu mau humor seria uma loucura. Será preciso ouvir os lamentos deles, aqui e ali, nos jornais, nos livros; eles ensaiarão alusões contra o governo em alguns discursos ou em petições. Sob diversos pretextos, eles farão pequenas manifestações; tudo isso será bem tímido, garanto-lhe, e o público, caso seja informado, apenas rirá. Considerar-me-ão bem bonachão por aguentar isso, passarei por bonzinho. Eis porque tolerarei aquilo que, obviamente, me parecer não oferecer perigo algum: não quero que se diga que meu governo é tenebroso.

MONTESQUIEU Tal linguagem lembra-me que deixou uma lacuna, e uma lacuna bem grave, em seus decretos.

MAQUIAVEL Qual?

MONTESQUIEU Não tocou na liberdade individual.

MAQUIAVEL Nem a tocarei.

MONTESQUIEU Acredita mesmo nisso? Dado que se reservou a faculdade de tolerar, reservou-se prin-

principalmente o direito de impedir tudo aquilo que lhe parecer perigoso. Se o interesse do Estado, ou até um cuidado mais premente, exige que um homem seja detido, em um instante determinado, em seu reino, como poderá fazê-lo se existe na legislação uma lei de *habeas corpus*, se a prisão individual é precedida de certas formalidades, de certas garantias? Enquanto se proceder a isso, o tempo vai passando.

MAQUIAVEL Com sua permissão: se respeito a liberdade individual, não me sinto impedido de promover algumas modificações úteis à organização judiciária.

MONTESQUIEU Eu tinha certeza.

MAQUIAVEL Oh! Não cante vitória, será a coisa mais simples do mundo. Em geral, quem legisla sobre a liberdade individual, nos Estados parlamentares?

MONTESQUIEU É um conselho de magistrados, cujo número e independência são a garantia dos imputados.

MAQUIAVEL Certamente é uma organização viciada, porque com a demora das deliberações de um conselho, como pretende que a justiça possa ter a rapidez de apreensão necessária sobre os malfeitores?

MONTESQUIEU Quais malfeitores?

MAQUIAVEL Falo de gente que comete assassinatos, roubos, crimes e delitos puníveis pelo direito comum. É preciso dotar tal jurisdição da unidade de ação que lhe é necessária: substituo seu conselho por um magistrado único, encarregado de decidir sobre a detenção dos malfeitores.

MONTESQUIEU Mas aqui não se trata de malfeitores: com o auxílio dessa disposição, você ameaça a liberdade de todos os cidadãos; estabeleça pelo menos uma distinção quanto ao nome da acusação.

MAQUIAVEL É exatamente o que não posso fazer. Será que aquele que pratica alguma coisa contra o governo não é tão ou mais culpável do que aquele que comete um crime ou um delito ordinário? A paixão ou a miséria atenuam muitos erros, mas quem força as pessoas a ocupar-se de política? Tampouco quero distinção entre os delitos de direito comum e os delitos políticos. Onde então os governos modernos têm o espírito de construir espécies de tribunas criminais contra seus detratores? Em meu reino, o jornalista insolente será confundido, nas prisões,

com o larápio e comparecerá, ao lado dele, perante a jurisdição correcional. O conspirador sentar-se-á diante do júri criminal, lado a lado com o falsário, com o assassino. Observe que se trata de uma excelente mudança legislativa, porque a opinião pública, ao ver o conspirador ser tratado igual ao malfeitor comum, acabará por confundir os dois gêneros com o mesmo desprezo.

MONTESQUIEU Você corrói a própria base do sentido moral, mas que lhe importa? O que me espanta é que conserva um júri criminal.

MAQUIAVEL Nos Estados centralizadores como o meu, são os funcionários públicos que designam os membros do júri. Em matéria de simples delito político, meu ministro da justiça poderá sempre, quando necessário, compor a câmara dos juízes chamados a julgá-los.

MONTESQUIEU Sua legislação interior é irretorquível. É hora de passar a outros argumentos.

PARTE III



DÉCIMO OITAVO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Até o momento você só se ocupou das formas de seu governo e das leis obrigatórias para mantê-lo. É muito, mas ainda não é nada. Ainda lhe falta resolver o mais difícil de todos os problemas, para um soberano que pretende assumir o poder absoluto em um Estado europeu, adaptado aos costumes representativos.

MAQUIAVEL Qual é o problema?

MONTESQUIEU É o de suas finanças.

MAQUIAVEL Essa questão não pode ficar alheia às minhas preocupações, porque me lembro de ter-lhe dito que tudo, em última instância, se resolveria por uma questão de cifras.

MONTESQUIEU Muito bem, mas aqui é a própria natureza das coisas que vai resistir-lhe.

MAQUIAVEL Confesso que você me inquieta, porque venho de um século de barbárie no que concerne à economia política e entendo bem pouco do assunto.

MONTESQUIEU Fico tranquilo por você. Contudo, permita-me uma pergunta. Lembro-me de ter escrito, em *O espírito das leis*, que o monarca absoluto era obrigado, pelo princípio de seu governo, a impor somente impostos leves a seus súditos.¹ Pelo menos esta satisfação dará aos seus?

MAQUIAVEL Na verdade, não garanto nada e tampouco conheço nada mais contestável que a proposição que ali enunciou. Como pretende que o aparelho do poder monárquico, o deslumbramento e a representação de uma grande corte possam existir sem impor sacrifícios pesados a uma nação? Sua tese pode ser verdadeira na Turquia, na Pérsia, sei lá onde! Entre pequenos povos sem recursos, que não teriam meios de pagar o imposto. Mas nas sociedades europeias, em que o luxo é um dos motores do governo, em que a manutenção e a oferta de todos os serviços públicos são centrais nas mãos

1 *O espírito das leis*, capítulo X, livro XIII.

do Estado, onde todos os altos cargos, todas as dignidades são assalariadas com grandes custos, como quer ainda uma vez que nos limitemos a tributos módicos, como diz, quando por meio disso somos soberanos e senhores?

MONTESQUIEU É muito justo e entrego-lhe minha tese, cujo verdadeiro sentido escapou-lhe. Assim, seu governo custará caro; é evidente que ele custará mais caro que um governo representativo.

MAQUIAVEL É possível.

MONTESQUIEU Sim, mas aqui começa a dificuldade. Sei como os governos representativos proveem suas necessidades financeiras, mas não faço a menor ideia dos meios de existência do poder absoluto nas sociedades modernas. Se interrogo o passado, constato que ele só pode subsistir nas condições seguintes: primeiro, a monarquia absoluta exige que o monarca seja um chefe militar, sem dúvida admite isso.

MAQUIAVEL Sim.

MONTESQUIEU Ademais, é preciso que ele seja conquistador, porque é a guerra que lhe dará os

principais recursos necessários para garantir seus faustos e seus exércitos. Se ele os pedisse aos impostos, acabaria esmagando seus súditos. Você verifica assim que não é que o monarca absoluto deva moderar os tributos por gastar menos, mas sim porque a lei de sua subsistência está alhures. Ora, hoje a guerra não traz benefícios aos que a praticam: ela arruína tanto vencedores quanto vencidos. Eis uma fonte de rendas que lhe escapa. Restam os impostos, mas é claro que o príncipe absoluto deve dispensar o consentimento dos súditos. Nos Estados despóticos, existe uma ficção legal que lhe permite taxá-los discricionariamente: em direito, admite-se que o soberano possua todos os bens dos súditos. Quando ele toma algo deles, não faz nada além de retomar o que lhe pertence. Assim, nada de resistência.

Enfim, é preciso que o príncipe possa dispor, sem discussão e sem controle, dos recursos que os impostos lhe trouxeram. Desse modo, esses são os trâmites inevitáveis do absolutismo: convenha que haveria muito a fazer para voltar a isso. Se os povos modernos são tão indiferentes à perda de suas liberdades conforme você diz, será diferente quan-

do se tratar de seus interesses. Seus interesses estão ligados a um regime econômico exclusivo do despotismo: se não houver arbitrariedade nas finanças, não é na política que vai exercitá-la. Seu reino vai desabar no campo dos orçamentos.

MAQUIAVEL Quanto a isso estou bem tranquilo e também em relação ao restante.

MONTESQUIEU É o que temos de ver: vamos aos fatos. A regra fundamental dos Estados modernos é a votação dos impostos pelos mandatários da nação: aceitará que o imposto seja votado?

MAQUIAVEL Por que não?

MONTESQUIEU Cuidado! Tal princípio é a consagração mais explícita da soberania da nação, porque reconhecer-lhe o direito de votar o imposto é reconhecer-lhe o direito de recusá-lo, de limitá-lo, de reduzir a nada os meios de ação do príncipe e, em consequência, se for preciso, aniquilar o próprio príncipe.

MAQUIAVEL Você é categórico. Continue.

MONTESQUIEU Aqueles que votam o imposto são eles também passíveis de imposto. Aqui, seus

interesses estão intimamente ligados aos do país, em um tópico em que manterá os olhos bem abertos. Você encontrará seus mandatários tão pouco condescendentes no que se refere a créditos legislativos, quanto os encontrou flexíveis no capítulo das liberdades.

MAQUIAVEL É aqui que a fraqueza do argumento evidencia-se: peço-lhe para anotar duas considerações que você esqueceu. Primeiro, os mandatários do país são assalariados; contribuintes ou não, eles não têm interesse pessoal no voto do imposto.

MONTESQUIEU Concordo que a combinação é prática e a observação, pertinente.

MAQUIAVEL Está vendo o inconveniente de encarar as coisas muito sistematicamente. A menor modificação ardilosa provoca variação no conjunto. Talvez você tivesse razão se eu fundasse meu poder sobre a aristocracia ou as classes burguesas que poderiam, em um momento determinado, recusar-me seu apoio. Porém, em segundo lugar, baseio-me na ação do proletariado, cuja massa nada possui. Os encargos do Estado quase não pesam sobre ela,

e eu encontraria formas para que não pesasse nada. As medidas fiscais preocuparão pouco as classes operárias; estas não serão atingidas.

MONTESQUIEU Se entendi bem, isso está muito claro: você faz pagar os proprietários pela vontade soberana daqueles que não o são. É o preço que o número e a pobreza impõem à riqueza.

MAQUIAVEL E não é justo?

MONTESQUIEU Nem chega a ser verdade, porque nas sociedades contemporâneas, do ponto de vista econômico, não há ricos nem pobres. O artesão da véspera é o burguês de amanhã, em virtude da lei do trabalho. Se mira a burguesia territorial ou industrial, sabe o que está fazendo?

Na verdade, você torna a emancipação pelo trabalho mais difícil. Você mantém um grande número de trabalhadores nas malhas do proletariado. É uma aberração acreditar que o proletariado possa ganhar com os ataques à produção. Ao empobrecer os que possuem por meio de leis fiscais, só se criam situações artificiais e, em um certo período, acabamos por empobrecer até aqueles que não possuem nada.

MAQUIAVEL Belas teorias, mas estou disposto a contrapor-lhe outras igualmente belas.

MONTESQUIEU Não, porque ainda não resolveu o problema que lhe propus. Resolva primeiro como fazer face às despesas da soberania absoluta. Não será tão fácil como pensa, mesmo com uma câmara legislativa onde tem a maioria garantida, mesmo com o poder total do mandato popular do qual se encontra investido. Por exemplo, diga-me como poderá dobrar o mecanismo financeiro dos Estados modernos perante as exigências do poder absoluto. Repito, é a própria natureza das coisas que aqui resiste. Os povos civilizados da Europa cercaram a administração de suas finanças com garantias tão firmes, tão ciosas, tão múltiplas, que não deixam lugar para a arrecadação nem para o uso arbitrário do dinheiro público.

MAQUIAVEL Qual seria então esse sistema maravilhoso?

MONTESQUIEU Posso resumi-lo em poucas palavras. A perfeição do sistema financeiro, nos tempos modernos, tem duas bases fundamentais, o *controle* e a *publicidade*. É aí que reside essencialmente a

garantia dos contribuintes. Um soberano não pode tocar nisso sem dizer indiretamente a essas pessoas: vocês têm a ordem, eu quero a desordem, quero a obscuridade na gestão dos fundos públicos, preciso dela porque há uma enormidade de gastos que pretendo fazer sem a aprovação de vocês, déficits que pretendo mascarar, receitas que desejo poder disfarçar ou aumentar segundo as circunstâncias.

MAQUIAVEL Está começando bem.

MONTESQUIEU Neste país livre e industrioso, todos entendem de finanças por necessidade, por interesse e por condição e, nesse âmbito, seu governo não poderia enganar ninguém.

MAQUIAVEL Quem lhe disse que se pretende enganar alguém?

MONTESQUIEU Toda a obra da administração financeira, por mais ampla e complicada que seja em seus detalhes, desemboca, em última análise, em duas operações bastante simples: *receber e gastar*.

É ao redor dessas duas ordens de fatos financeiros que gravita a pletora de leis e regulamentos especiais, que têm por objeto uma coisa bem simples:

fazer que o contribuinte só pague o imposto necessário e regulamentar estabelecido, fazer de modo que o governo só possa aplicar os fundos públicos em despesas aprovadas pela nação.

Deixo de lado tudo o que é relativo à base de cobrança e ao modo de arrecadação do imposto, aos meios práticos para garantir a integridade da receita, a ordem e a precisão na movimentação dos fundos públicos. Trata-se de detalhes de contabilidade com os quais não quero ocupá-lo. Somente quero mostrar-lhe como a publicidade anda junto com o controle, nos sistemas de finanças públicas mais bem-organizados da Europa.

Um dos problemas mais importantes a resolver era tirar da obscuridade, tornar visível a todos os olhos os elementos das receitas e despesas em que se baseia o emprego da fortuna pública nas mãos dos governantes. Tal resultado foi atingido pela criação daquilo que se chama, em língua moderna, de orçamento do Estado, que é a avaliação ou estimativa das receitas e despesas, previstas não para um período de tempo distante, mas sim anualmente para o exercício do ano seguinte. Assim, o orçamento é o ponto principal, e de alguma forma gera-

dor da situação financeira, que melhora ou piora na proporção dos resultados obtidos. As partes que o compõem são elaboradas por diferentes ministros em cujos departamentos se encontram os serviços a serem providos. Eles tomam como base do trabalho as alocações dos orçamentos anteriores, aí introduzindo modificações, adições e cortes necessários. O conjunto é remetido ao ministro da fazenda, que centraliza os documentos que lhe são entregues, e que apresenta à assembleia legislativa o que se denomina o projeto do orçamento. Uma vez publicado esse grande trabalho, impresso e reproduzido em mil jornais, desvenda a todos os olhos a política interior e exterior do Estado, a administração civil, judicial e militar. Ele é examinado, discutido e votado pelos representantes do país, e depois disso adquire caráter executório como as demais leis do Estado.

MAQUIAVEL Permita admirar a nitidez da dedução e a propriedade dos termos, absolutamente modernos: o ilustre autor de *O espírito das leis* soube despojar-se, em matéria de finanças, das teorias um tanto vagas e dos termos às vezes meio ambíguos da grande obra que o tornou universal.

MONTESQUIEU *O espírito das leis* não é um tratado de finanças.

MAQUIAVEL Sua sobriedade neste ponto merece ser ainda mais louvada, dado que conseguiu tratar disso de forma muito competente. Por favor, queira prosseguir, acompanho-o com o maior interesse.

DÉCIMO NONO DIÁLOGO



MONTESQUIEU A criação do sistema orçamentário desencadeou, pode-se dizer, todas as demais garantias financeiras que hoje constituem o patrimônio das sociedades políticas bem-organizadas.

Assim, a primeira lei que se encontra necessariamente imposta pela economia do orçamento é que os créditos exigidos sejam compatíveis com os recursos existentes. Trata-se de um equilíbrio que deve ser traduzido constantemente aos olhos por cifras reais e autênticas, e para melhor assegurar esse importante resultado, para que o legislador que vota sobre as proposições que lhe são feitas não sofra nenhum constrangimento, recorreu-se a uma medida bastante sábia. Dividiu-se o orçamento geral do Estado em dois orçamentos distintos: o *orçamento das despesas* e o *das receitas*, que devem ser votados separadamente, cada um por uma lei especial.

Desta maneira, a atenção do legislador é obrigada a concentrar-se, de etapa em etapa, isoladamente, sobre a situação ativa e passiva, e suas determinações não são influenciadas antecipadamente pelo balanço geral de receitas e despesas.

Ele controla escrupulosamente os dois elementos e é, em última instância, de sua comparação, de sua harmonia estreita, que nasce o voto geral do orçamento.

MAQUIAVEL Tudo isso está muito bem, mas será que por acaso as despesas estão encerradas em um círculo insuperável pelo voto legislativo? Será que isso é possível? Será que uma câmara pode, sem paralisar o exercício do poder executivo, impedir o soberano de prover, com medidas de urgência, despesas imprevistas?

MONTESQUIEU Vejo que isso incomoda você, mas não posso lamentá-lo.

MAQUIAVEL Será que, nos Estados constitucionais, não se reserva formalmente ao soberano a faculdade de abrir, mediante decretos, créditos suplementares ou extraordinários no intervalo das sessões legislativas?

MONTESQUIEU É verdade, porém com uma condição: que tais disposições sejam convertidas em lei na reunião das câmaras. Exige-se a aprovação delas.

MAQUIAVEL Uma vez que os gastos estão empenhados, que elas intervenham para ratificar o que está feito, não me pareceria mal.

MONTESQUIEU Acredito: infelizmente, não se deram por aí. A legislação financeira moderna mais avançada impede derrogar as previsões normais do orçamento, exceto por leis que incluam créditos suplementares e extraordinários. A despesa não pode ser empenhada sem a intervenção do poder legislativo.

MAQUIAVEL Mas então já não se pode nem mesmo governar.

MONTESQUIEU Parece que sim. Os Estados modernos refletiram que o voto legislativo do orçamento acabaria sendo ilusório, com abusos de créditos suplementares e extraordinários. Que, em última instância, o gasto tinha de poder ser limitado, dado que as receitas o são naturalmente. Que os acontecimentos políticos não podiam fazer variar os fatos financeiros de uma hora para outra, e que o interva-

lo das sessões não era tão longo a ponto de impedir seu provimento útil por um voto extraorçamentário.

E foram ainda mais longe: decidiram que uma vez votados os recursos para determinados serviços, estes pudessem retornar ao tesouro caso não fossem utilizados. Eles pensaram que não era necessário que o governo, mantendo-se nos limites dos créditos alocados, pudesse usar os fundos de um serviço para realizar outro, suprir um e abandonar outro, recorrendo a transferências de fundos de um ministério para outro por meio de decretos. Porque seria negar sua destinação legislativa e voltar, com um desvio engenhoso, à arbitrariedade financeira.

Para tanto, imaginaram o que se chama *a especificidade dos créditos por partidas*, ou seja, que o voto das despesas ocorre por partidas especiais que incluem somente serviços correlatos para todos os ministérios. Assim, por exemplo, a partida A compreenderá, para todos os ministérios, a despesa A; a partida B, a despesa B e assim por diante. Tal combinação leva a que os créditos não utilizados devem ser anulados na compatibilidade dos diversos ministérios e transferidos como receitas no orçamento do ano seguinte. Nem preciso lhe dizer que a responsabili-

dade ministerial é a sanção de todas essas medidas. O que permite a coroação das garantias financeiras é a criação de um tribunal de contas, espécie de corte de cassação, encarregada de exercer, de maneira permanente, as funções de jurisdição e de controle sobre as contas, o manejo e o emprego dos dinheiros públicos, tendo inclusive por missão indicar as partes da administração financeira que podem ser melhoradas, segundo o ponto de vista duplo das despesas e das receitas. Bastam tais explicações. Você concorda que, com uma organização similar, o poder absoluto teria obstáculos suficientes?

MAQUIAVEL Confesso que ainda estou aterrorizado com essa incursão financeira. Você atingiu meu lado fraco: eu tinha lhe dito que entendia bem pouco desses assuntos, mas teria, não duvide, ministros que soubessem contestar tudo isso e demonstrar os perigos da maior parte de tais medidas.

MONTESQUIEU Ao menos em parte, não poderia fazê-lo você mesmo?

MAQUIAVEL Sim. A meus ministros, o cuidado de elaborar belas teorias: seria a principal tarefa

deles. Quanto a mim, falar-lhe-ei de finanças mais como político do que como economista. Existe uma coisa que você esquece fácil: é que a matéria financeira é, dentre todas as partes da política, aquela que se presta mais facilmente às máximas de *O príncipe*. Esses Estados que têm orçamentos tão metodicamente ordenados e contas oficiais tão regradas fazem-me pensar nesses comerciantes que têm livros perfeitamente escriturados e que acabam indo à falência. E quem possui orçamentos maiores que seus governos parlamentares? Quem custa mais caro do que a República democrática dos Estados Unidos, do que República real da Inglaterra? É verdade que os imensos recursos desta última potência são colocados a serviço da política mais profunda e mais abrangente.

MONTESQUIEU Você fugiu da discussão. Aonde quer chegar?

MAQUIAVEL A isso: as regras da administração financeira dos Estados não têm nenhuma relação com as da economia doméstica, que parece ser o tipo de suas concepções.

MONTESQUIEU Ah! Ah! A mesma distinção que entre política e moral?

MAQUIAVEL Sim, isso não é universalmente reconhecido, praticado? As coisas não se propunham igualmente em sua época, embora fosse muito menos avançada nesse âmbito, e não foi você mesmo quem disse que os Estados se permitiam desvios em finanças que fariam enrubescer o filho da família mais desregrada?

MONTESQUIEU É verdade, disse isso, mas se daí você deduz um argumento favorável a sua tese, é uma verdadeira surpresa para mim.

MAQUIAVEL Sem dúvida, você quer dizer que não convém tirar partido do que se faz, mas sim do que se deveria fazer.

MONTESQUIEU Precisamente.

MAQUIAVEL Respondo que é preciso querer o possível, e aquilo que se faz universalmente não pode deixar de ser feito.

MONTESQUIEU Admito que estamos na prática pura.

MAQUIAVEL E desconfio que, se fizermos o balanço das contas, conforme você diz, meu governo, por mais absoluto que seja, custaria menos caro que o seu. Mas deixemos tal discussão, que não teria interesse. Engana-se redondamente se acredita que me preocupo com a perfeição dos sistemas de finanças que acaba de me expor. Alegro-me com você pela regularidade do recebimento do imposto, pela integralidade da receita. Rejubilo-me com a exatidão das contas, com toda sinceridade. Acredita então que se trata, para o soberano absoluto, de pôr as mãos nos cofres do Estado, de manejar ele mesmo os dinheiros públicos? Esse luxo de precauções é verdadeiramente pueril. Será que o perigo está aí? Uma vez mais, melhor se os fundos são recolhidos, movimentam-se e circulam com a precisão miraculosa que você anuncia. Pretendo justamente utilizar tais maravilhas da contabilidade em benefício de meu governo, fruir todas essas belezas orgânicas da matéria financeira.

MONTESQUIEU Você tem uma *vis comica*. Para mim, o que existe de mais espantoso em suas teorias financeiras é que elas estão em contradição formal com o que você diz a esse respeito no tratado *O prin-*

cipe, no qual você recomenda severamente não apenas a economia em finanças, mas também a avareza.¹

MAQUIAVEL Caso se tenha surpreendido, você errou, porque sob tal ponto de vista os tempos não são mais os mesmos, e um de meus princípios mais essenciais é o de adaptar-se aos tempos. Voltemos e deixemos um pouco de lado, peço-lhe, o que me disse de sua câmara de contas: essa instituição pertence à ordem judiciária?

MONTESQUIEU Não.

MAQUIAVEL Então é um corpo meramente administrativo. Suponho que seja perfeitamente irrepreensível. Mas que bela vantagem ele examinar todas as contas! Isso impede que os créditos não se votem, que as despesas não se façam? Suas sentenças de verificação não informam mais sobre a situação do que os orçamentos. É uma câmara de registro sem admoestação, é uma instituição ingênua, não falemos mais dela; mantenho-a, sem inquietude, tal como pode ser.

1 O *príncipe*, capítulo XVI.

MONTESQUIEU Mas afirma que a mantém! Então, pensa alterar outras partes da organização financeira?

MAQUIAVEL Imagino que não duvide disso. Será que depois de um golpe de Estado político não é inevitável um golpe de Estado financeiro? Será que eu não me valeria de minha onipotência aqui como em outras áreas? Qual seria então a virtude mágica que preservaria os regulamentos financeiros? Sou como esse gigante de não sei qual conto, a quem os pigmeus amarraram inteiro enquanto dormia: ao despertar, ele quebrou as amarras sem perceber. No dia seguinte de meu advento, ninguém quererá votar o orçamento. Terei de decretá-lo em caráter extraordinário, abrirei ditatorialmente os créditos necessários e farei com que sejam aprovados por meu conselho de Estado.

MONTESQUIEU E continuará assim?

MAQUIAVEL Não. A partir do ano seguinte, voltarei à legalidade, pois não pretendo destruir nada diretamente, já lhe disse várias vezes. Regulamentaram antes de mim; agora, regulamento eu. Você me falou em voto do orçamento por meio de duas leis distintas: considera que seja uma medida ruim. Percebe-se

melhor uma situação financeira quando se vota ao mesmo tempo o orçamento das receitas e o das despesas. Meu governo é laborioso: convém não desperdiçar o tempo tão precioso das deliberações públicas com discussões inúteis. Doravante, o orçamento das receitas e o das despesas serão incluídos na mesma lei.

MONTESQUIEU Bem. E a lei que proíbe criar créditos suplementares, excetuando o voto prévio da câmara?

MAQUIAVEL Vou derrogar; você entende bem a razão.

MONTESQUIEU Sim.

MAQUIAVEL É uma lei que seria inaplicável sob qualquer regime.

MONTESQUIEU E a especificidade dos créditos, o voto por partidas?

MAQUIAVEL Impossível mantê-lo: não se votará mais o orçamento das despesas por partidas, mas sim por ministérios.

MONTESQUIEU Isso me parece grande feito uma montanha, pois o voto por ministério só oferece a

cada um deles o total para ser examinado. É usar, para peneirar as despesas públicas, um barril sem fundo em vez de um crivo.

MAQUIAVEL Não é exatamente assim, porque cada crédito, tomado em bloco, apresenta elementos distintos, partidas como você diz. Serão passíveis de exame, mas a votação será por ministério, admitindo-se transferências de uma partida para outra.

MONTESQUIEU E de ministério para ministério?

MAQUIAVEL Não, não vou tão longe: quero permanecer nos limites da necessidade.

MONTESQUIEU Você é de uma moderação consumada, e acredita que as inovações financeiras não provocarão um alarme no país?

MAQUIAVEL Por que pensa que alarmarão mais do que outras medidas políticas?

MONTESQUIEU Porque tocam nos interesses materiais de todo mundo.

MAQUIAVEL Oh! São distinções bem sutis.

MONTESQUIEU Sutas! A palavra foi bem escolhi-

da. Então não se perca você também em sutilezas e diga simplesmente que um país que não pode defender suas liberdades, não pode defender seu dinheiro.

MAQUIAVEL De que seria possível queixar-se, dado que conservei os princípios essenciais em matéria financeira? Será que o imposto não é regularmente fixado, regularmente recebido, os créditos regularmente votados? Será que, como em outros lugares, tudo não tem por base o sufrágio popular? Não, sem dúvida meu governo não se reduz à indigência. O povo que me aclamou não somente encara com prazer o brilho do trono, mas o deseja; ele o exige em um príncipe que é a expressão de seu poder. Ele só odeia de fato uma coisa, que é a riqueza de seus pares.

MONTESQUIEU Não fuja agora: ainda não chegou ao fim; levo-o com mão inflexível ao orçamento. Diga o que disser, sua própria organização detém o desenvolvimento de seu poder. É um quadro que se pode superar, mas somente o superamos com riscos e perigos. Ele é publicado, conhecemos seus elementos; ele permanece como o barômetro da situação.

MAQUIAVEL Vamos parar por aqui, já que assim quer você.

VIGÉSIMO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Você diz que o orçamento é uma moldura. Sim, porém é uma moldura elástica que se estende até onde quisermos. Estarei sempre dentro, jamais fora.

MONTESQUIEU O que quer dizer?

MAQUIAVEL É a mim que cabe ensinar-lhe como funcionam as coisas, mesmo nos Estados cuja organização orçamentária chega ao mais alto grau de perfeição? A perfeição consiste precisamente em saber sair, por meio de artifícios engenhosos, de um sistema de limitação puramente fictício.

Em que consiste seu orçamento votado anualmente? Nada mais que em um regulamento provisório, que um esboço aproximado dos principais fatos financeiros. A situação nunca é definitiva

senão depois da conclusão das despesas nascidas no decorrer do ano. É possível reconhecer, em seus orçamentos, não sei quantas espécies de créditos que respondem a todas as eventualidades: créditos complementares, suplementares, extraordinários, provisórios, excepcionais, e outros mais. E cada um deles constitui, ele próprio, outros tantos orçamentos distintos. Ora, eis como as coisas acontecem: o orçamento geral, aquele que é votado no início do ano, prevê no total, digamos, um crédito de oitocentos milhões. Quando se chega à metade do ano, os fatos financeiros já não correspondem às primeiras previsões. Apresenta-se então à câmara o que se chama de orçamento retificador, e este agrega cem, cento e cinquenta milhões à cifra primitiva. Aparece a seguir o orçamento suplementar: ele acrescenta cinquenta, sessenta milhões. Vem por fim a liquidação, que soma quinze, vinte ou trinta milhões. Em resumo, no balanço geral das contas, a diferença total é de um terço acima da despesa prevista. É sobre esta última cifra, em forma de homologação, que se dá o voto legislativo das câmaras. Assim, ao fim de dez anos, pode-se dobrar ou até triplicar o orçamento.

MONTESQUIEU Não duvido que tal acumulação de despesas possa ser o resultado de melhorias financeiras, mas nada parecido acontecerá nos Estados em que tais erros forem evitados. Ademais, você não concluiu: é preciso, em última instância, que as despesas estejam equilibradas com as receitas. Como encara isso?

MAQUIAVEL Aqui tudo consiste, podemos dizer, na arte de juntar as cifras e em certas distinções de despesas, com a ajuda das quais se obtém a latitude necessária. Assim, a distinção entre o orçamento corrente e o extraordinário pode ser de grande ajuda. Com o benefício da palavra *extraordinário* faz-se passar facilmente várias despesas contestáveis e algumas receitas mais ou menos problemáticas. Por exemplo, tenho aqui vinte milhões em despesas. É preciso obter vinte milhões em receitas: registro como receita uma indenização de guerra de vinte milhões, ainda não cobrada, mas que o será mais tarde. Ou então, registro como receita um aumento de vinte milhões no total de impostos, que será realizado no ano seguinte. Isso para as receitas: não preciso multiplicar os exemplos. Para as despesas,

podemos recorrer ao procedimento contrário: em vez de acrescentar, subtrai-se. Assim, por exemplo, serão separados do orçamento das despesas os gastos com o recebimento dos impostos.

MONTESQUIEU Posso saber sob qual pretexto?

MAQUIAVEL Podemos dizer, e com razão, que não se trata de uma despesa do Estado. Também é possível, pela mesma razão, não fazer constar do orçamento das despesas aquilo que custam os serviços estaduais e municipais.

MONTESQUIEU Não discuto nada disso, como pode ver: porém, o que faz com receitas que são déficits e com as despesas que elimina?

MAQUIAVEL Nesse caso, a questão principal é a distinção entre orçamento ordinário e extraordinário. É no orçamento extraordinário que devem ser incluídas as despesas que o preocupam.

MONTESQUIEU Mas, no final, os dois orçamentos somam-se e a cifra definitiva da despesa aparece.

MAQUIAVEL Pelo contrário, não devemos somar. O orçamento corrente aparece sozinho: o orçamen-

to extraordinário é um anexo que recebe dotação por outros meios.

MONTESQUIEU E quais são eles?

MAQUIAVEL Não vamos nos antecipar. Primeiro, você tem de entender que há uma maneira particular de apresentar o orçamento, de dissimular, sempre que necessário, a elevação crescente. Não existe governo que não se veja na necessidade de agir assim: existem recursos inesgotáveis nos países industrializados, porém, como você já observou, tais países são avaros, desconfiados. Eles discutem quanto às despesas mais necessárias. A política financeira não pode, mais ainda que a outra, ser jogada abertamente: seríamos interrompidos a cada passo. Mas, em última instância, e graças ao aperfeiçoamento do sistema orçamentário, tudo se encaixa, tudo está classificado e, se o orçamento tem seus mistérios, ele também tem sua clareza.

MONTESQUIEU Mas, certamente, só para os iniciados. Vejo que fará da legislação financeira apenas um formalismo tão impenetrável quanto o procedimento judiciário entre os romanos, no tempo das

Doze Tábuas. Vamos em frente. Dado que suas despesas aumentam, é preciso que as receitas cresçam na mesma proporção. Como Júlio César, encontraria um valor de dois milhões de francos nos cofres do Estado ou iria buscá-los nas minas de Potosi?

MAQUIAVEL Suas referências históricas são bem engenhosas: farei o mesmo que todos os governos, pegarei dinheiro emprestado.

MONTESQUIEU É onde eu queria chegar. Certamente, existem poucos governos que não se vejam obrigados a pedir empréstimos, mas é igualmente certo que eles são obrigados a fazê-lo com moderação. Eles não deveriam correr o perigo de sobrecarregar as gerações futuras com valores exorbitantes e desproporcionais em relação aos recursos vindouros. Como são feitos os empréstimos? Por emissões de títulos contendo a obrigação do governo de pagar juros proporcionais ao capital que lhe foi confiado. Se o empréstimo for de 5%, depois de vinte anos, o Estado terá pago uma soma igual ao capital recebido; ao fim de quarenta anos, o dobro; de sessenta, o triplo. E contudo, ele continua devedor da totalidade do mesmo capital. Poderíamos dizer que, se o Estado

aumentar indefinidamente sua dívida, sem nada fazer para diminuí-la, seria levado à impossibilidade de tomar empréstimos ou à falência. Tais resultados são fáceis de entender: não existe nenhum país onde isso não seja compreendido. Assim, os Estados modernos quiseram impor uma limitação necessária ao crescimento dos impostos. Eles imaginaram, para tanto, o que se chama sistema de amortização, combinação realmente admirável pela simplicidade e pelo modo tão prático de sua execução. Cria-se um fundo especial cujos recursos capitalizados são destinados a um resgate permanente da dívida pública, em prestações sucessivas, de modo que todas as vezes que o Estado faz um empréstimo, ele deve dotar os fundos de amortização com um certo capital destinado a acabar, em um tempo determinado, com a nova dívida. Como vê, este modo de limitação é indireto e é isso o que faz seu poder. Por meio da amortização, a nação diz ao governo: se for obrigado, faça empréstimos; porém, precisa preocupar-se sempre em responder às novas obrigações que contrai em meu nome. Quando se é obrigado a amortizar incessantemente, pensa-se duas vezes antes de fazer empréstimos. Se você amortiza regularmente, recebe novos empréstimos.

MAQUIAVEL Explique, por que deseja que eu amortize? Quais são os Estados em que a amortização ocorre de modo regular? Até na Inglaterra ela foi suspensa. Creio que o exemplo vem de cima: o que não se faz em nenhum lugar, não pode ser feito.

MONTESQUIEU Portanto suprime a amortização?

MAQUIAVEL Não foi o que eu disse: deixaria esse mecanismo funcionar e meu governo empregaria os fundos que ele produz. Essa combinação terá uma grande vantagem: quando da apresentação do orçamento, será possível, às vezes, incluir nas receitas o produto da amortização do ano seguinte.

MONTESQUIEU E no ano seguinte, será incluído nas despesas.

MAQUIAVEL Não sei, vai depender das circunstâncias, pois lamentaria muito que tal instituição financeira não pudesse andar regularmente. Meus ministros explicar-se-ão a esse respeito de modo extremamente doloroso. Meu Deus, não tenho a pretensão de que, no capítulo das finanças, meu governo não tenha aspectos criticáveis, mas, quando os fatos são bem apresentados, negligenciam-se

muitas coisas. Sob vários ângulos, não se esqueça de que a administração financeira não passa de uma *questão de imprensa*.

MONTESQUIEU O que significa?

MAQUIAVEL Você não me disse que a publicidade era a própria essência do orçamento?

MONTESQUIEU Sim.

MAQUIAVEL Bem, os orçamentos não são acompanhados de resumos, relatórios, documentos oficiais de todos os gêneros? Quantos recursos essas comunicações públicas não oferecem ao soberano, desde que ele esteja cercado de homens competentes! Quero que meu ministro das finanças fale a língua das cifras com clareza admirável e que seu estilo literário seja de uma pureza irrepreensível.

Convém repetir indefinidamente o que é verdade, ou seja, que “a gestão dos dinheiros públicos hoje se faz com transparência.”

Essa proposição incontestável deve ser apresentada de mil formas. Exijo que escrevam frases como esta: “Nosso sistema de contabilidade, fruto de uma longa experiência, distingue-se pela cla-

reza e pela correção dos procedimentos. Ele cria obstáculos para abusos e não dá a ninguém, do funcionário menos graduado *até o próprio chefe de Estado*, meios para desviar o mais ínfimo valor de sua finalidade ou de fazer dele um uso irregular.”

Usaremos sua linguagem: haveria outra melhor? E diremos:

“A excelência do sistema financeiro tem duas bases: *controle e publicidade*. O controle impede que um único centavo possa sair das mãos dos contribuintes para entrar nos cofres públicos, passar de uma caixa para outra e daí sair para as mãos de um credor do Estado, sem que a legitimidade de seu recebimento, a regularidade de seus movimentos e a legitimidade de seu emprego sejam controladas por agentes responsáveis, verificados judicialmente por magistrados não removíveis, e definitivamente sancionados nas contas legislativas da câmara.”

MONTESQUIEU Maquiavel! Maquiavel! Você debocha sempre, mas seus deboches têm algo de infernal!

MAQUIAVEL Não se esqueça de onde estamos.

MONTESQUIEU Você desafia o céu.

MAQUIAVEL Deus sonda os corações.

MONTESQUIEU Continue.

MAQUIAVEL No início do ano orçamentário, o superintendente das finanças assim enunciará:

“Até agora, nada altera as previsões do orçamento atual. Sem cair em ilusões, temos as melhores razões para esperar que, pela primeira vez depois de muitos anos, o orçamento apresentará, apesar da carga dos empréstimos, no final das contas, um equilíbrio real. Este resultado, tão desejável, obtido em tempos excepcionalmente difíceis, é a melhor prova de que o movimento ascendente da riqueza pública jamais se reduziu”.

Está claro?

MONTESQUIEU Prossiga.

MAQUIAVEL A esse propósito, falaremos de amortização, que há pouco preocupava você, e diremos:

“A amortização logo funcionará. Se o projeto que concebemos a esse respeito vier a realizar-se, se as rendas do Estado continuarem a aumentar, não seria impossível que, no orçamento que será apresentado dentro de cinco anos, as contas públicas fossem quitadas graças a um excedente de receitas.”

MONTESQUIEU Suas esperanças são para longo prazo; mas quanto à amortização, se depois de ter prometido executá-la, nada for feito, que dirá você?

MAQUIAVEL Direi que o momento não havia sido bem escolhido, será necessário esperar um pouco mais. Podemos ir bem mais longe: economistas confiáveis contestam uma eficácia real à amortização. Tais teorias você conhece; posso relembrá-las.

MONTESQUIEU É inútil.

MAQUIAVEL Essas teorias serão publicadas por jornais não oficiais, algum de nós as insinua, e um dia poderemos proclamá-las em voz alta.

MONTESQUIEU Como! Depois de ter reconhecido a eficácia da amortização e de ter exaltado seus benefícios!

MAQUIAVEL Mas os dados da ciência não mudam? Será que um governo esclarecido não deve buscar, aos poucos, o progresso econômico de seu século?

MONTESQUIEU Nada mais peremptório. Deixemos a amortização. Quando não conseguir manter nenhuma de suas promessas, quando estiver ultra-

passado pelas despesas, após deixar entrever excedentes de receitas, o que dirá?

MAQUIAVEL Caso necessário, teremos a coragem de admiti-lo. Esta franqueza honra os governos e comove os povos, quando emana de um governo forte. Em compensação, meu ministro das finanças dedicar-se-á a demonstrar que o aumento das cifras de despesas nada significa. Ele dirá, o que é verdade: “É que a prática financeira demonstra que as descobertas nunca são inteiramente confirmadas; que uma certa quantidade de recursos novos em geral aparece no decorrer do ano, notadamente pelo crescimento do produto do imposto; que, além disso, uma parte considerável dos créditos votados, não tendo sido usados, será anulada.”

MONTESQUIEU Será mesmo assim?

MAQUIAVEL Você sabe, às vezes existem nas finanças lugares-comuns, frases estereotipadas que causam muito impacto junto ao público, acalmam-no, tranquilizam-no.

Assim, apresentando com mestria essa ou aquela dívida passiva, diz-se: *esta cifra não tem nada de*

exorbitante; — é normal; está conforme aos antecedentes orçamentários; — a cifra da dívida flutuante é simplesmente apaziguadora. Existem dúzias de frases similares que nem citarei, pois existem outros artifícios práticos, mais importantes, sobre os quais tenho de chamar sua atenção.

Primeiro, em todos os documentos oficiais é preciso insistir quanto ao crescimento da prosperidade, da atividade comercial e do *progresso sempre crescente do consumo*.

O contribuinte emociona-se menos com a desproporção dos orçamentos quando lhe repetem tais coisas, e podemos repeti-las à saciedade sem que ele nunca desconfie, dado que papéis timbrados produzem um efeito mágico sobre o espírito dos burgueses tontos. Quando o equilíbrio do orçamento se rompe e se deseja, para o exercício seguinte, preparar o espírito público para qualquer erro de cálculo, diz-se antes, em um relatório: *no próximo ano, o saldo negativo não será tão alto*.

Se o saldo negativo for inferior às previsões, é um verdadeiro triunfo. Caso seja superior, será dito: *“o déficit foi maior que o previsto, porém ele havia alcançado uma cifra superior no ano precedente; feitas*

as contas, a situação melhorou, porque gastamos menos apesar de ter atravessado circunstâncias excepcionalmente difíceis: a guerra, a fome, as epidemias, crises imprevistas de subsistências etc.”

“Mas, no ano que vem, o aumento das receitas permitirá, segundo todas as probabilidades, alcançar um equilíbrio há muito desejado: a dívida será reduzida, o orçamento *convenientemente equilibrado*. Este progresso continuará, podemos esperar, e salvo eventos extraordinários, o equilíbrio tornar-se-á o hábito de nossas finanças, como é de praxe.”

MONTESQUIEU Trata-se de alta comédia: o hábito será como a regra, mas ela nunca será aplicada porque imagino que, em seu governo, sempre haverá alguma circunstância extraordinária, alguma guerra, alguma crise de subsistência.

MAQUIAVEL Não sei se haverá crises de subsistência; o que é certo é que manterei bem alta a bandeira da dignidade nacional.

MONTESQUIEU É o mínimo que poder fazer. Se conseguir a glória, não terão de ser gratos a você, porque em suas mãos ela não passa de um instru-

mento de governo: não é ela quem amortizará as dívidas de seu Estado.

VIGÉSIMO PRIMEIRO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Receio que você tenha alguns preconceitos contra os empréstimos; eles são preciosos em vários sentidos: associam as famílias aos governos, são excelentes investimentos para os particulares, e hoje os economistas modernos reconhecem formalmente que, longe de empobrecer os Estados, as dívidas públicas os enriquecem. Posso explicar-lhe como?

MONTESQUIEU Não, porque acredito conhecer tais teorias. Dado que você só fala em tomar empréstimos e nunca em reembolsar, gostaria primeiro de saber a quem pedirá tantos capitais, e com que propósito o fará.

MAQUIAVEL As guerras exteriores são, para tanto, um grande recurso. Nos grandes Estados, elas permitem empréstimos de cinco ou seiscentos milhões. Trabalha-se para gastar somente a metade ou dois

terços, e o restante encontra seu lugar no tesouro, para as despesas do interior.

MONTESQUIEU Cinco ou seiscentos milhões, diz você! E quais são os banqueiros dos tempos modernos que podem negociar empréstimos cujo capital seria, por si só, toda a fortuna de certos Estados?

MAQUIAVEL Ah! Você permanece nesses procedimentos rudimentares do empréstimo? Se me permite dizer, é quase a barbárie, em matéria de economia financeira. Hoje, não fazemos mais empréstimos com banqueiros.

MONTESQUIEU Com quem então?

MAQUIAVEL Em vez de fazer negócios com os capitalistas, que tramam para frustrar o jogo das ofertas e cujo número restrito esmaga a concorrência, nos dirigimos a todos: aos ricos, aos pobres, aos artesãos, aos comerciantes, a quem quer que tenha dinheiro disponível. Enfim, oferecemos o que se chama uma subscrição pública, e para que cada um possa obter rendas, eles são divididos em parcelas de somas bem pequenas. Depois, vendemos dez francos de renda, cinco francos de renda até cem

mil francos, um milhão de renda. No dia seguinte de sua emissão, o valor desses títulos está em alta, valorizam-se, como se diz. Como isso é notório, e todos correm para adquiri-los, diz-se que é um delírio. Em poucos dias, os cofres do tesouro transbordam: recebemos tanto dinheiro que não sabemos onde colocá-lo. Entretanto, damos um jeito para agarrá-lo, porque a subscrição supera o capital das rendas emitidas, e podemos conseguir um impacto profundo sobre a opinião pública.

MONTESQUIEU Ah!

MAQUIAVEL Devolve-se o dinheiro aos retardatários. Tudo é feito com estardalhaço e muito reforço da imprensa. É o jogo teatral em ação. O excedente chega a duzentos ou trezentos milhões: veja até que ponto a confiança do país no governo atinge o espírito público.

MONTESQUIEU Até onde percebo, confiança que se mistura com um espírito de agiotagem desenfreado. De fato, eu tinha ouvido falar dessa combinação, porém, em sua boca, tudo é mesmo fantasmagórico. Bem, assim seja, você tem dinheiro a mancheias...

MAQUIAVEL Tenho mais ainda do que você pensa, porque, entre as nações modernas, há grandes grupos bancários que podem emprestar diretamente ao Estado cem e duzentos milhões com taxa de juros corrente: as grandes cidades também podem emprestar. Nesses países, existem outras instituições que chamamos de previdenciárias: são as caixas econômicas, caixas de previdência, caixas de aposentadorias. O Estado tem por hábito exigir que seus capitais, imensos, podendo elevar-se a quinhentos ou seiscentos milhões, ingressem no tesouro público, onde funcionam com a massa comum, operando com juros baixos, pagos aos que os depositam. Ademais, os governos podem buscar fundos exatamente como os banqueiros. Eles emitem bônus à vista, até duzentos ou trezentos milhões, espécies de letras de câmbio sobre as quais os investidores se lançam antes mesmo de entrarem em circulação.

MONTESQUIEU Por favor, deixe-me interrompê-lo: você só fala de fazer empréstimos e de emitir letras de câmbio. Nunca se preocupa em pagar alguma coisa?

MAQUIAVEL Convém dizer-lhe ainda que, em caso de necessidade, pode-se vender domínios do Estado.

MONTESQUIEU Ah! Começou a vender! Mas algum dia vai pagar?

MAQUIAVEL Sem dúvida: é hora de dizer-lhe como se encara o passivo.

MONTESQUIEU Você diz: *encara-se o passivo*; eu gostaria de uma expressão mais exata.

MAQUIAVEL Valho-me de tal expressão porque a considero de uma real exatidão. Não se pode ampliar o passivo indefinidamente: mas ele pode ser manejado. A palavra é mesmo muito enérgica, dado que o passivo é um inimigo temível.

MONTESQUIEU Bem, e como vai encará-lo?

MAQUIAVEL Neste âmbito, os meios são bem variados: primeiro, existe o imposto.

MONTESQUIEU Significa o passivo usado para pagar o passivo.

MAQUIAVEL Você me fala como economista e não como financista. Não confunda as coisas. Com o produto de uma taxa, podemos de fato pagar. Sei que impostos são criadores: se aquele que foi estabelecido

incomoda, cria-se outro, ou se restabelece o mesmo com outro nome. Você sabe, há uma grande arte em encontrar pontos vulneráveis da matéria tributável.

MONTESQUIEU Imagino que logo o esmagará.

MAQUIAVEL Existem outros meios: por exemplo, o que chamamos de conversão.

MONTESQUIEU Ah! Ah!

MAQUIAVEL Isso concerne à dívida que se denomina consolidada, ou seja, àquela que provém da emissão de empréstimos. Diz-se aos rentistas do Estado, por exemplo: até hoje, paguei-lhes 5% de seu dinheiro, era a taxa de sua renda. Agora, só pagarei 4,5 ou 4%. Aceitem a redução ou recebam o reembolso do capital que me emprestaram.

MONTESQUIEU Mas se o dinheiro é realmente devolvido, considero o procedimento bastante honesto.

MAQUIAVEL Sem dúvida, devolve-se quando o dinheiro é reclamado: porém, poucos ligam. Rentistas têm seus hábitos, seus fundos estão investidos, eles confiam no Estado, preferem uma renda pequena e um investimento seguro. Caso todos exigissem seu

dinheiro, o tesouro ficaria com a corda no pescoço. Isso não chega a acontecer nunca e assim, livramo-nos de um passivo de centenas de milhões.

MONTESQUIEU Digam o que disserem, o expediente é imoral: um empréstimo forçado que reduz a confiança pública.

MAQUIAVEL Você não conhece os rentistas. Eis outra combinação relativa a outra modalidade de dívida. Dizia-lhe há pouco que o Estado tinha à disposição os fundos das caixas de previdência e que ele os utilizava pagando juros, desde que os devolvesse em caso de exigência. Se, depois de manejá-los por muito tempo, não for capaz de restituí-los, ele consolida a dívida que rola em suas mãos.

MONTESQUIEU Sei o que isso significa; o Estado declara aos depositantes: vocês querem seu dinheiro, não o tenho mais. Aqui está a renda.

MAQUIAVEL Precisamente, e ele consolida do mesmo modo todas as dívidas que não consegue resgatar. Ele consolida os bônus do tesouro, as dívidas contraídas junto às cidades, aos banqueiros, enfim, todas aquelas que são chamadas pitores-

camente de dívida flutuante, pois compõem-se de créditos que não têm base determinada e cujo vencimento é relativamente próximo.

MONTESQUIEU Você dispõe de meios singulares para liberar o Estado.

MAQUIAVEL O que tem a me criticar, se faço apenas o que os demais também fazem?

MONTESQUIEU Oh! Se todos fazem isso, seria preciso de fato muita dureza para repreender Maquiavel!

MAQUIAVEL Não lhe mostro nem a milésima parte das combinações possíveis. Longe de reduzir o aumento das rendas perpétuas, gostaria que toda a riqueza pública estivesse investida em rendas. Eu faria com que as cidades, as prefeituras, as instituições públicas transformassem em rendas seus imóveis ou seus capitais mobiliários. É o próprio interesse de minha dinastia que me obrigaria a tomar essas medidas. Não haveria um centavo em meu reino que não estivesse amarrado a mim por algum fio.

MONTESQUIEU Porém, mesmo desse ponto de vista, desse ponto de vista fatal, atingiria seu fim?

Será que não caminha, da maneira mais direta, para sua própria ruína pela ruína do Estado? Será que não sabe que entre todas as nações da Europa existem amplos mercados de fundos públicos, em que a prudência, a sabedoria, a probidade dos governos são postas em leilão? Do modo como comanda suas finanças, seus fundos seriam repudiados com perda dos mercados estrangeiros e eles cairiam até um nível baixíssimo, mesmo na bolsa de seu reino.

MAQUIAVEL Trata-se de um erro flagrante. Um governo glorioso, como seria o meu, só pode dispor de enormes créditos no exterior. No interior, seu vigor dominaria as arrecadações. Ademais, eu não gostaria que o crédito de meu Estado dependesse das inquietudes de alguns comerciantes de sebo: eu dominaria a bolsa pela bolsa.

MONTESQUIEU Mais ainda?

MAQUIAVEL Eu teria gigantescas instituições de crédito, aparentemente criadas para ajudar a indústria, mas cuja função real consistiria em sustentar a renda. Capazes de lançar quatrocentos ou quinhentos milhões de títulos na praça ou de rarefazer o mercado

nas mesmas proporções, tais monopólios financeiros seriam sempre senhores da situação. Que lhe parece?

MONTESQUIEU Quantas negociatas seus ministros, seus favoritos, suas amantes farão em tais casas! Assim, seu governo jogará na bolsa amparado pelo segredo de Estado?

MAQUIAVEL O que está dizendo?!

MONTESQUIEU Explique de outra forma a existência de tais casas. Enquanto ficou no âmbito das doutrinas, poderia haver algum engano quanto ao verdadeiro nome de sua política; desde que passou à prática, isso não é mais possível. Seu governo será único na história: não será possível caluniá-lo.

MAQUIAVEL Se, em meu reino, alguém ousasse dizer o que você deu a entender, desapareceria como fulminado por um raio.

MONTESQUIEU O raio é um bom argumento: fique contente por tê-lo à disposição. Acabou com as finanças?

MAQUIAVEL Sim.

MONTESQUIEU Está ficando muito tarde.

PARTE IV



VIGÉSIMO SEGUNDO DIÁLOGO



MONTESQUIEU Antes de escutá-lo com atenção, eu não conhecia bem *o espírito das leis, nem o espírito das finanças*. Sou-lhe devedor porque me ensinou ambos. Você tem entre as mãos o maior poder dos tempos modernos, o dinheiro. Você pode conseguir quase tudo o que desejar. Com recursos tão prodigiosos, poderá fazer grandes coisas, sem dúvida. Seria o caso de, enfim, mostrar que *o bem pode sair do mal*.

MAQUIAVEL De fato, é o que pretendo mostrar-lhe.

MONTESQUIEU Vejamos.

MAQUIAVEL Minha maior obra será, primeiro, ter trazido a paz interior para meu povo. Em meu reinado, as paixões negativas são reprimidas, *os bons se tranquilizam e os maus tremem*. Devolvi a um país, antes dilacerado por facções, a liberdade, a dignidade e a força.

MONTESQUIEU Após ter mudado tantas coisas, não teria mudado também o sentido das palavras?

MAQUIAVEL A liberdade não consiste na licenciosidade, e tampouco a dignidade e a força consistem na insurreição e na desordem. Meu império, pacificado internamente, será glorioso no exterior.

MONTESQUIEU Como?

MAQUIAVEL Levarei a guerra aos quatro cantos do mundo. Ultrapassarei os Alpes, como Aníbal; farei a guerra na Índia, como Alexandre; na Líbia, como Cipião. Irei do Atlas ao Tauro, das margens do Ganges ao Mississipi, do Mississipi ao rio Amur. A grande muralha da China cairá perante meu nome. Minhas legiões vitoriosas defenderão, em Jerusalém, o túmulo do Salvador; em Roma, o vigário de Jesus Cristo. Seus passos seguirão no Peru a poeira dos Incas; no Egito, as cinzas de Sesóstris; na Mesopotâmia, as de Nabucodonosor. Descendente de César, de Augusto e de Carlos Magno, vingarei, nas margens do Danúbio, a derrota de Varo; nas margens do Ádige, a derrota de Cannes; no Báltico, os ultrajes dos normandos.

MONTESQUIEU Imploro que pare. Se tentar vingar assim as derrotas de todos os grandes comandantes, não será capaz de fazê-lo. Não o compararei a Luís XIV, a quem Boileau dizia: *Grande rei, pare de vencer ou então eu paro de escrever*. Essa comparação o humilharia. Admito que nenhum herói da Antiguidade ou dos tempos modernos poderia ser comparado a vós.

Mas não é disso que se trata: a guerra é um mal em si, em suas mãos ela serve para fazer suportar um mal ainda maior: a servidão. Porém, em tudo isso, onde fica o bem que havia prometido praticar?

MAQUIAVEL Não é caso para enganos: a glória é por si mesma um grande bem. É o mais poderoso dos capitais acumulados; um soberano que tem glória, tem todo o restante. Ele é o terror dos Estados vizinhos, o árbitro da Europa. Seu crédito impõe-se invencivelmente, pois por mais que você tenha dito sobre a esterilidade das vitórias, a força jamais abdica de seus direitos. Simulamos guerras de ideias, ostentamos desinteresse e, um belo dia, acabamos por apoderar-nos de uma província cobiçada e impomos um tributo de guerra aos vencidos.

MONTESQUIEU Com licença, nesse sistema fazemos bem agindo assim, se for possível. Caso contrário, a profissão militar seria demasiado estúpida.

MAQUIAVEL Enfim! Vê como nossas ideias começam a aproximar-se um pouco?

MONTESQUIEU Sim, como Atlas e Tauro. Vejamos as demais grandes coisas de seu reino.

MAQUIAVEL Não desdenho tanto quanto lhe parece um paralelo com Luís XIV. Eu teria mais de um traço em comum com esse monarca. Como ele, faria construções gigantescas; contudo, nesse aspecto, minha ambição iria bem mais longe que a dele e que a de outros famosos potentados. Gostaria de mostrar ao povo que reergo em poucos anos os monumentos cuja construção outrora exigia séculos. Os palácios dos reis que me precederam caíam sob o martelo dos demolidores para se levantarem rejuvenescidos por formas novas. Derrubarei cidades inteiras para reconstruí-las com planos mais regulares, para obter perspectivas mais belas. Você não pode imaginar até que ponto as construções ligam os povos aos monarcas. Poderíamos dizer que eles perdoam com facili-

dade que se destruam suas leis desde que casas lhes sejam construídas. Aliás, logo verá que as construções servem a objetivos particularmente importantes.

MONTESQUIEU Depois das construções, o que fará?

MAQUIAVEL Você vai rapidamente: o número das grandes ações não é ilimitado. Queira dizer-me, eu lhe imploro, se de Sesóstris a Luís XIV, até Pedro I, os dois pontos cardeais dos grandes reinos não foram a guerra e as construções.

MONTESQUIEU É verdade, mas vemos soberanos absolutos que se preocuparam em promulgar boas leis, melhorar os costumes, introduzindo a simplicidade e a decência. Houve outros que se preocuparam com a ordem das finanças e da economia. Houve quem tratasse de deixar depois deles a ordem, a paz, instituições duráveis, às vezes, até mesmo a liberdade.

MAQUIAVEL Sim, tudo será feito. Você pode constatar que, segundo você mesmo, soberanos absolutos têm seu lado bom.

MONTESQUIEU Calma lá: nem tanto! Contudo, tente provar-me o contrário.

Tem algo de bom a me dizer?

MAQUIAVEL Darei ao espírito empreendedor um impulso prodigioso: meu reinado será o governo dos negócios. Lançarei a especulação por novas vias, até então desconhecidas. Minha administração afrouxará até mesmo algumas de suas cadeias. Liberarei de regulamentações uma quantidade de indústrias: açougueiros, padeiros e empresários de teatro serão livres.

MONTESQUIEU Livres para fazer o quê?

MAQUIAVEL Livres para fabricar pão, livres para vender carne e livres para organizar empresas teatrais, sem necessitar de permissão oficial.

MONTESQUIEU Não sei o que isso significa. A liberdade de indústria faz parte do direito comum entre os povos modernos. Não tem nada melhor para me apresentar?

MAQUIAVEL Ocupar-me-ei constantemente da sorte do povo. Meu governo lhe dará trabalho.

MONTESQUIEU Deixe que o povo o encontre por si mesmo. Os poderes políticos não têm o direito de obter popularidade com dinheiros públicos. Os rendimentos públicos não são nada além de uma cotização coletiva, cujo produto só deve servir para ser-

viços gerais. As classes operárias que habituamos a contar com o Estado se envilecem; elas perdem sua energia, seu entusiasmo, sua capacidade mental para a indústria. O salário estatal faz que mergulhem em uma espécie de servidão, da qual não podem se reerguer exceto destruindo o Estado. As construções que pretendem fazer devoram somas enormes em despesas improdutivas. Elas rarefazem os capitais, matam a pequena indústria, esmagam o crédito nas camadas inferiores da sociedade. A fome é o resultado de todas suas combinações. Faça economias e depois você há de construir. Governe com moderação, com justiça; governe o menos possível e o povo não terá nada a pedir-lhe, pois não precisará de você.

MAQUIAVEL Ah! Com que olhar frio encara as misérias do povo! Os princípios de meu governo são bem outros: carrego os seres sofredores, os pequenos, em meu coração. Fico indignado quando vejo os ricos buscando prazeres inacessíveis a um número maior. Farei tudo que puder para melhorar a condição material dos trabalhadores, da mão-de-obra não especializada, daqueles que se dobram sob o peso da necessidade social.

MONTESQUIEU Bom, então comece dando a todos os recursos que destina aos estipêndios de seus grandes dignitários, de suas personagens consulares. Reserve para eles as larguezas que prodigaliza sem fazer contas a seus pajens, cortesãos e amantes.

Faça ainda melhor: despoje-se da púrpura cuja visão é uma afronta à igualdade dos homens. Livre-se de seus títulos de majestade, alteza, excelência, que entram nos ouvidos orgulhosos como agulhões. Proclame-se protetor como Cromwell, porém, aja como os apóstolos; vá viver na choupana dos pobres, como Alfredo, o Grande; dormir nos hospitais, estender-se na cama dos doentes como São Luís. É muito fácil fazer caridade evangélica quando se passa a vida entre festins, quando se repousa à noite em leitos suntuosos, com belas damas; quando, ao deitar e levantar, aparecem grandes personagens que se apressam a vestir-lhe o roupão. Seja pai de família e não déspota; patriarca, e não príncipe.

Se tal papel não lhe convém, seja o chefe de uma República democrática, dê a liberdade, introduza-a nos costumes, caso seja seu temperamento. Seja Licurgo, seja Agesilau, seja um irmão Graco. Mas não sei o que é essa civilização frouxa em que tudo se debi-

lita, tudo perde a cor ao lado do príncipe, onde todos os espíritos são lançados no mesmo molde, todas as almas no mesmo uniforme. Compreendo que se aspire a reinar sobre homens, mas não sobre autômatos.

MAQUIAVEL Eis um arroubo de eloquência que não pude impedir. É com tais frases que governos são derrubados.

MONTESQUIEU Como! Não tem nunca nenhuma preocupação além de se manter no poder. Para testar seu amor pelo bem público, não seria necessário mais do que lhe pedir para descer do trono em nome da saúde do Estado. O povo, por quem você foi eleito, só teria de expressar-lhe sua vontade a esse respeito para saber a consideração que tem por sua soberania.

MAQUIAVEL Que estranha questão! Não é para seu bem que eu resistiria a ele?

MONTESQUIEU O que sabe sobre isso? Se o povo está acima de você, com que direito subordina a vontade deles à sua? Se você é aceito livremente, se você não é justo, mas apenas necessário, por que espera tudo da força e nada da razão? Você faz bem

em tremer sem parar por seu reino, porque você é um desses que só dura um dia.

MAQUIAVEL Um dia! Durarei a vida inteira! E talvez meus descendentes depois de mim. Você conhece meu sistema político, econômico e financeiro. Deseja conhecer os últimos meios com a ajuda dos quais levarei até as derradeiras camadas do solo as raízes de minha dinastia?

MONTESQUIEU Não.

MAQUIAVEL Você se recusa a me ouvir, está vencido: você, seus princípios, sua escola e seu século.

MONTESQUIEU Dado que insiste, fale, mas que este diálogo seja o último.

VIGÉSIMO TERCEIRO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Não respondo a nenhum de seus movimentos oratórios. Os arroubos de eloquência aqui não têm lugar. Dizer a um soberano: quer descer de seu trono pela felicidade de seu povo? – Isso não é uma loucura? Dizer-lhe ainda: dado que é uma emanção do sufrágio universal, entregue-se a essas flutuações, permita que sejam discutidas. – É possível? Será que todo poder constituído não tem como primeira lei defender-se não só em seu interesse, mas no interesse do povo que ele governa? Não fiz o maior dos sacrifícios possível aos princípios de igualdade dos tempos modernos? Um governo saído do sufrágio universal, em última instância, não é a expressão da vontade da maioria? Você dirá que tal princípio é destruidor das liberdades públicas: que posso fazer? Quando esse princípio entrou nos costumes, conhece o meio de

arrancá-lo daí? E, caso não possa ser arrancado, conhece algum meio de realizá-lo nas grandes sociedades contemporâneas, exceto pelo braço de um único homem? Você é severo quanto aos meios de governo: aponte-me outro meio de execução e, se não houver outro além do poder absoluto, diga-me como esse poder pode distinguir-se das imperfeições especiais a que seu princípio o condena.

Não, não sou São Vicente de Paula, porque aquilo que meus súditos precisam não é de um evangelista, mas de um braço. Tampouco sou Agesilau, nem Licurgo, nem um dos Gracos, porque não estou entre os espartanos e nem entre os romanos. Encontro-me no seio de sociedades voluptuosas, que aliam o furor do prazer ao das armas, os transportes de força com os dos sentidos, que não querem mais autoridade divina, nem paterna, nada de freio religioso. Fui eu quem criou o mundo em que vivo? Sou assim porque ele também o é. Teria eu o poder de interromper sua queda? Não, posso apenas prolongar sua vida porque ela se dissolveria ainda mais rápido caso fosse entregue a si própria. Tomo esta sociedade por seus vícios, porque ela só me apresenta vícios: se tivesse virtudes, eu a tomaria por suas virtudes.

Porém, se princípios tão austeros podem insultar meu poder, será que eles podem ignorar os serviços reais que presto, meu gênio e mesmo minha grandeza?

Sou o braço, sou a espada de revoluções que o sopro da destruição final dissemina. Contenho as forças insensatas que não têm outro móvel, no fundo, exceto a brutalidade dos instintos, que se lançam à rapina, sob o véu dos princípios. Se eu disciplinar essas forças, se detiver sua expansão em minha pátria, nem que seja apenas por um século, não a terei merecido? Não posso pretender o reconhecimento de Estados europeus que voltam os olhos para mim como para Osíris que, sozinho, pode cativar as massas febris? Assim, erga seus olhos mais alto e incline-se perante aquele que traz na testa o signo fatal da predestinação humana.

MONTESQUIEU Anjo exterminador, neto de Tamerlão, você reduz o povo à ignomínia, você não impedirá que existam em algum lugar almas livres que o desafiem, e o desdém delas bastaria para salvaguardar os direitos da consciência humana tornando-os imperceptíveis por Deus.

MAQUIAVEL Deus protege os fortes.

MONTESQUIEU Imploro-lhe, chegue então aos últimos elos da cadeia que você forjou. Aperte-a bem, use a bigorna e o martelo, você pode tudo. Deus o proteja, é ele próprio quem conduz sua estrela.

MAQUIAVEL Custo a entender a animação que agora domina suas palavras. Serei tão duro, eu que assumi como política final não a violência, mas a supressão? Pode ficar tranquilo, trago-lhe mais de uma consolação inesperada. Deixe que eu tome algumas precauções que considero necessárias para minha segurança, você verá que, com aquelas que me cercam, um príncipe não tem nada a temer dos acontecimentos.

Nossos textos têm mais de uma relação, diga você o que disser, e acredito que um déspota que pretenda ser completo terá de ler seus livros. Assim, você observa muito bem em *O espírito das leis* que um monarca absoluto deve ter uma guarda pretoriana numerosa.¹ O alerta é bom, eu o seguirei. Minha guarda terá cerca de um terço do efetivo de meu

1 *O espírito das leis*, capítulo XV, livro X.

Exército. Sou grande entusiasta da conscrição, que é uma das melhores invenções dos franceses, mas creio que é preciso aperfeiçoar essa instituição, tentando manter nas tropas o maior número possível daqueles que acabaram seu tempo de serviço. Hei de consegui-lo se me apoderar decididamente da espécie de comércio que se faz em alguns Estados, como na França, por exemplo, com engajamentos voluntários remunerados. Suprimirei este comércio hediondo e administrá-lo-ei eu próprio, honestamente, sob a forma de um monopólio, criando uma caixa de dotação do Exército que me serviria para chamar às armas e bandeiras mediante pagamento e aí reter pelos mesmos meios aqueles que quisessem dedicar-se exclusivamente ao ofício militar.

MONTESQUIEU Seria uma espécie de mercenários, o que pretende formar em sua própria pátria!

MAQUIAVEL Sim, o ódio partidário alardeará isso; porém, o que me move é o bem do povo e a minha manutenção, aliás tão legítima, dado que é o bem comum de meus súditos.

Mudemos de assunto. O que o espantará é que retorno às construções. Avisei-lhe que chegaríamos

a tanto. Você captará a ideia política que surgiu do vasto sistema de construções que empreendi: concretizo assim uma teoria econômica que provocou muitos desastres em certos Estados da Europa, a teoria da organização do trabalho permanente pelas classes operárias. Meu governo promete-lhes um salário indefinido. Eu morro, abandonam meu sistema: nada de trabalho; o povo entra em greve e parte para o assalto das classes ricas. Estaremos em plena rebelião: perturbação industrial, fechamento do crédito, insurreição em meu Estado, sublevações ao meu redor, a Europa pega fogo. Eu me detenho. Diga-me se as classes privilegiadas, que tremem por suas fortunas, não farão causa comum e a causa mais próxima com as classes operárias para manter a mim e minha dinastia; se, por outro lado, no interesse da tranquilidade europeia, as potências de primeira ordem não se aliariam também a elas.

A questão das construções, que parece pequena, como você constata, é na realidade uma questão colossal. Quando se trata de um objeto de tamanha importância, sacrifícios não devem ser poupados. Você notou que quase todas minhas concepções políticas se acoplam em articulações financeiras?

É o que ocorre aqui de novo. Instituirei uma caixa de trabalhos públicos, que terá uma dotação de várias centenas de milhões, e deste modo farei brotar construções em todo o território do meu reino. Já adivinhou meu objetivo: mantenho de pé a rebel- dia operária, é o outro exército de que necessitarei contra as facções. Mas essa massa de operários, que estará em minhas mãos, não poderá voltar-se con- tra mim no dia em que estiver sem pão. Prevenirei isso por meio das próprias construções: o que existe de particular em minhas maquinações é que cada uma delas fornece seus corolários vindouros. Todo operário que edificar para mim, constrói ao mesmo tempo contra ele mesmo as defesas de que preci- so. Sem sabê-lo, ele mesmo se expulsa dos grandes centros, onde sua presença me inquietaria: ele tor- na impossível para sempre o sucesso das revoluções que se fazem nas ruas. Com efeito, um resultado das grandes construções é rarefazer o espaço onde vive o artesão, empurrando-o para os subúrbios, e em breve fazer com que os abandone, porque o pre- ço dos meios de subsistência cresce com o aumento das taxas de aluguel. Minha capital será pouco habi- tável para quem vive do trabalho cotidiano, na parte

mais próxima de suas muralhas. Portanto, não será nos bairros próximos da sede do poder que as insurreições poderão germinar. Sem dúvida, ao redor da capital, haverá uma população operária enorme, temível em um dia de cólera. Porém, as construções que mandarei erguer serão todas concebidas segundo um plano estratégico, ou seja, elas darão passagem a grandes vias onde os canhões poderão circular de um extremo a outro. As extremidades dessas vias expressas ficarão ligadas a quartéis, espécie de bastilhas, cheias de armas, de soldados e de munições. Meu sucessor teria de ser um velho imbecil ou uma criança para deixar-se derrubar por uma insurreição, porque com uma simples ordem de sua mão, alguns grãos de pólvora bastariam para varrer qualquer revolta até vinte léguas da capital. Mas o sangue que corre em minhas veias queima e tem todos os sinais da força. Está me ouvindo?

MONTESQUIEU Sim.

MAQUIAVEL Mas você percebe que não pretendo tornar a vida material difícil para a população operária da capital e aí encontro um obstáculo, isso é incontestável. Contudo, a fartura de recursos que

todo governo tem de possuir me sugeriria uma ideia: construir para o povo cidades grandes com aluguéis baixos, e onde suas massas se encontrariam reunidas por coortes, como em famílias alargadas.

MONTESQUIEU Ratoeiras!

MAQUIAVEL Oh! O espírito corrosivo, o ódio exacerbado dos partidos não deixará de denegrir minhas instituições. Dirão o mesmo que você: pouco me importa; se essa tática não funcionar, outra há de aparecer.

Não posso superar o capítulo das construções sem mencionar um detalhe bem insignificante na aparência, mas o que existe de insignificante em política? É preciso que os inúmeros edifícios que mandarei construir sejam associados a meu nome: neles encontrarão atributos, baixo-relevos, esculturas que lembrem passagens de minha história. Minhas armas, minhas iniciais devem ser espalhadas em todas as direções. Aqui, anjos que sustentam minha coroa; mais adiante, estátuas da justiça e da sabedoria exibirão minhas iniciais. Esses locais terão importância máxima: é uma questão de honra.

Através desses signos, desses emblemas, a pessoa do soberano estará sempre presente. Vivemos com

ele, com sua lembrança, com seu pensamento. O sentimento de sua soberania absoluta penetra nos espíritos mais rebeldes, feito a gota d'água que cai sem cessar até furar o granito. Pela mesma razão, quero que minha estátua, meu busto, meus retratos estejam nos estabelecimentos públicos, sobretudo nos auditórios dos tribunais: que eu seja representado em trajes reais ou a cavalo.

MONTESQUIEU Ao lado da imagem de Cristo.

MAQUIAVEL Claro que não, mas na frente dele, pois o poder do soberano é uma imagem da potência divina. Assim, minha imagem associa-se à da Providência e à da justiça.

MONTESQUIEU É preciso que a própria justiça carregue a libré de Maquiavel! Você não é um cristão, é um imperador grego do Baixo Império.

MAQUIAVEL Sou um imperador católico, apostólico, romano. Pelas mesmas razões que acabo de lhe apresentar, quero que deem meu nome, o nome real, aos estabelecimentos públicos de qualquer natureza que sejam. Tribunal real, corte real, academia real, corpo legislativo real, senado real, conselho de Es-

tado real: tanto quanto possível, esse vocábulo será atribuído aos funcionários, aos agentes, ao pessoal que cerca o governo. Lugar-tenente do rei, arcebispo do rei, comediante do rei, juiz do rei, advogado do rei. Enfim, o nome real será impresso em todos, homens e coisas, representando um signo de potência. Somente meu aniversário será uma festa nacional e não real. Acrescento ainda que é preciso, na medida do possível, que as ruas, as praças públicas, os cruzamentos recebam nomes que remetam a lembranças históricas de meu reino. Caso tais indicações sejam seguidas, Calígula ou Nero que sejamos, temos a certeza de que nosso nome ficará marcado para sempre na memória dos povos e seu prestígio será transmitido para a posteridade mais longínqua. Quantas coisas eu ainda poderia acrescentar: é melhor que me controle...

*Pois quem poderia dizer tudo sem um tédio mortal?*²

Eis que vou chegando aos meios de pouco peso: lamento, talvez essas coisas não sejam dignas de sua atenção, porém, para mim, eles são vitais.

2 Esta frase encontra-se no prefácio de *O espírito das leis* (nota da edição francesa).

Diz-se que a burocracia é uma praga dos governos monárquicos: não creio nisso. São milhares de servidores naturalmente ligados à ordem das coisas existentes. Tenho um exército de soldados, um exército de juízes, um exército de operários; quero também um de empregados.

MONTESQUIEU Você nem se dá mais ao trabalho de justificar nada.

MAQUIAVEL Tenho tempo para isso?

MONTESQUIEU Não, adiante.

MAQUIAVEL Em todos os Estados que foram monárquicos, e todos o foram ao menos uma vez, constatei que havia um verdadeiro frenesi pelas condecorações. Tais coisas não custam quase nada ao príncipe e ele pode tornar pessoas felizes, melhor até, fiéis, por meio de laços de fita, ninharias de prata ou de ouro. Na verdade, eu não teria problemas em condecorar, sem exceção, todos aqueles que me pedissem. Um homem condecorado é um homem amarrado: eu faria dessas marcas de distinção um signo de aliança para os súditos devotos. Por esse preço, creio que teria 11 de cada 12 habitantes de

meu reino. Na medida do possível, assim materializo o instinto de legalidade desta nação. Observe bem: quanto mais uma nação preza a legalidade, mais os indivíduos apreciam as distinções. Trata-se de um meio de mobilização que seria desastroso não usar. Bem longe de renunciar aos títulos, conforme aconselhou, eu os multiplicaria ao meu redor, bem como as dignidades. Quero em minha corte a etiqueta de Luís XIV, a hierarquia doméstica de Constantino, um formalismo diplomático severo, um cerimonial imponente: eis os meios de governo infalíveis sobre o espírito das massas. Por meio disso tudo, o soberano aparece como um Deus.

Dizem-me que nos Estados com aparência mais democrática pelas ideias, a velha nobreza monárquica pouco perdeu de seu prestígio. Eu me apresentaria fidalgos de velhas matrizes como camaristas. Sem dúvida, muitos dos nomes antigos seriam extintos: em virtude de meu poder soberano, eu faria com que revivessem nos títulos, e na minha corte encontrar-se-iam os maiores nomes da história desde Carlos Magno.

É provável que tais concepções lhe pareçam bizarras, mas afirmo que elas farão mais pela conso-

lidação de minha dinastia do que as leis mais sábias. O culto do príncipe é uma espécie de religião e, como todas elas, esse culto impõe contradições e mistérios acima da razão.³

Cada um de meus atos, por mais que pareça inexplicável, procede de cálculos cujo único objetivo é minha saúde e a de minha dinastia. Aliás, conforme digo em *O príncipe*, o que é realmente difícil é chegar ao poder; mais fácil é conservá-lo porque, em suma, basta eliminar aquilo que é nocivo e estabelecer aquilo que protege. O traço essencial de minha política, conforme já verificou, foi tornar-me indispensável.⁴ Destruí tantas forças organizadas quanto foi necessário para que nada pudesse funcionar sem mim, a fim de que os próprios inimigos de meu poder tremessem só de pensar em destruí-lo.

Agora, o que me resta fazer consiste apenas no desenvolvimento dos meios morais que estão em germe em minhas instituições. Meu reino é um governo de prazeres: não me proíba de alegrar meu povo com jogos, com festas. É assim que amenizo os

3 *O espírito das leis*, capítulo II, livro XXV.

4 *O príncipe*, capítulo IX.

costumes. Não se pode dissimular que este é um século do dinheiro: as necessidades dobraram, o luxo arruína as famílias, de todos os lados buscam-se os desfrutes materiais. Seria preciso que um soberano estivesse fora de sua época para não direcionar a seu favor essa paixão universal pelo dinheiro e esse furor sensual que hoje consome a todos. A miséria os oprime feito uma tenaz, a luxúria os acaricia, a ambição os devora: eles são meus. Mas quando falo assim, no fundo, é o interesse de meu povo que me guia. Sim, farei sair o bem do mal, explorarei o materialismo em prol da concórdia e da civilização. Extinguirei a paixão política entre os homens, apaziguando suas ambições, cobiças e necessidades. Pretendo ter como servidores de meu reino aqueles que, sob os governos precedentes, tenham feito barulho em nome da liberdade. As virtudes mais austeras são como as da Gioconda, basta duplicar sempre o preço da derrota. Aqueles que resistirem ao dinheiro, não resistirão às honrarias. Aqueles que resistirem às honrarias não resistirão a mais dinheiro. Vendo cair ao redor todos aqueles que acreditavam mais puros, a opinião pública debilitar-se-á a tal ponto que acabará por abdicar completamente.

Como poderão lamentar-se enfim? Serei rigoroso somente com o que concernir à política: só perseguirei essa paixão. Secretamente, até favorecerei os demais pelas mil vias subterrâneas de que o poder absoluto dispõe.

MONTESQUIEU Depois de ter destruído a consciência política, você deveria destruir a consciência moral; já matou a sociedade; agora, mate o homem. Queira Deus que suas palavras repercutam até na terra; nunca uma refutação mais notória de suas próprias doutrinas terá atingido ouvidos humanos.

MAQUIAVEL Deixe que termine.

VIGÉSIMO QUARTO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Só me resta apontar-lhe certas particularidades de minha maneira de agir, certos hábitos de conduta que darão a meu governo sua fisionomia derradeira.

Em primeiro lugar, desejo que meus desígnios sejam impenetráveis mesmo para aqueles que mais se aproximarão de mim. Quanto a isso, serei como Alexandre VI e o duque Valentino, dos quais se dizia proverbialmente na corte de Roma, sobre o primeiro, “que ele não fazia nunca o que dizia”, e do segundo, “que ele não dizia nunca o que fazia”. Só comunicarei meus projetos para ordenar sua execução e só darei ordens no último momento. Bórgia jamais agia diversamente: seus próprios ministros não sabiam de nada e, em volta dele, todos se reduzi-
am a conjecturas. Tenho o dom da imobilidade; lá está meu objetivo; olho para outro lado e, quando

ele está à minha disposição, viro-me de repente e caio sobre minha presa antes que ela tenha tempo de dar um grito.

Você não consegue imaginar o prestígio que um tamanho poder de dissimulação dá ao príncipe. Quando ele se une ao vigor da ação, um respeito supersticioso o circunda, seus conselheiros perguntam-se, em voz baixa, o que sairá de sua cabeça, o povo só deposita confiança nele. A seus olhos, ele personifica a Providência cujos caminhos são desconhecidos. Quando o povo o vê passar, pensa em um terror involuntário, naquilo que ele poderia fazer com um gesto da cabeça. Os Estados vizinhos estão sempre temerosos e o cobrem de marcas de deferência, porque eles nunca sabem se alguma iniciativa já pronta não cairá sobre eles de um dia para outro.

MONTESQUIEU Você é forte contra seu povo porque o mantém sob controle, mas se enganar os Estados com os quais dialoga do mesmo modo como engana seus súditos, logo será sufocado pelos braços de uma coalizão.

MAQUIAVEL Você me desvia do tema, porque aqui só me ocupo de política interna. Porém, se quiser sa-

ber um dos meios principais com a ajuda dos quais eu poria em xeque a coalizão de ódios estrangeiros, ei-lo: governo um reino poderoso, já lhe disse. Pois bem, procurarei entre meus vizinhos algum grande país decaído que aspire a se reerguer. Eu o reconstruiria por inteiro com uma guerra geral, conforme viu-se com a Suécia, com a Prússia; como se pode ver hoje, de um dia para outro, com a Alemanha ou com a Itália. E esse país, que só viveria graças a mim, seria apenas uma emanção de minha existência: ele me daria, enquanto eu estivesse de pé, trezentos mil homens a mais contra a Europa em armas.

MONTESQUIEU E a saúde de seu Estado, a cujo lado você levantaria uma potência rival, e logo a seguir inimiga?

MAQUIAVEL Antes de mais nada, eu me mantenho.

MONTESQUIEU Assim você não tem nada, sequer a preocupação com os destinos de seu reino?¹

1 Não se pode esconder que, neste ponto, Maquiavel está em contradição consigo próprio, pois ele diz formalmente, no capítulo IV: “o príncipe que torna um outro poderoso, trabalha para sua própria ruína.” (nota da edição francesa).

MAQUIAVEL Quem lhe diz isso? Cuidar do meu sossego não é prover ao mesmo tempo o do meu reino?

MONTESQUIEU Sua fisionomia real torna-se cada vez mais saliente: quero vê-la por inteiro.

MAQUIAVEL Por favor, então digne-se a não me interromper.

É imprescindível que um príncipe, qualquer que seja sua capacidade mental, sempre encontre em si mesmo os recursos de espírito necessários. Um dos maiores talentos do estadista consiste em apropriar-se dos conselhos que ele ouve a seu redor. Com frequência, encontram-se opiniões luminosas em sua equipe. Portanto, eu reuniria muito meu conselho, faria com que discutisse, debatesse na minha frente as questões mais importantes. Quando o soberano desconfia de suas impressões, ou não tem os recursos de linguagem suficientes para disfarçar seu pensamento verdadeiro, ele precisa permanecer mudo ou falar somente para engajar-se na discussão mais adiante. É muito raro que, em um conselho bem composto, a verdadeira posição a tomar em determinado contexto não se formule de uma maneira ou de outra. Ela é acolhida e, muitas vezes, quem

formulou sua posição de modo obscuro, no dia seguinte, fica espantado por vê-la executada.

Você pôde ver em minhas instituições e em meus atos a atenção que sempre dediquei a criar aparências: isso é necessário nas palavras e nos atos. O máximo da habilidade é fazer acreditar em sua franqueza, quando se tem má-fé. Não somente meus desígnios serão impenetráveis como minhas palavras quase sempre significarão o contrário daquilo que parecem indicar. Apenas os iniciados poderão penetrar o sentido de palavras características que, em certos momentos, deixarei cair do alto do trono. Quando eu disser: *Meu reino é a paz*, significa que haverá guerra; quando disser que recorro aos *meios morais*, significa que usarei a força. Está escutando?

MONTESQUIEU Sim.

MAQUIAVEL Você viu que minha imprensa tem cem vozes e que elas falam sem parar da grandeza de meu reino, do entusiasmo de meus súditos por seu soberano. E elas põem ao mesmo tempo na boca da opinião pública as opiniões, as ideias e até fórmulas da linguagem que devem prevalecer em suas conversas. Você também viu que meus ministros

assombram o público sem parar com testemunhos incontestáveis de seus trabalhos. Quanto a mim, falarei raramente, apenas uma vez por ano: depois, aqui e acolá em algumas grandes ocasiões. Assim, cada uma de minhas manifestações será acolhida, não só em meu reino, mas na Europa inteira, como um acontecimento.

Um príncipe cujo poder se fundamenta em bases democráticas tem de ter uma linguagem cuidada, e ao mesmo tempo popular. Caso necessário, ele não pode temer falar demagogicamente, porque no final das contas ele é o povo, e precisa assumir suas paixões. É preciso ter com ele determinadas atenções, determinadas lisonjas, certas demonstrações de sensibilidade, conforme a ocasião. Pouco importa que tais meios pareçam ínfimos ou pueris aos olhos do mundo; o povo nem prestará tanta atenção e o efeito terá sido logrado.

Em meu livro, recomendo ao príncipe tomar para modelo qualquer grande homem do passado, de quem ele deverá seguir os passos.² Essas assimilações históricas ainda surtem muito efeito sobre

2 O príncipe, capítulo XIV.

as massas. Crescemos em sua imaginação, desfrutamos em vida do lugar que a posteridade nos reserva. Ademais, encontramos na história desses grandes homens aproximações, indicações úteis, por vezes até situações idênticas, das quais extraímos ensinamentos preciosos, pois todas as grandes lições políticas encontram-se na história. Quando encontramos um grande homem com quem temos analogias, podemos fazer ainda melhor: você sabe que os povos gostam que um príncipe tenha espírito cultivado, que ele aprecie as letras, que tenha inclusive talento. Bem, o príncipe não poderia usar melhor seu tempo de lazer do que escrevendo, por exemplo, a história do grande homem do passado que ele adotou como modelo. Um filósofo severo pode classificar tais coisas como fraqueza. Quando o soberano é forte, elas lhe são perdoadas, e até chegam a dar-lhe uma certa graça.

Aliás, certas fraquezas e mesmo certos vícios são tão úteis ao príncipe quanto virtudes. Você pôde constatar a verdade dessas observações depois do uso que tive de fazer ora da duplicidade e ora da violência. Por exemplo, não convém acreditar que o caráter vingativo do soberano possa prejudicá-lo,

bem ao contrário. Se, frequentemente, é oportuno que ele use a clemência ou a magnanimidade, é preciso que, em certos momentos, sua cólera pese de maneira terrível. O homem é a imagem de Deus e a divindade não tem menos rigor em seus golpes do que na misericórdia. Quando eu decidir destruir meus inimigos, eu os esmagarei até reduzi-los a pó. Os homens só se vingam de injúrias leves: eles nada podem contra as grandes.³ E é o que digo expressamente em meu livro. O príncipe só tem de escolher os instrumentos para aplacar sua cólera: ele encontrará sempre juízes dispostos a sacrificar suas consciências a seus projetos de vingança ou de ódio.

Não tema que algum dia o povo se comova com os golpes que lhe aplicarei. Primeiro, ele gosta de sentir o vigor do braço que comanda e depois, ele odeia naturalmente o que se eleva; ele se rejubila instintivamente quando se golpeia acima dele. E talvez você nem saiba bem com que facilidade se esquece. Quando o momento do rigor passou, apenas aqueles que foram atingidos ainda se lembram.

3 O *príncipe*, capítulo III.

Em Roma, no tempo do Baixo Império, Tácito relata que as vítimas corriam para o suplício com não sei que prazer. Você entende perfeitamente que não ocorre nada parecido nos tempos modernos: os costumes tornaram-se mais suaves. Algumas proscrições, prisões, a perda dos direitos civis, eis castigos bem leves. É verdade que, para chegar à potência soberana, foi preciso derramar sangue e violar muitos direitos. Porém, repito-lhe, tudo se esquece. O menor afago do príncipe, alguns bons procedimentos por parte dos ministros ou de seus agentes serão acolhidos como os sinais do maior reconhecimento.

Se é indispensável punir com rigor inflexível, é necessário recompensar com a mesma pontualidade: é o que não deixarei de fazer. Quem quer que tenha prestado um serviço a meu governo será recompensado no dia seguinte. Os cargos, as distinções, as maiores dignidades constituirão outras tantas etapas seguras para todos aqueles passíveis de serem úteis à minha política. No Exército, na magistratura, em todos os empregos públicos, o avanço será calculado pelo matiz da opinião e o grau de zelo em relação a meu governo. Você está mudo.

MONTESQUIEU Continue.

MAQUIAVEL Volto a certos vícios e mesmo a certos desvios de espírito, que considero necessários ao príncipe. Manter o poder é algo de formidável. Por mais hábil que seja um soberano, por infalível que seja sua visão e vigorosas suas decisões, ele enfrenta ainda uma imensa *alea* em sua existência. É preciso ser supersticioso. Evite acreditar que isso tenha poucas consequências. Na vida dos príncipes, existem situações tão difíceis, momentos tão graves, que a prudência humana não conta mais. Nesses casos, é preciso quase jogar nos dados suas resoluções. O rumo que indico e que seguirei, em certas conjunturas, é prender-se às datas históricas, consultar aniversários felizes, inserir tal ou qual decisão ousada sob os auspícios do dia de alguma vitória, de alguma jogada excepcional. Devo dizer-lhe que a superstição tem outra grande vantagem: o povo conhece essa tendência. Tais combinações augurais muitas vezes dão certo. Também é preciso empregá-las quando se tem certeza do sucesso. O povo, que só julga pelos resultados, acostuma-se a acreditar que cada um dos atos do soberano

corresponde a signos celestes, que as coincidências históricas forçam a mão da fortuna.

MONTESQUIEU A última palavra foi dita, você é um jogador.

MAQUIAVEL Sim, mas tenho uma sorte inaudita, e tenho a mão segura, a cabeça tão fértil que a fortuna não pode mudar.

MONTESQUIEU Dado que faz seu retrato, deve ter ainda outros vícios e virtudes para apresentar.

MAQUIAVEL Peço-lhe graça para a luxúria. A paixão pelas mulheres serve a um soberano bem mais do que consegue imaginar. Henrique IV deveu uma parte de sua popularidade à incontinência. Os homens são assim, gostam de ver esse viés em seus governantes. A dissolução dos costumes sempre fez furor, uma carreira galante na qual o príncipe deve superar seus iguais, como ele supera os soldados perante o inimigo. Essas ideias são francesas e não penso que elas desagradem muito ao autor das *Cartas persas*. Não me é permitido entrar em considerações demasiado vulgares, porém não posso evitar dizer-lhe que o resultado mais concreto da galan-

teria do príncipe é granjear a mais bela metade de seus súditos.

MONTESQUIEU Está compondo um madrigal.

MAQUIAVEL Podemos ser sérios e galantes: você deu provas disso. Não cedo nada em minha proposição. A influência das mulheres sobre o espírito público é considerável. Em boa política, o príncipe está condenado a fazer galanterias, mesmo que no fundo ele não se preocupasse com isso; porém, tais casos serão raros.

Posso garantir-lhe que se eu seguir as regras que acabo de traçar, bem pouco terão de se preocupar com a liberdade em meu reino. Terão um soberano vigoroso, dissoluto, pleno de espírito e de cavalheirismo, adestrado em todos os exercícios do corpo: ele será amado. As pessoas austeras nada terão para fazer; seguirão a corrente. E mais, os homens independentes serão colocados no índice: afastar-se-ão deles. Ninguém acreditará em seu caráter e tampouco em seu desinteresse. Eles passarão por descontentes que desejam ser comprados. Se, de vez em quando, eu não estimulasse o talento, ele seria repudiado por todos os lados, andar-se-ia sobre as

consciências como em um pavimento. Mas no fundo, serei um príncipe moral: não permitirei que se ultrapassem certos limites. Respeitarei o pudor público, onde quer que ele queira ser respeitado. As desonras não me atingirão, porque descarregarei sobre outros as cargas odiosas da administração. O que poderão dizer de pior é que sou um bom príncipe com más companhias, que desejo o bem, que o quero ardentemente, que o farei sempre quando me for indicado.

Se você soubesse como é fácil governar quando se tem o poder absoluto. Aí, nada de contradições, nada de resistências: podemos seguir nossos desígnios à vontade, temos tempo para reparar as faltas. Sem oposição, podemos fazer a felicidade do povo, pois isso é o que sempre me preocupa. Posso garantir-lhe que ninguém se entediará em meu governo: os espíritos estarão ocupados sem cessar por mil assuntos diversos. Darei ao povo o espetáculo de meu séquito e das pompas de minha corte, grandes cerimônias serão montadas, traçarei jardins, darei hospitalidade a reis, farei vir embaixadas dos países mais distantes. Às vezes, haverá rumores de guerra; outras vezes, complicações diplomáticas so-

bre as quais se comentará durante meses. Irei bem longe, darei satisfação à monomania da liberdade. As guerras que acontecerão em meu reinado serão levadas a cabo em nome da liberdade dos povos e da independência das nações, e durante minha passagem, enquanto os povos me aclamarem, direi nos ouvidos dos reis absolutos: não tenham medo de nada, sou dos vossos, também carrego uma coroa e pretendo conservá-la: *abraço a liberdade europeia, mas é para sufocá-la.*

Talvez uma única coisa poderia, em um dado momento, comprometer minha fortuna: seria o dia em que, em todos os lugares, reconhecerem que minha política não é franca, que meus atos são condicionados pelo cálculo.

MONTESQUIEU Quem serão os cegos que não verão tudo isso?

MAQUIAVEL Meu povo inteiro, exceto alguns conventículos com as quais pouco me preocuparei. Aliás, formei ao meu redor uma escola de políticos com uma força relativa bastante grande. Você não acreditaria até que ponto o maquiavelismo é contagioso, e o quanto seus preceitos são fáceis de seguir.

Em todos os ramos do governo haverá homens de nenhuma ou de bem pouca importância que serão verdadeiros Maquiavéis em miniatura, que enganarão, dissimularão, mentirão, com sangue frio imperturbável: a verdade não virá à tona em lugar nenhum.

MONTESQUIEU Se, como creio, Maquiavel, desde o começo desta conversa você não fez nada além de debochar, encaro esta ironia como sua obra-prima.

MAQUIAVEL Uma ironia! Você se engana completamente se assim pensa. Não entende que falei sem véus e que é a violência terrível da verdade que dá a minhas palavras a cor que acredita ver?

MONTESQUIEU Já terminou.

MAQUIAVEL Ainda não.

MONTESQUIEU Pois então termine.

VIGÉSIMO QUINTO DIÁLOGO



MAQUIAVEL Reinarei dez anos nessas condições, sem nada mudar em minha legislação: eis o preço do sucesso definitivo. Nada, absolutamente nada deve me fazer variar durante esse intervalo: a tampa do caldeirão será de ferro e chumbo, é o tempo exigido para que ocorra o fenômeno da destruição do espírito faccioso. Você talvez acredite que são infelizes, que se lamentam. Ah! Eu não teria desculpas se assim fosse: porém, quando as molas forem tensionadas com mais força, quando eu puser o peso mais terrível no peito de meu povo, dirão: temos o que merecemos, vamos aguentar.

MONTESQUIEU Você é mesmo cego se toma isso como apologia de seu reino, se não compreende que essas palavras exprimem uma violenta nostalgia do passado. Eis uma palavra estoica que lhe anuncia o dia da punição.

MAQUIAVEL Você me perturba. Chegou a hora de relaxar as molas, concederei liberdades.

MONTESQUIEU Vale mil vezes mais o excesso de sua opressão; seu povo responderá: conserve o que tomou.

MAQUIAVEL Estou reconhecendo o ódio implacável dos partidos. Não oferecer nada aos adversários políticos, nada mesmo, sequer as coisas boas.

MONTESQUIEU Não, Maquiavel, com você, nada! A vítima imolada não aceita favores de seu carrasco.

MAQUIAVEL Assim penetrarei facilmente no pensamento secreto de meus inimigos. Eles se iludem, esperam que a força da expansão que comprimo acabará por lançar-me aos ares. Insensatos! Só me conhecerão bem no final. Em política, o que é preciso para prevenir todo perigo com a maior repressão possível? Uma abertura imperceptível. Eles a terão.

Certamente, não restituirei liberdades consideráveis. Entretanto, veja até que ponto o absolutismo já terá penetrado nos costumes. Posso apostar que ao primeiro boato dessas liberdades, elevar-se-ão ao meu redor rumores de espanto. Meus ministros,

meus conselheiros clamarão que abandono o governo, que tudo está perdido. Suplicarão, em nome da salvação do Estado, em nome do país, que não faça nada. O povo dirá: ele está pensando o quê? Seu gênio enfraquece. Os indiferentes dirão: está no fim. Os rancorosos dirão: ele está morto.

MONTESQUIEU E eles estarão certos, porque um autor moderno¹ disse uma grande verdade: “Queremos roubar os direitos aos homens? Nada deve ser feito pela metade. O que lhes for deixado serve para recuperar o que foi retirado. A mão que fica livre desamarra as correntes da outra”.

MAQUIAVEL Bem pensado: é verdade, sei que me exponho muito. Você vê que são injustos comigo, pois amo a liberdade mais do que se diz. Há pouco você me perguntou se eu saberia sacrificar-me pelo povo, descer do trono, caso necessário: aqui está minha resposta, posso descer pelo martírio.

MONTESQUIEU Tornou-se quase terno. Quais liberdades devolveria?

1 Benjamin Constant (nota da edição francesa).

MAQUIAVEL Concedo à minha câmara legislativa apresentar-me anualmente, no primeiro dia do ano novo, a expressão de seus votos.

MONTESQUIEU Porém, dado que a imensa maioria da câmara lhe é devotada, que poderia recolher exceto agradecimentos e testemunhos de admiração e amor?

MAQUIAVEL Claro que sim: isso não é natural?

MONTESQUIEU Aí acabam as liberdades?

MAQUIAVEL Mas esta primeira concessão é considerável, diga o que quiser. Não me restringirei a tanto. Hoje em dia circula na Europa um certo movimento contra a centralização, não entre as massas, mas nas classes esclarecidas. Descentralizarei, isto é, darei aos governadores de províncias o direito de resolver pequenas questões locais, submetidas antes à aprovação de meus ministros.

MONTESQUIEU Não faz nada além de tornar a tirania mais insuportável se o elemento municipal não entrar nessa reforma.

MAQUIAVEL Você evidencia a precipitação fatal daqueles que reclamam reformas: é preciso andar com

passos prudentes no caminho da liberdade. Não me limito a isso: ofereço liberdades comerciais.

MONTESQUIEU Já falou nisso.

MAQUIAVEL É que a questão industrial me comove: não quero que ninguém diga que minha legislação, por excesso de desconfiança contra o povo, o impedirá até de prover sua subsistência. É por essa razão que farei apresentar às câmaras leis que têm por objetivo derrogar parcialmente disposições proibitivas de associação. De resto, a tolerância de meu governo torna tal medida perfeitamente inútil e como, afinal, não podemos desarmar-nos, a lei não será mudada, exceto na redação. Hoje, nas câmaras, temos deputados que se prestam muito bem a estratagemas inocentes.

MONTESQUIEU É tudo?

MAQUIAVEL Sim, porque é muito, talvez demasiado. Mas creio que posso tranquilizar-me: meu Exército é entusiasta, minha magistratura, fiel e minha legislação penal funciona com a regularidade e precisão desses mecanismos poderosos e terríveis que a ciência moderna inventou.

MONTESQUIEU Assim, não altera as leis de imprensa?

MAQUIAVEL Não pode exigir tanto.

MONTESQUIEU Nem a legislação municipal?

MAQUIAVEL É possível?

MONTESQUIEU Nem seu sistema de protetorado do voto?

MAQUIAVEL Não.

MONTESQUIEU Nem a organização do senado, nem a do corpo legislativo, nem seus sistemas interno e o externo, nem seu regime econômico, nem seu regime financeiro?

MAQUIAVEL Só modificarei o que já lhe disse. Mais propriamente, saio do período do terror e emboco a via da tolerância: sem correr riscos. Poderia até conceder liberdades reais, pois seria preciso ser destituído de espírito político para não reconhecer que na hora imaginária que penso, minha legislação terá trazido todos os seus frutos. Atingi a meta anunciada. O caráter da nação mudou: as faculdades de pouco peso que outorguei foram a sonda com que medi a profundidade dos resultados. Tudo

está feito, tudo consumado, não há mais resistência possível. Acabaram os obstáculos, não resta nada! Entretanto, não devolverei nada. Você mesmo disse, é aí que se encontra a verdade prática.

MONTESQUIEU Trate de terminar, Maquiavel. Espero que minha sombra não volte a encontrá-lo e que Deus apague de minha memória o último vestígio do que acabo de ouvir!

MAQUIAVEL Fique alerta, Montesquieu! Antes que este minuto que começa caia na eternidade, você seguirá meus passos e a lembrança desta conversa desolará eternamente sua alma.

MONTESQUIEU Fale!

MAQUIAVEL Vamos retomar. Fiz tudo o que você sabe: por essas concessões ao espírito liberal de minha época, desarmeí o ódio dos partidos.

MONTESQUIEU Então você não deixará cair essa máscara de hipocrisia com que cobriu crimes que nenhuma língua humana descreveu. Você quer que eu saia de minha noite eterna para difamá-lo. Ah, Maquiavel! Nem você tinha ensinado a degradar a

humanidade a tal ponto! Você não conspira contra a consciência, você não tinha concebido a ideia de fazer da alma humana uma lama em que nem o próprio divino criador reconheceria mais nada.

MAQUIAVEL Tem razão, fui superado.

MONTESQUIEU Desapareça! Não prolongue esta conversa sequer um instante mais.

MAQUIAVEL Antes que as sombras que avançam agitadas lá embaixo tenham atingido este negro barranco que as separa de nós, terei concluído. Antes que elas tenham chegado, você não mais tornará a me ver e chamará por mim em vão.

MONTESQUIEU Termine logo, esta será a expiação pela temeridade que cometi aceitando esta aposta sacrílega!

MAQUIAVEL Ah! Liberdade! Com que força você se conserva em algumas almas quando o povo te despreza ou se consola com futilidades. Deixe que lhe conte a propósito um curto apólogo:

Díon relata que o povo romano estava indignado contra Augusto devido a certas leis muito duras que

ele havia imposto, mas que, assim que deixou retornar o comediante Pílates, que seus adversários haviam expulso da cidade, o descontentamento acabou.

Eis meu apólogo. Agora, a conclusão do autor, pois é um autor que cito:

“Um povo desses sentia mais vivamente a tirania quando se expulsava um bufão do que se lhe retirassem todas suas leis”.² Sabe quem escreveu isso?

MONTESQUIEU Pouco me importa!

MAQUIAVEL Foi você mesmo, admita! Só vejo almas vis ao meu redor, que posso fazer? Os bufões não faltarão em meu reino e teriam de comportar-se muito mal para que eu tomasse a iniciativa de expulsá-los.

MONTESQUIEU Não sei se transcreveu exatamente minhas palavras, mas eis uma citação que posso lhe garantir: ela vingará eternamente os povos que você calunia:

“Os costumes do príncipe contribuem para a liberdade tanto quanto suas leis. Como ela, ele pode

2 O espírito das leis, capítulo II, livro XIX.

transformar homens em feras e feras em homens. Se amar as almas livres, ele terá súditos; se preferir as almas mesquinhas, terá escravos”.³

Eis aí minha resposta, e se tivesse hoje que acrescentar algo a essa citação, eu diria:

“Quando a honestidade pública é banida do seio das cortes, quando a corrupção exhibe-se nelas sem pudor, ela ainda assim nunca penetra a não ser nos corações daqueles que se aproximam de um mau príncipe. No seio do povo, o amor pela virtude continua vivo, e o poder deste princípio é tão grande que basta que o mau príncipe desapareça para que, pela própria força das coisas, a honestidade retorne na prática do governo ao mesmo tempo que a liberdade”.

MAQUIAVEL Está bem escrito, de forma bem simples. Só há um inconveniente no que acaba de dizer: é que tanto no espírito quanto na alma de meus povos, eu personifico a virtude, ou melhor ainda, personifico a *liberdade*, como igualmente personifico a revolução, o progresso, o espírito moderno, tudo o que há de melhor no âmago da civilização contemporânea.

3 Capítulo XXVII, livro XII.

Não digo que me respeitam, não digo que me amam, digo que me veneram, digo que o povo me adora. E se quisesse, faria construir altares para mim mesmo, porque, tente explicá-lo, tenho o dom fatal que influencia as massas. Em seu país, guilhotinaram Luís XVI que só desejava o bem do povo, que desejava isso com toda sua fé, todo o ardor de uma alma sinceramente honesta e, alguns anos antes, tinham erguido altares a Luís XIV, que se preocupava menos com o povo do que com a última de suas amantes. Ele que, ao menor movimento de cabeça, teria mandado metralhar o populacho, enquanto jogava dados com Lauzun. Porém, sou bem mais que Luís XIV; com o sufrágio popular que me serve de base sou Washington, sou Henrique IV, sou São Luís, Carlos, o Sábio, escolho seus melhores reis para honrá-lo. Sou um rei do Egito e da Ásia ao mesmo tempo, sou um faraó, sou Ciro, sou Alexandre e Sardapala. A alma do povo regozija-se quando eu passo. E corre embriagada atrás de meus passos, sou um objeto de idolatria. Os pais me apontam para seus filhos, as mães rezam por mim, a jovem me olha suspirando e sonha que, se meu olhar recaísse sobre ela, quem sabe pudesse descansar um instante em minha

cama. Quando o desgraçado é oprimido, ele diz: *Se o rei soubesse*; quando alguém quer vingar-se, quando alguém espera socorro, ele diz: *O rei saberá disso*. Ademais, todos aqueles que de mim se aproximam encontram minhas mãos cheias de ouro. É verdade que aqueles que me cercam são duros, violentos, mereceriam umas bordoadas, mas é preciso que assim seja, pois seu caráter odioso, desprezível, sua cupidez, seus excessos, seus desperdícios vergonhosos, sua avareza grosseira fazem contraste com a doçura de meu caráter, meus ares simples, minha generosidade inexaurível. Garanto-lhe: eles me invocam feito um deus, nas tempestades, na fome, nos incêndios, e eu acorro, a população se joga a meus pés; ela me ergueria até os céus em seus braços, se Deus lhe desse asas.

MONTESQUIEU O que não o impediria de varrê-la com rajadas de chumbo ao menor sinal de resistência.

MAQUIAVEL Claro que sim, mas o amor não existe sem temor.

MONTESQUIEU Este sonho terrível terminou?

MAQUIAVEL Sonho? Montesquieu, você chorará por muito tempo: rasgue *O espírito das leis*, peça a

Deus que no céu lhe dê o esquecimento pelo que fez, pois eis que chega a verdade terrível que já presente: não é nenhum sonho o que acabo de lhe dizer.

MONTESQUIEU O que me revelará ainda?

MAQUIAVEL O que acabo de lhe descrever, esse conjunto de coisas monstruosas diante das quais o espírito recua apavorado, essa obra que somente o próprio inferno poderia fabricar, tudo isso está feito, existe, tudo isso prospera sob a face do sol, agora mesmo, em um ponto do mundo que deixamos.

MONTESQUIEU Onde?

MAQUIAVEL Não, isso seria aplicar-lhe uma segunda morte.

MONTESQUIEU Fale, em nome do céu!

MAQUIAVEL Bem...

MONTESQUIEU O quê?

MAQUIAVEL A hora terminou: não está vendo que o turbilhão me carrega?

MONTESQUIEU Maquiavel!!

MAQUIAVEL Observe essas sombras que passam perto de você, cobrindo os olhos: consegue reconhecê-las? São as glórias que provocaram a inveja do mundo inteiro. Agora, pedem de novo a Deus sua pátria...

MONTESQUIEU Deus eterno, o que foi que permitiu!

FIM





SOBRE O LIVRO

Formato: 11,5 x 18 cm

Mancha: 19,6 x 38 paicas

Tipologia: Adobe Jenson Regular 13/17

Papel: Pólen Soft 67 g/m² (miolo)

Couché 120 g/m² encartonado(capa)

1ª edição 2009

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação editorial

Marcos Keith Takahashi

Produção gráfica

Anderson Nobara

Edição de texto

Gabriela Garcia (preparação de originais)

Gisele C. Batista Rego (revisão de texto)

Editoração eletrônica

AMDesign Gráfico

Ilustração de capa

Eduardo Borges

Arte de capa

Andréa Yanaguita



COLEÇÃO PEQUENOS FRASCOS

**Livros transformam.
Só alguns são breves.
Pequenos frascos.**



ISBN 978-85-7139-915-0



9 788571 399150